



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA,  
EDUCAÇÃO E LINGUAGENS - PPGCEL



JOSÉ SOUZA VIANA

***ETHOS* DISCURSIVO E ESTRATÉGIA POLÍTICA NAS CARTAS DE EDUARDO  
CUNHA**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2021

JOSÉ SOUZA VIANA

***ETHOS DISCURSIVO E ESTRATÉGIA POLÍTICA NAS CARTAS DE EDUARDO  
CUNHA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2021

V667e

Viana, José Souza.

*Ethos* discursivo e estratégia política nas cartas de Eduardo Cunha. / José Souza Viana, 2021.

119f. il.; (algumas color.).

Orientador (a): Dr. Marcus Antônio Assis Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 104 – 108.

1. Ethos – Construção. 2. Cartas – Eduardo Cunha. 3. Discurso político – Análise do discurso. I. Lima, Marcus Antônio Assis. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - PPGCEL. T. III.

CDD: 410

**Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

## TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ SOUZA VIANA

*ETHOS* DISCURSIVO E ESTRATÉGIA POLÍTICA NAS CARTAS DE EDUARDO CUNHA

Dissertação aprovada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens no programa de Pós-Graduação: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pela seguinte banca:

---

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima  
(Orientador)

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB

---

Prof. Dra. Márcia Santos Lemos  
(Avaliador interno)

Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, UESB

---

Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Moraes  
(Avaliador externo)

Programa de Pós-graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura, UFSJ

Vitória da Conquista, 16 de abril de 2021.

Dedico aos meus filhos Saulo José, Luna Maria, Elis Maria e Thales José (meu quarteto fantástico) que, a cada dia, me inspiram a ser um ser humano melhor.

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é a maior das virtudes! Ao encerrar mais uma etapa da minha vida acadêmica, agradeço a Deus, como primícia, pelo dom da vida, e a todas as pessoas pelo incentivo intelectual e emocional, sem as quais não teria chegado até aqui. Por essa razão, registro aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Rodrigo e Armesina, pelo apoio incondicional e indispensável. Obrigado por acreditar em meus sonhos e vibrar comigo a cada conquista.

À minha esposa, Maria José, minha parceira, pela cumplicidade e por compreender os momentos ausentes. Principalmente por “segurar a onda” com a nossa “turminha do barulho” para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

A Luiz Pedro Passos, mestre em Letras, por ter me incentivando a ingressar no mestrado, através do qual agradeço a todos os meus amigos que torcem por mim e dividem comigo os momentos que a vida nos proporciona, sobretudo, aqueles que me ajudam a construir imagens positivas ao longo de todo o meu percurso pessoal e profissional.

Ao meu orientador, professor Dr. Marcus Antônio Assis Lima, profissional competente e humano, pelas orientações e compreensão. Obrigado! O maior aprendizado é aquele que se efetiva pelo exemplo, não apenas pelo discurso.

Ao professor Dr. Argus Romero Abreu de Moraes e à professora Dra. Márcia Santos Lemos, por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora desta dissertação, a quem agradeço pela leitura crítica e cuidadosa.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, através do Programa de Pós-Graduação em Letras, bem como a todos os professores que pavimentaram o meu percurso acadêmico, obrigado pela oportunidade de regressar a esta instituição para concretizar um sonho que ficou adormecido há 12 anos, dadas as circunstâncias da vida.

Por fim, aos colegas do mestrado, companheiros de jornada, pelos conhecimentos e angústias compartilhados e pela proveitosa convivência durante o curso. A todos, muito obrigado!

*Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si.*

(Ruth Amossy)

## RESUMO

Este estudo se propõe a identificar, nas cartas de Eduardo Cunha, os elementos linguísticos e discursivos associados à construção do *ethos* que serviram como instrumentos de legitimação do projeto político do enunciador. Para tanto, será utilizada a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a partir da seleção de quatro cartas escritas pelo deputado federal no âmbito da Operação Lava Jato, capitaneada pela Polícia Federal. Nesse sentido, o contexto sociopolítico e a situação enunciativa das cartas e de seu enunciador serão considerados fatores-chave para a realização da análise proposta. Dessa forma, abordaremos o discurso político pela perspectiva da AD, a partir da qual fazemos uma revisão bibliográfica sobre a noção de *ethos*, bem como apresentaremos os principais conceitos e categorias que nortearão a análise, que se iniciam com a Retórica Aristotélica perpassam pelas concepções teórico-metodológicas inauguradas por Maingueneau e Charaudeau, com ênfase para a noção de *ethos* discursivo enquanto estratégia argumentativa presente no campo da ação política. Além disso, será feita uma revisão histórica do uso da carta como gênero discursivo, apresentando a carta pessoal como uma dessas manifestações textuais ao mesmo tempo em que ela estabelece a distinção com o gênero carta aberta, cuja particularidade caracteriza-se por ser um veículo de comunicação coletiva, em que o remetente e o destinatário não são seres individuais. Assim, partiremos de uma metodologia de pesquisa de natureza quantitativa-descritiva e qualitativa do *corpus*, considerando as condições de produção do discurso, a instituição partidária do agente político, bem como seu *ethos* prévio e discursivo. Como resultados, será possível observar que o *ethos* de Eduardo Cunha é construído a partir de combinações de imagens de si, através das quais busca construir uma identidade discursiva para conseguir a adesão de seu auditório.

**Palavras-chave:** Cartas. *Ethos*. Discurso Político. Eduardo Cunha.



## ABSTRACT

This study aims to identify, in the letters of Eduardo Cunha, the linguistic and discursive elements associated with the construction of the ethos that served as instruments for legitimizing the enunciator's political project. To this end, the French Discourse Analysis (AD) perspective will be used, based on the selection of four letters written by the federal deputy under Operation Lava Jato, led by the Federal Police. In this sense, the socio-political context and the enunciative situation of the letters and their enunciator will be considered key factors for carrying out the proposed analysis. Thus, we will approach the political discourse from the perspective of DA, from which we make a bibliographic review on the notion of ethos, as well as presenting the main concepts and categories that will guide the analysis, which begin with the Aristotelian Rhetoric run through the theoretical conceptions - methodological inaugurated by Maingueneau and Charaudeau, with emphasis on the notion of discursive ethos as an argumentative strategy present in the field of political action. In addition, a historical review of the use of the letter as a discursive genre will be made, presenting the personal letter as one of these textual manifestations at the same time that it establishes the distinction with the genre open letter, whose particularity is characterized by being a vehicle of collective communication, in which the sender and the recipient are not individual beings. Thus, we will start from a quantitative-descriptive and qualitative research methodology of the corpus, considering the conditions of discourse production, the party institution of the political agent, as well as his previous and discursive ethos. As a result, it will be possible to observe that Eduardo Cunha's ethos is built from combinations of images of himself, through which he seeks to build a discursive identity in order to achieve the adherence of his audience.

**Keywords:** Letters. *Ethos*. Political speech. Eduardo Cunha.

## **LISTA DE SIGLAS**

AD – Análise do Discurso  
AL1 – Ato Linguageiro 1  
AL2 – Ato Linguageiro 2  
AL3 – Ato Linguageiro 3  
AL4 – Ato Linguageiro 4  
EUc – Sujeito comunicante  
EUe – Sujeito enunciador  
TS – Teoria Semiolingüística  
TUd – Sujeito destinatário  
TUi – Sujeito interpretante

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Quadro enunciativo dos circuitos do ato de linguagem.....	26
<b>Figura 2</b> – Classificação dos <i>Ethé</i> de credibilidade, segundo Charaudeau (2015).....	30
<b>Figura 3</b> – Os <i>Ethé</i> de identificação e suas características, segundo Charaudeau (2015).....	34
<b>Figura 4</b> – As três cenas de enunciação do discurso, segundo Maingueneau (2008).....	40
<b>Figura 5</b> – Os três lugares de fabricação do discurso político, segundo Patrick Charaudeau.....	43

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Cenografia e <i>ethé</i> mobilizados no Ato Linguageiro 1.....	75
<b>Quadro 2</b> – Cenografia e <i>ethé</i> mobilizados no Ato Linguageiro 2.....	83
<b>Quadro 3</b> – Cenografia e <i>ethé</i> mobilizados no Ato Linguageiro 3.....	89
<b>Quadro 4</b> – Cenografia e <i>ethé</i> mobilizados no Ato Linguageiro 4.....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 O DISCURSO POLÍTICO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>20</b>
1.1 A noção de <i>ethos</i> .....	20
1.1.1 <i>Ethos</i> na Retórica aristotélica.....	20
1.1.2 <i>Ethos</i> na perspectiva de Maingueneau.....	22
1.1.3 <i>Ethos</i> na perspectiva de Charaudeau.....	25
1.1.3.1 Os <i>ethé</i> de credibilidade.....	29
1.1.3.2 Os <i>ethé</i> de identificação.....	33
1.2 Cenas de enunciação.....	38
1.3 O contrato de comunicação política.....	41
<b>2 A CARTA ABERTA COMO GÊNERO DISCURSIVO E A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO CUNHA.....</b>	<b>48</b>
2.1 A carta pessoal como gênero discursivo.....	48
2.2 A carta aberta a serviço do discurso político.....	50
2.2.1 Getúlio Vargas e a narrativa para se perpetuar na História.....	51
2.2.2 Jânio Quadros – correspondências como guia de conduta presidencial.....	52
2.2.3 A carta de Lula ao povo brasileiro.....	55
2.2.4 A carta de Michel Temer a Dilma Rousseff.....	57
2.2.5 Lula e a avalanche de cartas na prisão.....	59
2.3 A trajetória política de Eduardo Cunha no contexto da história política recente.....	63
2.3.1 Breve biografia.....	63
2.3.2 A atuação como deputado federal.....	64
2.3.3 O impeachment de Dilma Rousseff.....	65
2.3.5 Lava jato, cassação e condenação.....	66
<b>3 ANÁLISE DAS CARTAS: A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO DE EDUARDO CUNHA.....</b>	<b>68</b>
3.1 AL1 – A carta-renúncia de Eduardo Cunha.....	69
3.2 AL2 – A carta em que Eduardo Cunha pede a clemência dos seus pares para evitar a cassação.....	76
3.3 AL3 – Carta à Nação Brasileira.....	84

3.4 AL4 – Carta escrita pelo deputado ao completar 3 anos de encarceramento.....	90
3.5 Estratégias discursivas nas cartas de Eduardo Cunha.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO 1.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO 2.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO 3.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO 4.....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

As relações humanas são construídas por intermédio da linguagem. É ela que confere humanidade ao homem, na medida em que o permite pensar, agir e viver em sociedade. A linguagem, portanto, constitui um poder primordial do homem que continuamente o constrói e o molda através de suas trocas e relações estabelecidas historicamente.

Nesse sentido, todo ato de linguagem implica um princípio de alteridade na medida em que parte sempre da ação de um sujeito que só pode definir-se em relação ao outro. Assim sendo, o ato de tomar a palavra quase sempre tem o condão de trazer o outro para si, para que pense, diga ou aja segundo o desejo do sujeito do ato linguageiro. Podemos dizer, portanto, que toda situação comunicativa tem como visada primeira afetar o outro, isto é, influenciá-lo.

Entretanto, segundo Charaudeau (2016), para que o locutor seja bem-sucedido em seu projeto de fala, é necessário que ele tenha competência discursiva para produzir atos de linguagens portadores de sentido e de vínculo social. A competência discursiva compreende uma competência situacional, uma vez que todo ato de linguagem está circunscrito a uma situação de comunicação, o que nos obriga a considerar a sua finalidade e a identidade dos parceiros de troca implicados. Compreende uma competência semiolinguística na medida em que o locutor precisa organizar a encenação do ato de linguagem de acordo com a sua intencionalidade e também uma competência semântica que diz respeito à capacidade do sujeito de fala de construir sentido com o auxílio da gramática ou do léxico, a partir da situação comunicativa e dos mecanismos de encenação do discurso.

Não obstante, parafraseando Charaudeau (2016), como não há transparência na linguagem, o processo de comunicação não resulta de uma única intencionalidade, pois é necessário considerar não somente o que poderiam ser as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem nessa relação peculiar que une o emissor e o receptor.

A intencionalidade do ato comunicativo altera-se de acordo com o propósito do emissor. Os propósitos são os mais variados possíveis, que vão desde uma simples informação ou reclamação à necessidade de convencer o interlocutor. Desta ou daquela forma, essas interações são possibilitadas por meio da linguagem e mediadas por uma infinidade de gêneros discursivos que se manifestam em forma de textos orais ou escritos. Por essa razão, toda comunicação se materializa por meio de algum gênero textual. “Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero” (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Nesse sentido, o *corpus* desta pesquisa é constituído pelo gênero discursivo carta que, durante muito tempo, foi o único meio escrito de realizar a interação entre as pessoas. Hoje, no entanto, é pouco usado em virtude do surgimento de novos modelos de textos, como, por exemplo, o correio eletrônico. Conforme Bazerman (2006), as cartas pessoais e/ou familiares estão abertamente ligadas às relações sociais e a escritores particulares, tornando-se um material riquíssimo em particularidades de uma época e da cultura de um povo.

A respeito das transformações pelas quais o gênero vem passando Bakhtin esclarece, inicialmente, que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2004, p. 122).

Dessa forma, por meio de Bakhtin podemos compreender que há uma valorização da linguagem e da enunciação, pois elas enfatizam a importância da interação verbal na construção de usos linguísticos em comunidade, pois é por meio da enunciação que a língua se torna uma realidade. Os gêneros discursivos que permeiam a atividade humana são divididos por Bakhtin (2004) em primários e secundários, conforme o nível de complexidade que se apresentam. Os secundários são selecionados para interações que exigem maior planejamento e, portanto, pertencem ao campo mais elaborado da comunicação cultural, a exemplo de situações comunicativas como teatro, romance, tese científica e palestras, ao passo em que os primários são usados na comunicação verbal espontânea e, por isso, estão mais diretamente relacionados às interações mais imediatas, como a carta, o bilhete, o diálogo cotidiano.

Nesse sentido, podemos dizer, de maneira genérica, que a carta pessoal é considerada um gênero discursivo primário por ser mais espontâneo, não exigindo um preparo técnico por parte do enunciador. Entretanto, estas características da carta pessoal/familiar não guardam nenhuma semelhança com os *corpora* que são objetos de estudo desta pesquisa em razão das circunstâncias e da finalidade com que as mesmas foram escritas, como ficará latente ao longo das análises que serão feitas.

Conforme Costa (2009), carta, missiva ou epístola são termos que descrevem um manuscrito ou um impresso destinado a estabelecer uma comunicação interpessoal escrita entre pessoas e/ou organizações. As cartas foram, durante muito tempo, um dos meios de



comunicação mais utilizados pela humanidade, sendo, portanto, a base das comunicações. No Brasil, as cartas chegaram junto com os primeiros portugueses, sendo a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, D. Manuel, em 1500, considerada o primeiro registro escrito nas terras brasileiras. Atualmente, a carta vem sendo substituída pelo *e-mail*, mas ainda há pessoas que optam por trocar correspondências físicas, preferindo utilizá-la como método mais tradicional.

Recentemente, o gênero carta tem sido um recurso bastante utilizado pelos políticos presos que, também privados do acesso à imprensa, veem na correspondência física (que é posteriormente divulgada) um meio de se comunicar com a sociedade, produzindo discursos ora para se defenderem, ora para se legitimarem perante a opinião pública.

Dessa maneira, com base nos pressupostos teóricos postulados pela Análise do Discurso, esta pesquisa pretende, por um lado, aventar uma aproximação entre as distintas abordagens discursivas de tradição francesa relativas à noção de *ethos* e, por outro, identificar, nas cartas de Eduardo Cunha, os elementos linguísticos e discursivos associados à construção do *ethos* que serviram como instrumentos de legitimação do projeto político do enunciador. Pretende-se, ainda, analisar como ocorre o processo de projeção de imagens veiculadas por parte do deputado nas missivas a partir do *ethos* prévio e do *ethos* projetado e observar como este se articula com o discurso identificado e com o próprio conteúdo das cartas.

Diante disso, os recortes investigativos deste trabalho são as cartas escritas por Eduardo Cunha, a partir das quais serão analisados os discursos do referido agente político. Nesse sentido, o contexto sociopolítico e a situação enunciativa das cartas e de seu enunciador serão considerados fatores-chave para a realização da análise proposta. Assim, este trabalho pretende responder à seguinte questão de pesquisa: quais estratégias linguísticas e discursivas voltadas à construção da imagem de si foram utilizadas nas cartas de Eduardo Cunha como instrumento de legitimação do seu projeto político?

A fim de responder a essa questão, traçamos alguns objetivos no intuito de auxiliar a pesquisa. Assim, discutimos a importância da cenografia e do *ethos* na construção da identidade do agente político, identificando e analisando os componentes linguísticos e discursivos presentes nas cartas de Eduardo Cunha voltados à construção do *ethos* discursivo, além de explicitarmos o papel do *ethos* como discurso de persuasão e legitimação do projeto político do enunciador.

A metodologia adotada na pesquisa é de natureza qualitativa-descritiva do *corpus*, considerando as condições de produção do discurso, a instituição partidária do agente político, bem como seu *ethos* prévio e discursivo. Essa teoria, bem como sua metodologia, tem bases

empíricas adotadas pela perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, com Dominique Maingueneau (2008; 2016), Patrick Charaudeau (2015; 2016), corroborados por Ruth Amossy (2016). A hipótese fundamental do trabalho é que as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas cartas no intuito de legitimar e efetivar o projeto argumentativo do agente político apontam para a existência de mais de um *ethos* discursivo.

Para a constituição do *corpus*, foram selecionadas cartas do Deputado Federal Eduardo Cunha escritas antes e depois da sua prisão, enquanto investigado na Operação Lava Jato, a partir das quais foram analisados os discursos. Dessa forma, o referido *corpus* constituiu-se na amostra de quatro cartas escritas pelo deputado, sendo duas antes e duas após a sua, as quais escolhidas a partir de critérios quantitativo e qualitativo, uma vez que se deu preferência àquelas de maior extensão e que mais se aproximavam do gênero carta pessoal. São assim distribuídas:

1. Carta-renúncia da presidência da Câmara dos Deputados, em 07/07/2016;
2. Carta em que o Eduardo Cunha implora a clemência dos deputados a fim de evitar a cassação de seu mandato parlamentar, escrita em 31/08/2016;
3. Carta à Nação Brasileira, escrita em 17/08/2018;
4. Carta escrita pelo deputado ao completar 3 anos de seu encarceramento, em 26/10/2019, na qual faz um balanço de sua experiência no cumprimento da pena.

Dessa forma, analisaremos esses textos com foco na perspectiva da AD intercalando essas análises com as noções de *ethos* de Maingueneau e Charaudeau, além das contribuições de Ruth Amossy. Este trabalho representou uma oportunidade para se discutir a construção do *ethos* no discurso político como peça argumentativa, analisando a ocorrência do processo de projeção de imagens veiculadas nas diversas cartas escritas pelo Deputado Eduardo Cunha, a partir do *ethos* prévio enquanto imagem preexistente ou predefinida do enunciador que condiciona a construção do *ethos* discursivo, explicitando como este se articula com o discurso identificado e com o próprio conteúdo das cartas. Dessa forma, o trabalho estruturou-se em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, abordamos “O discurso político pela perspectiva da Análise do Discurso”, a partir da qual fazemos uma revisão bibliográfica sobre a noção de *ethos*, bem como apresentamos os principais conceitos e categorias que nortearão a análise, perpassando desde a Retórica Aristotélica até chegar às concepções teórico-metodológicas inauguradas por Maingueneau e Charaudeau, com ênfase para a noção de *ethos* discursivo enquanto estratégia argumentativa presente no campo da ação política.

No segundo capítulo, “Revisão histórica do uso da carta como gênero discursivo e trajetória política de Eduardo Cunha”, apresentamos, num primeiro momento, a carta pessoal como gênero discursivo ao mesmo tempo em que estabelecemos a distinção desta com o gênero textual carta aberta, cuja particularidade caracteriza-se por ser um veículo de comunicação coletiva em que o remetente e o destinatário não são seres individuais. Portanto, ela é destinada a várias pessoas, ou através de um público específico ou representadas por organizações, sindicatos, movimentos ou alguma comunidade.

Dado o seu caráter coletivo, a carta aberta utiliza, para sua veiculação, de meios de comunicação de massa, bastante difundidos, como televisão, rádio, internet, dentre outros. Ademais, os conteúdos abordados geralmente apontam para algum problema de relevância social. Nesse contexto, a título de exemplificação do uso da carta como gênero discursivo, destacamos algumas missivas que entraram para a história recente brasileira, como a carta-testamento de Getúlio Vargas, as correspondências de Jânio Quadros, a carta de Lula ao povo brasileiro, a carta de Michel Temer a Dilma Rousseff, além das inúmeras cartas endereçadas ao ex-presidente Lula quando da sua prisão na carceragem da Polícia Federal.

Num segundo momento, apresentamos a trajetória política de Eduardo Cunha no contexto da história política recente a partir de uma breve biografia e de fatos que marcaram a sua atuação como deputado federal, sobretudo, na condição de presidente da Câmara dos Deputados, como o *impeachment* da presidente petista Dilma Rousseff.

Eduardo Cosentino da Cunha é político brasileiro, filiado ao PMDB, economista e radialista. Evangélico, é atualmente membro da igreja Assembleia de Deus, Ministério de Madureira. Atuou como deputado federal entre fevereiro de 2003 e setembro de 2016, quando teve o mandato cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Antes, porém, assumiu a presidência dessa Casa em 1º de fevereiro de 2015, permanecendo até 7 de julho de 2016, quando foi obrigado a renunciar por ter sido denunciado na Operação Lava Jato, sendo preso preventivamente pela Polícia Federal em 19 de outubro de 2016. Antes de renunciar à presidência da Casa Legislativa, o deputado foi protagonista no processo que culminou no *impeachment* da então Presidente da República.

No terceiro e último capítulo, “Análise das cartas: a construção do ethos discursivo de Eduardo Cunha”, dedicamo-nos à elucidação do *corpus* selecionado, começando pela descrição das situações de comunicação instauradas pelo agente político. Para tanto, lançamos mão das bases teóricas da AD para compreender, na prática, como o *ethos* pode estar a serviço das estratégias linguístico-discursivas que sustentam os discursos dos agentes políticos, entendendo esses discursos como práticas sociais produtoras de sentidos. Além disso, utilizamos também o

aporte teórico da Teoria Semiológica para justificar os atos linguageiros e discursivos escolhidos pelo sujeito como recurso para legitimação do seu discurso.

Por fim, tecemos as considerações finais, que analisam os objetivos pretendidos, verificando a aplicabilidade deles, e nas quais elencamos os resultados obtidos durante as análises.

## 1 O DISCURSO POLÍTICO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

*O discurso político é, por excelência o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz.*

Patrick Charaudeau

### 1.2 A noção de *ethos*

#### 1.1.1 *Ethos* na Retórica aristotélica

A comunicação é essencial nas relações humanas. Antes mesmo da descoberta da fala, os grupos humanos que viveram há milhões de anos já se comunicavam por meio da linguagem desenvolvida por meio de gestos, sons, expressões e grunhidos. Desde então, a comunicação tem sido essencial nas relações humanas, tanto pessoal quanto profissionalmente. Nesse esforço para compreender e ser compreendido, além de propiciar o intercâmbio e a transmissão de ideias, cada vez mais, o homem tem lançado mão da comunicação para afetar o outro, isto é, para persuadi-lo, consciente ou inconscientemente.

Segundo Aristóteles (2011), a retórica é vista como o poder de observar e descobrir o que é adequado para persuadir. Nessa perspectiva, entre os meios de persuasão, enquanto alguns não dependem diretamente da arte, outros, sim. Os meios de persuasão independentes da arte são todos aqueles que já estão dados, bastando apenas empregá-los, a exemplo das testemunhas, das leis, das confissões obtidas sob tortura, além dos acordos previamente escritos. Já os meios de persuasão dependentes da arte são aqueles que necessitam ser descobertos ou inventados com base no método da retórica.

Nesse sentido,

Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar. A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito (ARISTÓTELES, 2011, p. 45).

Assim sendo, pode-se dizer que a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade ou o que tem aparência de verdade, a partir de estratégias

argumentativas. Tais estratégias serão mais eficazes na medida em que maior for a capacidade do orador de raciocinar logicamente, compreender os costumes, as virtudes e conhecer as emoções do seu auditório. Desse modo, pode-se afirmar que o ouvinte acaba por determinar a finalidade e o objeto do discurso.

O termo *ethos*, cujo significado é “personagem” em grego, constitui, na perspectiva da Retórica Aristotélica, a imagem de si que o orador produz em seu discurso. Não sem razão, o *ethos* funciona como uma estratégia do discurso político. Segundo Charaudeau (2015), Aristóteles divide os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias, constituindo a trilogia aristotélica: o *logos*, que pertence ao domínio da razão e, portanto, torna possível convencer; o *ethos* e o *pathos*, que pertencem ao domínio da emoção e, portanto, tornam possível emocionar. Enquanto o *pathos* é voltado para o auditório, para o aspecto sentimental com influência na oratória e na retórica do locutor, o *ethos* é voltado para o orador, diz respeito aos modos de se expressar que o locutor utiliza para se dirigir ao seu auditório com o intuito de convencer ou persuadir o outro de seu ponto de vista. É, pois, o que permite ao orador parecer “digno de fé”.

A noção de *ethos* discursivo vem desde a tradição filosófica, quando se buscava atribuir significado às diversas manifestações linguísticas. Dessa forma, passou-se a utilizar a persuasão como estratégia para defesa dos argumentos, como fica latente na Retórica Aristotélica, devido ao seu caráter pragmático na tentativa de convencimento do outro. É imperioso, portanto, impressionar o auditório para conquistar sua confiança. Assim,

(...) – o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; – o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; – é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2008a, p. 17).

Contudo, essa produção de sentido do discurso entre locutor e alocutário não se dá de forma ingênua, havendo entre eles, portanto, uma relação de cumplicidade. Nas palavras de Maingueneau (2008b, p. 56), “a prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão mediante a forma com que se constrói o discurso, em dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”. Nesse sentido, segundo Amossy,

Toda comunicação está fundada em uma confiança mínima entre os protagonistas, e cabe a uma retórica narrativa, segundo o outro, determinar como a enunciação contribui para criar, no enunciatário, uma relação de

confiança fundada na autoridade que o enunciador deve se conferir caso deseje convencer (AMOSSY, 2016, p. 21).

Segundo Maingueneau (2008a), para dar uma imagem positiva de si, o orador se vale de três qualidades: a prudência (*phronesis*), através da qual pondera sobre o discurso; a benevolência (*eunóia*), responsável pela transmissão de uma boa imagem de si; e a virtude (*aretè*), que implica a transmissão de ideia de simplicidade e sinceridade. Contudo, “não se pode ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15), o que caracteriza o que chamamos de *ethos* prévio – as inferências que o auditório faz sobre o *ethos* do locutor. Por essa razão,

(...) uma outra série de problemas advém do fato de que, na elaboração do *ethos*, interagem fenômenos de ordens muito diversas: os índices sobre os quais se apóia o intérprete vão desde a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação... O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente (MAINGUENEAU, 2008a, p. 16).

Dessa forma, dentro deste processo de elaboração do *ethos*, é preciso entendê-lo como parte constitutiva da cena de enunciação, pois o discurso acaba por reivindicar a cena de enunciação para materializar-se. Nesse sentido, a cenografia corresponde ao ato de colocar em prática o discurso, já que “esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, como também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao ‘fiador’ pelas representações coletivas estereotípicas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

### 1.1.2 *Ethos* na perspectiva de Maingueneau

O conceito de *ethos* remonta aos estudos de Aristóteles na Antiguidade Clássica. No Dicionário de Análise do Discurso, Charaudeau e Maingueneau (2018), trazem a noção de *ethos* como a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Sob essa ótica, o *ethos* refere-se diretamente à imagem que o enunciador constrói de si mesmo, dentro do discurso, por intermédio do seu modo de dizer. Por conseguinte, essa imagem não deve ser confundida com a imagem do sujeito empírico.

Contudo, a concepção de *ethos* defendida por Maingueneau (2016) é distinta daquela que concebe o *ethos* como o caráter que o orador demonstra em seu discurso com vistas ao convencimento; ao contrário, está circunscrita no quadro da Análise do Discurso. Assim

sendo, “ele é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência” (MAINGUENEAU, 2016, p. 75).

Nesse contexto, a noção que se dá ao *ethos* ultrapassa os limites do quadro da argumentação, uma vez que, para Maingueneau (2016, p. 69), “além da persuasão por argumentos, a noção de *ethos* permite, de fato, refletir sobre o processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva”. Soma-se a isso o fato de que discursos como o da publicidade, da filosofia e da política não têm como objetivo uma adesão imediata, mas conquistar um público que tem a prerrogativa de ignorá-los ou de aceitá-los.

A questão essencial, para Maingueneau, é que o *ethos* está ligado à enunciação, mas não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Assim sendo,

Persuade-se pelo caráter (*ethos*) quando o discurso é de tal natureza que torna o orador digno de fé, porque as pessoas honestas nos inspiram uma confiança maior e mais imediata. [...] Mas, é necessário que esta confiança seja o efeito do discurso, não de um juízo prévio sobre o caráter do orador (*Ibidem*, p. 70).

Nesse contexto, segundo linguista, “o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado” (*Idem*). Tem-se, a partir de então, a distinção entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*. Assim, podemos entender por *ethos pré-discursivo* aquele que é baseado nas informações que circulam antes de o discurso ser proferido pelo locutor, ou seja, aquele que pode ser recuperado mediante pistas como marcas linguísticas, história discursiva, situação comunicativa. Por sua vez, o *ethos discursivo* pode ser concebido como a imagem criada pelo enunciador no momento em que o mesmo toma a palavra, ou, em outras palavras, diz respeito às enunciações efetivamente realizadas pelos locutores.

Maingueneau reformula a noção de *ethos* a partir do quadro da Análise do Discurso, para a qual o discurso possui uma vocalidade específica, implicando, portanto, que se determine o corpo do enunciador. Nesse sentido, o autor postula o “fiador” do discurso, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, investido de um caráter e de uma corporalidade. “O ‘caráter’ corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à ‘corporalidade’, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social” (MAINGUENEAU, 2016,



p. 72). Dessa forma, o *ethos* implica um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global, cuja “incorporação” opera a partir de três registros indissociáveis,

- A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo; - O coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo; - Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2016, p. 73).

Nas palavras do autor, o texto não é para ser contemplado: ele é, antes de tudo, enunciação voltada para um coenunciador, o qual precisa ser mobilizado para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido. Assim sendo, cada texto constrói um tipo específico de cena enunciativa que, por sua vez, interpelará à sua maneira os coenunciadores do texto. Logo, o poder de persuasão de um discurso está em levar o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. Paradoxalmente, é por intermédio do seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer.

Dessa forma, a partir da noção de *ethos* defendida por Maingueneau (2016), deve ser afastada a concepção do discurso enquanto “procedimento” ou “estratégia”, como se os conteúdos fossem independentes da cena de enunciação que eles assumem. Dito de outra forma, a noção de *ethos* forjada por Maingueneau está diretamente relacionada à maneira de dizer do enunciador, apoiada na dupla figura de um caráter e de uma corporalidade, que pode ser efetivada tanto na escrita quanto na fala.

Não obstante essa corporalidade característica do *ethos* discursivo ser constatada com mais naturalidade nas interações ou interlocuções face a face, o mesmo também pode ser verificado nos textos escritos por intermédio de outros recursos, como marcadores linguísticos, uso dos tempos verbais e escolha do léxico, por exemplo. Nesse âmbito,

Duas razões me levaram a recorrer à noção de *ethos*: seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica. É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação que, sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente (MAINGUENEAU, 2016, p. 70).

Nas palavras do autor, qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa por meio de um tom

que indica quem o disse. O termo “tom”, para o autor supracitado, apresenta ainda a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral, pois se pode falar do “tom” de um livro, por exemplo, que pode ser verificado, inclusive, por meio dos recursos linguísticos aludidos anteriormente.

Diante do exposto, fica evidente a diferença entre a concepção de *ethos* em Aristóteles, mais voltada para a construção de uma imagem de si pelo orador, com vistas ao convencimento do auditório, e a de *ethos* de Dominique Maingueneau, que o concebe não apenas como componente estratégico no discurso, mas também como parte integrante da cena de enunciação.

### 1.1.3 Ethos na perspectiva de Charaudeau

Convém-nos, antes de explorar a concepção de *ethos* de Charaudeau, elucidar, ainda que de forma breve, a Teoria Semiolinguística (TS) proposta pelo mesmo autor com base no contrato de comunicação. A TS, inspirada na Teoria dos Atos de Fala trazida pela Pragmática, baseia-se nos atos de linguagem que acontecem sob determinadas circunstâncias de discurso e devem ser vistos como atos interenunciativos entre quatro sujeitos: sujeito enunciador (EUE, ser de fala), sujeito destinatário (TUD, ser de fala), sujeito comunicante (EUC, ser social) e sujeito interpretante (TUI, ser social). Sob esse aspecto, Charaudeau vai além dos aspectos meramente linguísticos e considera os comportamentos sociais e as formas de pensar dos vários sujeitos imbricados nas trocas languageiras para identificar os diversos modos de organização do discurso levados a cabo pelos sujeitos da comunicação.

Independentemente da forma, verbal ou simbólica, segundo Charaudeau (2016), a comunicação pressupõe um contrato no qual são reconhecidas as condições de concretização das trocas languageiras. Este contrato é resultante de um acordo tácito, no qual os envolvidos sabem como devem agir em determinada situação sem precisar ler determinadas regras ou escutar conselhos de alguém. Nessa toada, a garantia de sucesso do empreendimento linguístico estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TUI) e o destinatário (TUD). Para tanto, para ser bem-sucedido, o sujeito comunicante precisa fazer uso de contratos e estratégias.

Nas palavras de Charaudeau (2016, p. 56), “a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais”. Por essa razão, o

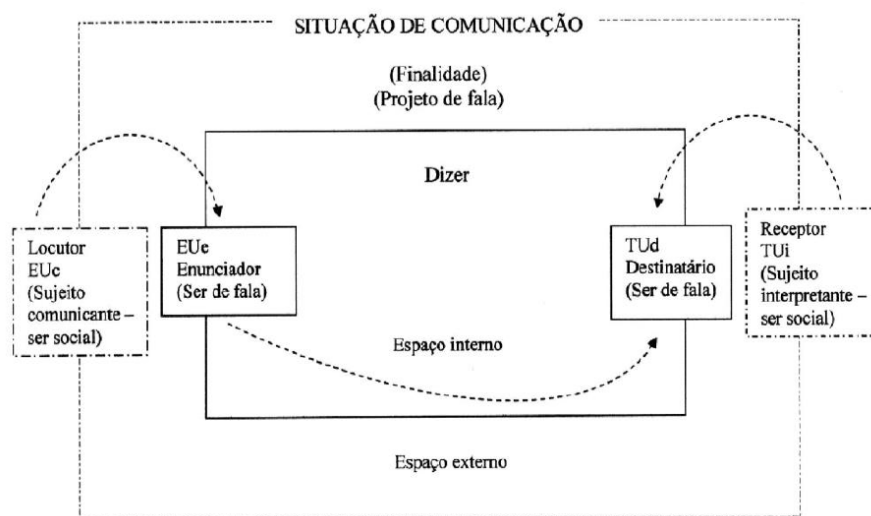
sujeito comunicante sempre pode presumir que o outro possui uma competência linguageira semelhante à sua para que o contrato possa se efetivar. De maneira análoga,

a noção de estratégia repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUC) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUI), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUD) construído por EUC (CHARAUDEAU, 2016, p. 56).

A base do contrato de comunicação de Charaudeau está alicerçada no dialogismo de Bakhtin (1997), segundo o qual a enunciação é o resultado da interação de dois sujeitos inseridos num contexto social organizado. Nesse sentido, falar de comunicação humana é falar de construção de sentidos. Portanto, não se pode falar em teoria do discurso sem a definição dos sujeitos do ato de linguagem proposta por Charaudeau (2016), que divide as características da troca linguageira em dados externos e dados internos. Enquanto os dados externos compreendem as condições de identidade, finalidade, propósito e dispositivo, os dados internos compreendem os espaços de locução, relação e tematização.

Para ilustrar como se dá construção de sentidos a partir dos sujeitos envolvidos no ato de linguagem, Charaudeau propôs o quadro do contrato comunicacional, que segue.

**Figura 1** – Quadro enunciativo dos circuitos do ato de linguagem



Fonte: (CHARAUDEAU, 2016, p.52).

Como fica patente no quadro acima, o processo de comunicação é constituído minimamente de dois parceiros: o sujeito comunicante (EUC) e o sujeito interpretante (TUi), os quais estão envolvidos na relação contratual. O sujeito comunicante (EUC) é aquele que tem a iniciativa para que o processo de produção possa se efetivar ou não; é ele quem diz, a partir de um projeto de fala: “o que dizer? De que modo dizer? Como dizer o que vou dizer de modo a convencer o meu parceiro?”. Para tanto, EUC constitui-se em um sujeito enunciador (EUe) que, por sua vez, estabelece, através do seu projeto de fala, um sujeito destinatário (TUD). O sujeito interpretante (TUi), por sua vez, enquanto parceiro do sujeito comunicante (EUC), é aquele que tem a iniciativa do processo de interpretação da mensagem recebida. Interpretar, nesse caso, é criar hipóteses sobre o saber do sujeito enunciador, sobre seus pontos de vista em relação aos seus enunciados e seus pontos de vista em relação ao seu sujeito destinatário. Dessa forma, toda interpretação é uma suposição de intenção.

Tanto o (EUC) quanto o (TUi) operam na instância interna, no espaço da organização do Dizer, onde os sujeitos do ato de fala montam suas estratégias discursivas. Dito de outra maneira, para Charaudeau, o ato de linguagem é um fenômeno que resulta da combinação entre o Dizer (no circuito interno, no nível discursivo), no interior do qual se encontram seres de fala e o Fazer (no circuito externo, no nível situacional), onde se encontram os seres agentes que são instituídos como imagem de sujeito comunicante (EUC) e de sujeito interpretante (TUi).

Assim como outros pesquisadores da análise de discurso, Charaudeau também retoma e redefine a noção de *ethos*, embora o faça de modo particular, para quem sujeito linguageiro é um ser feito de discurso e, ao mesmo tempo, um ser social empírico. Enquanto Maingueneau privilegia os aspectos enunciativos, Charaudeau considera a participação do sujeito discursivo e do sujeito social na construção do *ethos*, ou seja, além de incluir os estudos da enunciação leva em conta os comportamentos sociais e as formas de pensar dos sujeitos envolvidos no contrato de comunicação. Nesse sentido, “o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 115).

Nessa relação de cumplicidade e dialogicidade,

o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori*

do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2015, p.115).

A posição do autor quanto à noção de *ethos* é amparada pela questão da identidade do sujeito falante, desdobrada em duas componentes. Em sendo assim, o sujeito que fala mostra-se, num primeiro momento, com sua identidade social de locutor e, num segundo momento, “constrói para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva de enunciador que se atém aos papéis que ele se atribui em seu ato de enunciação, resultado das [...] estratégias que ele escolhe seguir” (CHARAUDEAU, 2015, p.115).

Corroborando essa ideia, Amossy acrescenta:

A interação entre orador e seu auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que fazem um do outro. É a representação que o enunciador faz do auditório, as ideias e as reações que ele apresenta, e não sua pessoa concreta, que modelam a empresa da persuasão. É nesse sentido que Perelman pode falar de auditório como construção do orador, sem deixar de sublinhar a importância da adequação entre essa “ficção” e a realidade (AMOSSY, 2016, p. 124).

Como numa via de mão dupla, o sujeito aparece sob o olhar do outro com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, concomitantemente, mostra-se por meio da identidade discursiva que ele constrói para si. Dessa forma, o *ethos* acaba por se fundir a partir dessa dupla identidade: “sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele próprio diz, e, ao mesmo tempo, o interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é” (CHARAUDEAU, 2015, p. 116). Nesse sentido, podemos dizer que o sujeito pode jogar com sua identidade social e com sua identidade discursiva.

Não obstante, para Charaudeau (2015), o *ethos* não é totalmente voluntário, o que equivale a dizer que, na maioria das vezes, o sujeito não tem controle sobre a imagem de si. Por essa razão, a imagem percebida pelo destinatário nem sempre coincide com a imagem transmitida pelo locutor, pois o destinatário pode construir um *ethos* que o sujeito comunicante não desejou, como acontece na comunicação política.

Retomando a questão da identidade do sujeito, vale salientar que ela passa por representações sociais, uma vez que o falante não tem outra realidade senão a forjada pelas representações que são mobilizadas no interior de um determinado grupo social, o que configura aquilo que chamamos de “imaginários sociodiscursivos”. Nesse sentido, por estar relacionado à percepção das representações sociais, o *ethos* pode dizer respeito tanto a

indivíduos quanto a grupos. O *ethos*, portanto, pode ser construído individualmente e coletivamente. “O *ethos* coletivo corresponde a uma visão global, mas à diferença do *ethos* singular, ele é construído apenas pela atribuição apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo” (CHARAUDEAU, 2015, p. 117).

Ao evocar os conceitos de representações sociais e imaginários sociodiscursivos, Charaudeau (2015) chega às seguintes constatações:

- a) O indivíduo encontra-se preso entre *práticas sociais* concretas, nas quais é levado a fazer trocas com os outros;
- b) As representações sociais comportam uma tripla dimensão: cognitiva (organização mental da percepção), simbólica (interpretação do real) e ideológica (atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias);
- c) Todo ato de comunicação, sendo um ato de troca entre dois ou mais parceiros, cria um elo social que parte de normas de comportamentos e estabelece representações necessariamente partilhadas;
- d) As representações têm por função interpretar a realidade que nos cerca, por um lado mantendo com ela relações de simbolização; por outro, atribuindo-lhe significações.

Nas palavras de Charaudeau (2015, p. 118), “o *ethos* é bem o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende de julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns dos outros ao agirem e falarem”. Sob esse ponto de vista, o *ethos* mais transparece do que aparece, tanto pelos diversos tipos de comportamento do sujeito quanto pelo conteúdo de suas propostas. Assim sendo, a maneira de apresentar as ideias tem o poder de construir imagens.

#### 1.1.3.1 Os *ethé* de credibilidade

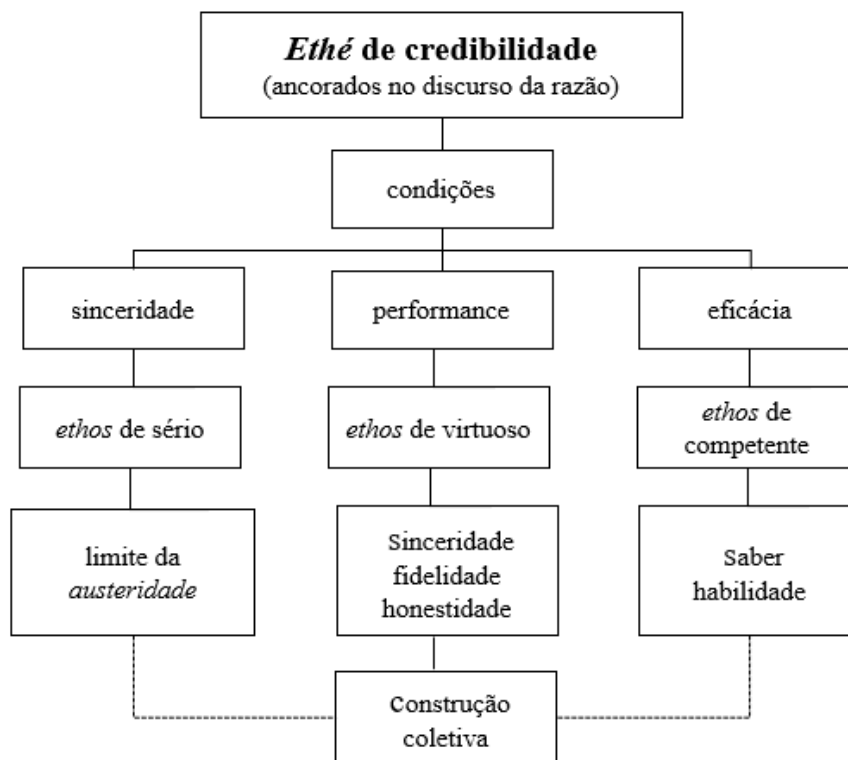
Charaudeau (2015) reagrupa as figuras identitárias do discurso político em duas grandes categorias de *ethos*. A primeira delas é o *ethos de credibilidade*, fundado em um discurso da razão. Segundo o autor, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito, mas o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo ser de fala. Para tanto, essa identidade discursiva construída pelo sujeito falante deve ser realizada de modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*.

Nessa perspectiva, trazendo para a cena política, o sujeito que fala deve se perguntar: como fazer para ser aceito pelo auditório? Para ser bem-sucedido em sua empreitada, deve construir uma imagem que corresponda a seus anseios. Vale salientar que, para que o indivíduo seja julgado digno de crédito, é preciso que haja condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa. Caso contrário, “revelar-se mentiroso, incapaz de honrar suas promessas ou de realizar os objetivos perseguidos, só pode desacreditar o sujeito” (CHARAUDEAU, 2015, p. 119).

A credibilidade, portanto, é fundamental no discurso político e, ao mesmo tempo constitui uma desafio, pois é através dela que o locutor pretende persuadir o seu auditório. Nesse sentido, ganhar credibilidade por intermédio do discurso não é uma tarefa muito simples. Para dar conta dessa tarefa, é necessário satisfazer as condições de sinceridade, performance e eficácia.

Elaboramos, a seguir, um organograma elencando os *ethé* de credibilidade, suas características principais e as condições de realização.

**Figura 2** – Classificação dos *Ethé* de credibilidade, segundo Charaudeau (2015)



Fonte: elaborada pelo autor (2020).

Em se tratando do discurso político, a credibilidade é imprescindível, uma vez que os sujeitos falantes que atuam nesse campo trabalham com a palavra e tem como principal desafio tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder. Não obstante, essa credibilidade precisa satisfazer, concomitantemente, as condições de *sinceridade* que o obriga a dizer a verdade; de *performance* que o obriga a aplicar o que se promete; e a condição de *eficácia* que obriga o sujeito a provar que detém os meios de realizar o que promete e que os resultados serão profícuos. Dessa forma, para dar conta dessas condições, o político busca construir para si o *ethos* de *sério*, de *virtuoso* e de *competente*.

O *ethos* de “sério” vai depender das representações sociais que cada grupo faz de quem é sério e de quem não é, ou seja, vai depender dos imaginários sociodiscursivos que permeiam determinado grupo social. Por essa razão, esse tipo de *ethos* é construído com o auxílio de índices corporais e mímicos como certa rigidez na postura corporal ou uma expressão pouco sorridente na face, bem como índices comportamentais que podem revelar capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante de situações adversas, não se enfurecer nem se mostrar contido demais a ponto de parecer calculista, estrategista.

Também corrobora a construção do *ethos* de “sério” os índices que demonstram grande energia e capacidade para o trabalho, como onipresença política e social, altruísmo, bem como não se encontrar em atividades frívolas, não ser fanfarrão, insolente, infiel ou indiferente em relação à sua família. Ademais, índices verbais como um tom firme e comedido, sem muitas “frases de efeito”, a opção por palavras e construções simples, sem parecer pedante, e elocução serena podem reforçar a imagem de sério.

Entretanto, como adverte Charaudeau (2015), é preciso muita cautela para que a imagem de sério não tenha um efeito contrário ao pretendido. É preciso estar atento ao limite da *austeridade*, pois, dessa maneira, o indivíduo poderia correr o risco de perder seu capital de simpatia junto aos seus eleitores.

Não é preciso tampouco que a seriedade – que não deve ir de encontro á atenção a ser dada aos outros – seja interpretada como uma marca de distância, que lhe daria a imagem – contraprodutiva para o político – de pessoa altiva, fria ou pretensiosa, que não se preocupa com seus administrados, que não tem compaixão pelos sofrimentos dos que nada têm e que não vê as dificuldades que experimentam os cidadãos em suas vidas cotidianas (CHARAUDEAU, 2015, p. 121).

O *ethos* de “virtude”, igualmente necessário ao político, pressupõe que ele, na condição de representante do povo, precisa dar exemplo de sinceridade, fidelidade e



honestidade pessoal. Estas imagens não são construídas de inopino, mas através do tempo, uma vez que, para julgar a fidelidade do político em relação a seus compromissos, é necessário constatar que ele sempre seguiu a mesma de pensamento de ação.

Para além das imagens virtuosas de fidelidade e de coragem, a de *honestidade pessoal* remete à retidão e à sinceridade, tanto na vida pública quanto na vida privada. O que equivale a dizer o que pensa, ser transparente, não participar de negócios escusos, além de mostrar que não tem ambição pessoal no que diz respeito ao seu engajamento político. Ademais, essa honestidade pode ser traduzida em *lealdade* em relação aos seus adversários, ao combater o seu oponente sem desferir golpes baixos, ao reconhecer seus próprios erros ou até mesmo reconhecer a superioridade do adversário, no caso de derrota.

Não obstante, essas imagens de transparência, de lealdade e desinteresse acabam se tornando suspeitas na medida em que se sabe que os políticos são guiados por conselheiros ou especialistas, através de assessores contratados com a finalidade de ajudá-lo na construção da imagem que se quer vender para os cidadãos-eleitores. Esse jogo de máscaras é, muitas vezes, denunciado pela instância adversária que tenta influenciar a opinião pública denunciando as aparências de virtude. Nas palavras de Charaudeau,

(...) o *ethos* de ‘virtude’ é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos, em uma visão nobre da política (CHARAUDEAU, 2015, p. 124).

Dessa forma, o *ethos* de “virtude” é acompanhado por uma atitude de respeito para com o cidadão, em que se depreende que o político deve ser transparente, leal, franco e direto. Por essa razão, é muito comum na cena política os indivíduos se apropriarem de imagens que remetem a essas virtudes. Entretanto, dizer não é suficiente para ser ou mesmo para parecer ser, o que faz com que nem sempre os políticos tenham êxito em suas empreitadas.

Já o *ethos* de “competência” exige de quem a possui, simultaneamente, saber e habilidade, ou seja, o sujeito deve conhecer profundamente a atividade que exerce e, igualmente, provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para concretizar seus objetivos com resultados frutíferos. Nesse sentido, os agentes políticos devem mostrar que conhecem bem a seara da vida política e que sabem agir com eficiência. O grau de competência de um determinado político é depreendido pela visão do conjunto de seu percurso.

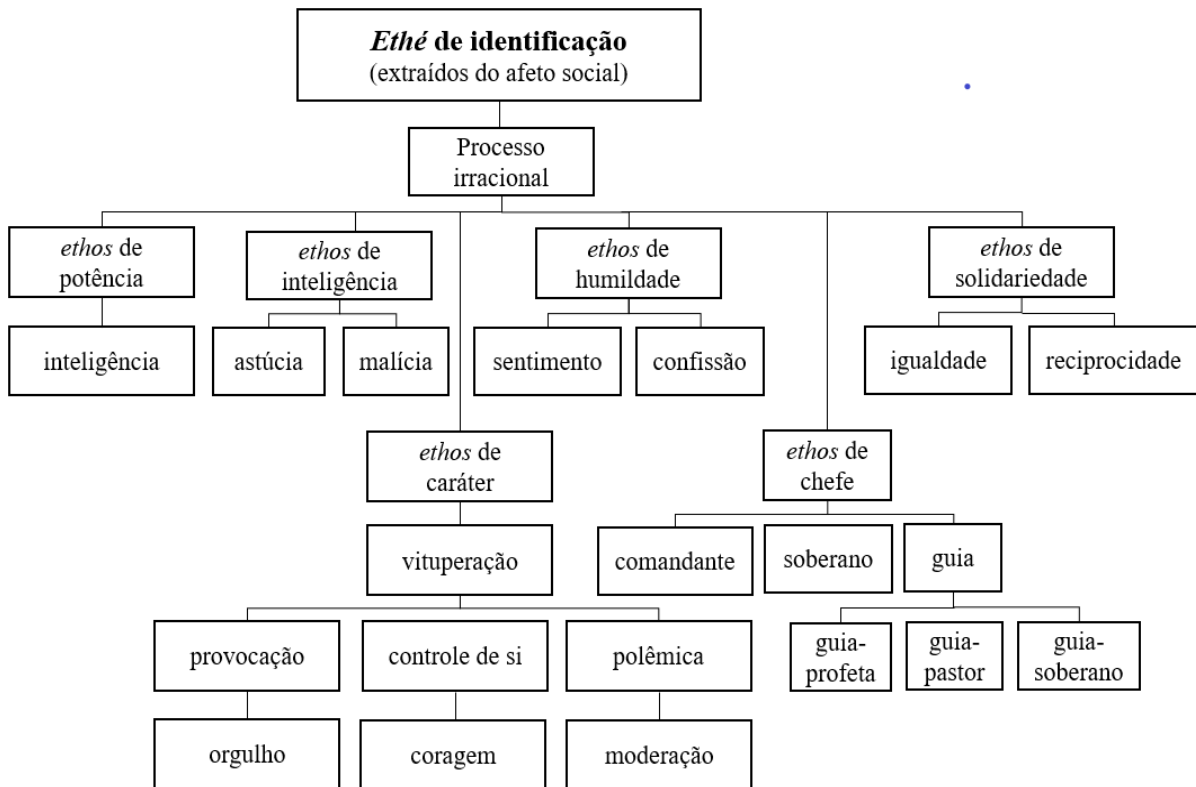
Por essa razão, na maioria das vezes, cabe ao próprio político evidenciar em suas declarações as características de sua trajetória política para invocar esse *ethos* de “competência” que pode ser recuperado tanto por sua carreira acadêmica quanto pela herança, funções exercidas e experiência adquirida. Assim sendo, podemos dizer que o *ethos* de credibilidade é uma construção coletiva, uma vez que depende da maneira pela qual o sujeito encena sua identidade discursiva e da maneira como o público o percebe enquanto ser social. Nas palavras conclusivas de Charaudeau, “o *ethos* de credibilidade se constrói em uma interação entre identidade social e identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 137).

### 1.1.3.3 Os *ethé* de identificação

Segundo Charaudeau (2015), o *ethos* político resulta de uma combinação complexa forjada por traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos e de declarações verbais - tudo isso relacionado às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser. Nesse sentido, toda construção do *ethos* é coletiva na medida em que é engendrada a partir de uma relação triangular entre o *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência. Na relação gestada por essa tríade, as imagens do *ethos* são, simultaneamente, voltadas para o *si*, posição ocupada pelo sujeito político, que por sua vez se dirige ao cidadão/eleitor em busca da adesão deste ao seu discurso, o qual é forjado a partir dos valores de referência imbricados aos imaginários sociodiscursivos.

Dessa maneira, enquanto os *ethé* de credibilidade são ancorados no discurso da razão, os *ethé* de identificação são extraídos do afeto social, mediante um processo de identificação irracional em que o cidadão funda sua identidade na do político. As imagens que caracterizam o *ethos* de identificação são destinadas a tocar o maior número possível de indivíduos. Portanto, conscientes de que esse número é maior, heterogêneo e vago do ponto de vista dos imaginários, os políticos jogam com valores opostos ou até mesmo contraditórios. Assim sendo, um determinado político pode querer mostrar-se, ao mesmo tempo, *tradicional* e *moderno*, *sincero* e *sagaz*, *poderoso* e *modesto*, considerando que a valorização dessas imagens como positivas ou negativas vai depender das circunstâncias circunscritas aos imaginários sociodiscursivos. A seguir, apresentamos, de forma esquemática, a subdivisão dos *ethé* de identificação, acompanhada de suas características.

**Figura 3** – Os *Ethé* de identificação e suas características, segundo Charaudeau (2015)



Fonte: elaborada pelo autor (2020).

Não obstante a polivalência de imagens que caracterizam o *ethos* de identificação do discurso político, Charaudeau (2015) destaca aquelas que considera mais recorrentes: o *ethos* de “potência”, o *ethos* de “caráter”, o *ethos* de “inteligência” e o *ethos* de “humanidade”. Além desses, acrescenta o *ethos* de “chefe” e o de “solidariedade” enquanto imagens voltadas para o outro, uma vez que se constitui numa relação necessária entre o político e o povo.

O *ethos de potência* é visto como uma força proveniente de uma espécie de energia interna que impulsiona os corpos na ação. Frequentemente associado à virilidade sexual, embora não necessariamente explícita, esse *ethos* é mais perceptível em homens que em mulheres. A exaltação do corpo, a realização de proezas físicas, a manifestação da força pelo tom da voz ou pelo teor agressivo das palavras são expressões características desse *ethos*. Historicamente, muitos agentes políticos tidos como populistas adotaram imagens semelhantes a essas. Entretanto, há figurações mais suaves desse tipo de *ethos*, como, por exemplo, a determinação em agir, evidenciando de que não é apenas um homem de palavras, mas também assim revelando um *ethos* de potência do homem público.

O *ethos de caráter* é também relacionado a uma força, embora mais espiritual do que física. Entre as características marcantes desse *ethos* está a vituperação, que não deve ser confundida com a explosão incontrolável que ocorre no *ethos* de potência. A vituperação é um brado estrondoso, fruto de uma indignação pessoal e de um julgamento mental racional, que necessita ser expresso com força, mas não pode resultar numa manifestação corporal proveniente de pulsões não controladas. Ela é uma característica marcante dos políticos considerados de personalidade forte. Entretanto, para fazer uso desse expediente e alcançar o efeito pretendido, é preciso que o político esteja em posição de legitimidade que o justifique, caso contrário, o descontrole pode tornar evidente e transformar-se em armas para uso dos adversários.

Charaudeau (2015) aponta ainda a *provocação* e a *polêmica* como duas variantes do *ethos de caráter*, frequentemente utilizadas em debates ou em críticas a adversários. Enquanto esta consiste em um ataque direto à moralidade do adversário, aquela busca tão somente uma reação do outro. Tais estratégias têm o condão de corroborar o caráter do político se empregadas adequadamente, isto é, sem grandes excessos, pois se os limites do insulto são ultrapassados, pode ter o efeito contrário ao esperado.

Contudo, caso não opte pela provocação direta, o político pode recorrer à *advertência* – outra estratégia que faz parte da construção de uma imagem de caráter. Nesse caso, o sujeito anuncia previamente sua posição e estabelece seus limites, destacando quais as consequências negativas para o sujeito advertido. Por outro lado, caso haja uma transgressão a esses limites, o político precisa cumprir a advertência que fez, pois, do contrário, corre o risco de arranhar seu prestígio diante da comunidade e ter seu caráter abalado.

Outra característica do *ethos de caráter* é a figura da “força tranquila”, que remete à confiança em si mesmo de quem trabalha, faz cálculos e aposta no futuro, certo de que os resultados surgirão com o tempo e com paciência. Sob esse aspecto, essa imagem se aproxima do *ethos* de chefe, pois corresponde a uma força protetora de quem guia os seus protegidos com serenidade e determinação. Notadamente, o *controle de si* corrobora essa construção e revela um caráter equilibrado, que planeja o futuro e mantém o autocontrole em todas as circunstâncias. Outras imagens presentes no *ethos de caráter* são a *coragem*, a partir da qual o cidadão entende que o político que a possui goza das condições de enfrentar os problemas que envolvem a administração da vida política e o *orgulho*, característica segundo a qual o agente político demonstra a ambição de realizar uma grande obra, o desejo de defender os valores e a integridade do seu povo e, finalmente, a *moderação* como imagem de um bom conciliador na política.

Como vimos, no que diz respeito aos *ethé de identificação*, o apelo recai para a afetividade. Desta feita, o *ethos de inteligência* é mais uma das figuras que participa desse tipo de *ethos* na medida em que gera uma imagem apreciável aos olhos do público. A inteligência é percebida não só em função da maneira como o político gerencia as suas funções públicas, mas também por sua atuação na vida privada, o que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que a possui.

Dessa forma, a construção da imagem de inteligente passa, necessariamente, pelo capital cultural herdado pelo político, pela sua formação e pela associação entre a *astúcia* e a *malícia*. A primeira é lançada mão sempre que necessário para dissimular certas intenções a fim de driblar seus oponentes, tendo em vista a realização e a eficácia de grandes projetos. Já a segunda permite ao político prever situações que lhe podem servir de empecilhos, inclusive escolher atalhos, nem sempre transparentes, para conquistar os seus objetivos em prol do bem comum. Contudo, a imagem política do sujeito será comprometida se lançar mão desses expedientes para benefício pessoal.

O *ethos de humanidade*, mencionado por Charaudeau (2015), também constitui um imaginário importante para a imagem do político, pois o identifica como alguém capaz de demonstrar sentimentos, que apresenta compaixão pelos que sofrem, ao mesmo tempo em que admite suas fraquezas e seus gostos, inclusive na vida privada, aproximando o povo à natureza humana dos agentes políticos.

Todavia, é preciso cautela no que diz respeito a figura do *sentimento*, para que o político não se passe por fraco ou insensível. O bom político é aquele que sabe controlar os seus sentimentos. Portanto, essa figura deve transparecer em situações muito específicas, tais como catástrofes naturais, acidentes, fome, eventos fúnebres, etc.

Outra questão delicada que merece destaque é a estratégia da *confissão*, que compõe o *ethos de humanidade*, pois, ao mesmo tempo em que admitir falhas e reconhecer que poderia ter feito mais e melhor no campo político podem simbolizar humildade, honestidade e humanidade, podem também revelar fraqueza. Portanto, convém que o político não se exponha de forma demasiada, uma vez que sua imagem não pode se dissociar de um *ethos* de coragem e de determinação para realizar aquilo que, porventura, ficou por fazer em benefício do povo.

O *ethos de chefe* direciona-se tanto para o cidadão quanto para o político, reciprocidade assim explicada pelo próprio Charaudeau (2015, p. 153): “o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas”. O autor lança mão de diversas imagens para

expressar o *ethos de chefe*, sendo as representações de *guia*, de *soberano* e de *comandante* as mais utilizadas.

A imagem do *guia supremo* nasce da necessidade de um grupo social de ter um líder para guiá-lo e indicá-lo o caminho a seguir e, portanto, de sua incapacidade de sobreviver sem um comando. Esse guia tanto pode ser oriundo do grupo quanto exterior a ele. Se o líder é originário do próprio povo, é, portanto, uma entidade tangível com atributos de herói. Por outro lado, se não pertence ao povo, passa a ser uma entidade abstrata que indica o caminho a seguir, tem conhecimento do futuro e detém os meios de alcançar a salvação. Não obstante sua condição de ser abstrato, essa voz necessita ser figurativizada e encarnada em um personagem mítico, podendo ser constituída pelas figuras de *guia-pastor*, *guia-profeta* e *guia-soberano*.

O *guia-pastor* lembra a imagem do pastor que reúne seu rebanho de maneira tranquila e perseverante, sempre sabendo aonde quer chegar. No campo político, essa figura corresponde aos líderes sábios e experientes em quem o povo confia. O *guia-profeta* se assemelha ao guia-pastor, mas enquanto este permanece ligado às questões do aqui-agora, aquele é fiador do passado e se volta para o futuro. Já a figura do *chefe-soberano*, apesar de diferir da do guia, pode se confundir em alguns momentos. Aqui o político pode construir para si um *ethos* capaz de exaltar e assumir para si os valores do povo a ponto de confundir-se com eles. Dada a sua condição de soberano e, portanto, de líder superior, pode correr o risco parecer muito distante em relação ao povo e indiferente às suas necessidades.

A figura de *comandante* participa das anteriores, contudo, de modo particular pois apresenta uma imagem mais autoritária e, por vezes, agressiva, o que a faz ser relacionada à imagem de um senhor da guerra.

O *ethos de solidariedade* é a última imagem mencionada por Charaudeau (2015) e se caracteriza por fazer do político não apenas um ser atento às necessidades do povo, mas também um ser que se considera responsável por elas e busca meios para saná-las. Estar na condição de solidário equivale a estar em relação de igualdade e reciprocidade com os cidadãos, mormente aqueles que sofrem. Nesse sentido, a solidariedade não deve ser confundida com compaixão, pois enquanto esta implica uma relação de superioridade para com aqueles que sofrem, aquela implica uma relação de igualdade e reciprocidade e pressupõe que o político carregue as dores e os sofrimentos de seu povo a partir do lugar dos próprios cidadãos, sem distanciamentos.

Segundo Charaudeau (2015, p. 164), “todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma ideia, um valor”. Portanto, é preciso

ter cautela, por exemplo, ao delimitar a quais grupos manifestar solidariedade para evitar conflitos com valores antagônicos, uma vez que o político precisa, antes de tudo, construir uma identidade com os grupos sob pena de ter sua imagem abalada enquanto indivíduo. Outra característica igualmente importante para o sujeito solidário é saber ouvir. O bom político precisa aprender a ouvir os seus administrados.

## 1.2 Cenas de enunciação

Ao reformular a noção de *ethos* a partir da perspectiva da Análise do Discurso, Maingueneau (2008b) inaugura a noção de cena de enunciação, para quem não se pode contentar com a retórica tradicional que faz do *ethos* um meio de persuasão. Assim sendo, todo discurso pressupõe uma cena de enunciação para poder ser enunciado dentro de uma determinada situação de comunicação na qual participam minimamente o sujeito enunciador – que produz o discurso, e os sujeitos coenunciadores – que participam juntamente com o enunciador dessa interação comunicativa. Dessa forma, “por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70).

Para caracterizar os diversos lugares possíveis de efetivação dos discursos, o linguista relaciona três cenas de enunciação. A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso veiculado e pode ser concebida como o conjunto de elementos que determinam a tipologia discursiva, inserindo-o no campo pragmático. É ela que torna possível reconhecer um discurso como literário, religioso, filosófico, publicitário, entre outros. Em nosso caso, a cena de enunciação na qual se inscreve o discurso de Eduardo Cunha, veiculado por intermédio das cartas, é a política. Não é à toa que a *cena englobante* é de fácil percepção, pois ela é a responsável por definir os parceiros da situação comunicativa. Assim, num panfleto de campanha eleitoral, teremos um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”, e num panfleto religioso, teremos uma instituição religiosa qualquer se dirigindo ou a seu público específico ou a possíveis “candidatos” a fiéis.

A *cena genérica*, por sua vez, está associada a um gênero ou subgênero do discurso, a exemplo do editorial, da carta, do sermão, do guia turístico, entre outros. De certa forma, a *cena genérica* está inserida na cena englobante e, portanto, associada às subdivisões dos elementos que constituem um dado campo discursivo. Por essa razão, como afirma Maingueneau (2008b), em se tratando da correspondência privada, podem-se operar

subdivisões segundo a visada pragmática (carta de amor, carta de pêsames, carta de votos etc.) e segundo o suporte (correspondência em papel, eletrônica etc.).

Partindo desse princípio, podemos dizer que o *corpus* desta pesquisa, as cartas escritas por Eduardo Cunha, inserem-se na cena genérica epistolar, contudo, diferem substancialmente do gênero carta privada pela pretensão de agir sobre o espaço público. Por essa razão, dadas as maneiras de elaboração e circulação, é possível afirmar que as cartas de Cunha adquirem o estatuto de carta aberta e, dessa forma, a carta privada acaba servindo de cenografia a um gênero do debate público.

Nesse sentido,

Estas duas ‘cenas’, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso. Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas; porém, a outra cena pode intervir, a cenografia, a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116).

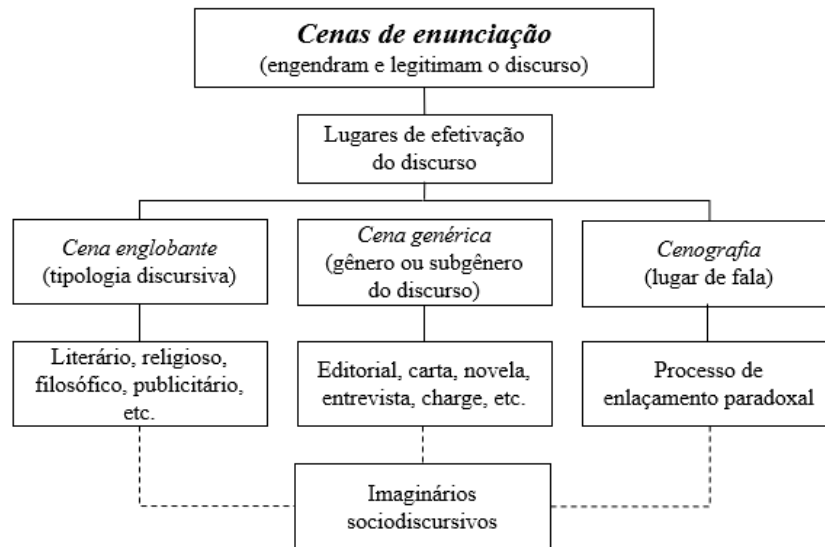
Como resta evidenciado pelo autor, a *cenografia*, a terceira a integrar a *cena de enunciação*, não é imposta pelo gênero. É, antes, construída pela própria enunciação pelos enunciadores e coenunciadores numa relação contratual. Segundo Maingueneau (2016), não devemos empregar o mesmo sentido que a *cenografia* tem em seu uso teatral, mas atribuir-lhe um duplo valor:

(1) Acrescentando à noção teatral de “cena” a de -grafia, da “inscrição”: para além da oposição empírica entre o oral e o escrito, uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso; (2) Não definimos a “cena enunciativa” em termos de “quadro”, de decoração, como se o discurso se manifestasse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso, mas consideramos o desenvolvimento da enunciação como a instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala. A “-grafia” deve, pois, ser apreendida ao mesmo tempo como quadro e como processo (MAINGUENEAU, 2016, p. 76).

Nesse sentido, como nos ensina o linguista, em toda e qualquer situação de comunicação, assim como em uma cenografia, as figuras do enunciador e do coenunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge. Dessa forma, a concepção de cenografia é influenciada por fatores culturais, sociais, históricos, dentre outros, e carece recuperar abordagens e informações da sociologia, da história, da psicologia, entre outras disciplinas.



**Figura 4** – As três cenas de enunciação do discurso, segundo Maingueneau (2008)



Fonte: elaborada pelo autor (2020).

A cenografia, assim como o *ethos* que dela participa, é forjada a partir de uma relação paradoxal, uma vez que, desde sua emergência, a fala institui uma certa cena de enunciação que acaba sendo validada por essa mesma enunciação. Por essa razão,

(...) a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém, a política, a filosofia, a ciência (...) (MAINGUENEAU, 2016, p. 77).

Não sem razão, tanto o discurso político quanto o discurso publicitário mobilizam grande variedade de cenografias, uma vez que, para persuadir seu coenunciador, precisa acessar seu imaginário sociodiscursivo. Para tanto, acaba recorrendo a uma cena de fala valorizada, para atribuir-lhe uma identidade. São, portanto, os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que possibilitam identificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, a partir dos quais esses conteúdos surgem. Nesse sentido, o sujeito político Eduardo Cunha, em suas cartas, recorre a cenografias já validadas socialmente com o intuito de criar uma identidade discursiva com os seus coenunciadores e, portanto, conseguir com que estes adiram ao seu discurso.

### 1.3 O contrato de comunicação política

O conceito de *política* é originário da Grécia Antiga e surge a partir da necessidade de organizar o funcionamento das cidades gregas, sendo quase sempre vinculado ao ato de governar e de tomar decisões para o bem comum. A partir desse movimento de organização da vida em comunidade, surge em Atenas a forma de governo denominada democracia ateniense. É nesse contexto que aparece o primeiro registro histórico da política e da democracia.

O modelo político grego, portanto, influenciou sobremaneira a concepção de democracia que temos hoje, inclusive os conceitos fundamentais como “igualdade de todos perante a lei”, “direito ao voto”, “direito à participação nas decisões”, dentre outros, que foram inspirados na democracia ateniense.

Nesse sentido, a função precípua da política é atender aos anseios da coletividade, o que insere sua atuação no campo das ações sociais. Assim sendo, o discurso está contido no jogo político e acaba por motivar, orientar e dar sentido a toda ação política, por intermédio da linguagem. As ações políticas, portanto, são constituídas nas relações de influência social a partir de espaços de discussão, de persuasão e de sedução operacionalizados pela linguagem. Por essa razão, a política e o discurso político estão intrinsecamente ligados numa relação de cumplicidade.

O pensamento político não é privilégio apenas dos responsáveis pela governança, mas é reservado também a todos os cidadãos que pensam a coisa pública. Nessa perspectiva, Charaudeau (2015) propõe a distinção de três lugares de fabricação desse pensamento, cada um dos quais correspondendo a um desafio de troca linguageira particular, assim distribuídos: um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento, um lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de comunicação e um lugar onde é produzido o comentário.

Enquanto *sistema de pensamento*, o discurso político resulta de uma atividade discursiva cujo ideal político é baseado em princípios que devem referenciar a construção das opiniões e dos posicionamentos, em nome do qual são determinadas as filiações ideológicas. Já o discurso político, enquanto *ato de comunicação*, está voltado mais diretamente para os atores que participam da cena de comunicação política cuja função é influenciar as opiniões com o objetivo de obter adesões, rejeições ou consensos. Esses atos de comunicação, na maioria das vezes, se traduzem em ações políticas, como comícios, debates, reuniões, cerimônias, apresentações de *slogans*, dentre outros, cujo objetivo é construir imaginários de filiação comunitária. Para tanto, o discurso político veiculado nesses eventos visa a construir

imagens de atores e a usar estratégias de sedução e de persuasão, sempre amparado em procedimentos retóricos.

Por outro lado, o discurso político como *comentário* não tem necessariamente uma finalidade política, uma vez que “a atitude de comentar não engendra uma comunidade específica, a não ser ajuntamentos circunstanciais de indivíduos por ocasião de trocas conversacionais não voltadas exclusivamente à política” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41). Dessa forma, um discurso de comentário caracteriza-se por não pretender engajar o sujeito a uma ação específica visto que este tipo de discurso está inscrito em uma situação cuja finalidade está fora do campo da ação política, a exemplo do que se costuma ouvir no bar, no trabalho, em família, entre amigos, dentre outros espaços de discussão.

Nas palavras do próprio autor,

O discurso político manifesta-se tanto “*intragoverno*”, correspondendo a um desafio de ação no qual a palavra política se faz performativa para poder governar com os parceiros diversos, quanto “*extragoverno*”, correspondendo a um desafio de deliberação no qual a palavra circula entre esses mesmos parceiros sem que estes tenham poder de decisão (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Como fica evidente, esses diferentes lugares de fabricação do discurso político não estão separados uns dos outros, uma vez que todo discurso social é caracterizado pelo poder de circulação não apenas no interior dos grupos que o constituem, mas também pelo poder de penetração em outros grupos que dele se apropriam e o reelaboram. O discurso político é, portanto, “lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação” (*Ibidem*, p. 43).

Todo discurso se constrói a partir de um campo de ação e um campo de enunciação. Enquanto este é concebido como o lugar dos mecanismos de encenação da linguagem, aquele é forjado como lugar de trocas simbólicas. Do entrecruzamento entre esses dois campos que resulta o que Charaudeau (2015) chama de “contrato de comunicação”.

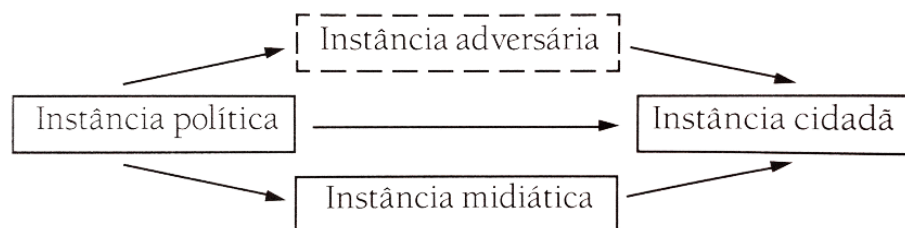
No que diz respeito ao discurso político, fenômenos como a heterogeneidade e a estabilidade, concernentes às suas significações e a seus efeitos, representam dificuldades a serem enfrentadas tanto por parte dos dominantes quanto dos dominados. Isso porque “as significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros” (*Ibidem*, p. 52). Em outras palavras, o autor afirma que as significações do discurso político são

fabricadas e refabricadas, ao mesmo tempo, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores.

Segundo Charaudeau (2015), o campo político é composto por um *espaço de discussão*, um *espaço de ação* e um *espaço de persuasão*. O *espaço de discussão* lida com a palavra e tem a finalidade de traçar metas e objetivos da ação política, bem como os meios de executá-la. O *espaço da ação* refere-se à organização, coordenação e distribuição de tarefas, incluindo a promulgação das leis, regras e decisões. E, por último, há o *espaço de persuasão*, através do qual a instância política busca convencer os cidadãos acerca dos fundamentos de seu programa e das decisões que precisa tomar para administrar os conflitos e conquistar a opinião pública.

Nessa perspectiva, os parceiros do contrato de comunicação política não são exatamente pessoas físicas, mas entidades ou instâncias humanas cujos papéis são definidos em conformidade com seus atributos identitários. Assim sendo, Charaudeau (2015) estabelece três lugares distintos de fabricação do discurso político: um lugar de governança no qual se encontram a *instância política* e a *instância adversária*; um lugar de opinião representado pela *instância cidadã*; e um lugar de mediação ocupado pela *instância midiática*, conforme ilustrado a seguir.

**Figura 5** – Os três lugares de fabricação do discurso político, segundo Patrick Charaudeau



Fonte: (CHARAUDEAU, 2015, p. 56)

A *instância política* – lugar da governança – é aquela que detém o poder de decisão, de ação e de manipulação. Para os atores políticos ascenderem à posição de governança, necessitam de legitimidade e, posteriormente, de autoridade e de credibilidade para se manter no poder. Dessa forma, é por intermédio do discurso que a instância política será conduzida ao lugar de governança. Para tanto, através de estratégias de persuasão e sedução, propõe programas políticos quando se candidata a cargos eletivos, justifica decisões e ações para

defender sua legitimidade, critica as ideias dos partidos adversários para marcar posição e, finalmente, conclama o consenso social para conseguir a adesão dos cidadãos.

Associados à *instância política*, encontram-se alguns organismos intrinsecamente ligados a ela, entre os quais estão aqueles que desempenham papel central no processo político, constituídos pelos representantes do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições que lhes são afetadas diretamente. Orbitando o campo político, encontramos os partidos políticos – protagonistas do debate sobre a representação política; as instâncias jurídicas, financeiras, científicas e técnicas – que dependem, de certa forma, do poder político e os organismos supranacionais (ex. parlamento europeu), internacionais (ex. Gatt, OMC, FMI) e não governamentais (ex. ONU, Unesco) – que se encontram, ao mesmo tempo, em posição de dependência e de autonomia em relação às instâncias governamentais.

A *instância adversária* assemelha-se à *instância política* por se encontrarem no mesmo lugar de governança e por terem as mesmas motivações de propor projetos, ideias e fidedignos para persuadir os cidadãos e por estarem constantemente em busca de legitimidade e credibilidade para demarcarem suas posições. A única diferença entre si reside no fato de que a *instância adversária*, desprovida do poder, embora representando uma parcela da opinião pública, é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é simetricamente retribuído (CHARAUDEAU, 2015). Dessa forma, em razão das semelhanças aqui apontadas, o autor justifica a representação da *instância adversária* com linhas pontilhadas no esquema acima.

A *instância cidadã*, por sua vez, deve ser entendida como o lugar onde as opiniões são construídas fora do espaço da governança. Os atores dessa instância buscam um saber para julgar os programas ou as ações que lhes são propostos ou impostos e para escolher ou criticar os seus mandatários. A instância cidadã atua no questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política, produzindo discursos de reivindicação, de interpelação e de sansão quando se trata de protestar contra determinadas medidas políticas; quando se trata de exigir explicações em defesa do bem comum; e de eleger os seus representantes.

Apesar de estar de fora da governança, como preconiza Charaudeau (2015), a instância cidadã mantém uma relação recíproca de influência com a instância política e todo seu discurso é voltado para interpelar o poder governante. Organizada em forma de sindicatos, movimentos, associações e grupos étnicos, essa instância está longe de ser homogênea pois está fragmentada pela diversidade das comunidades nas quais está inserida.

Assim como a instância cidadã, a *instância midiática* utiliza-se de diferentes modos de mediação para unir a instância política à cidadã. Não obstante a legitimidade conferida aos

protagonistas da instância midiática pelo papel de informantes que exercem na sociedade, elas estão constantemente em busca da credibilidade dos cidadãos e dos políticos e, portanto, de cooptação do maior número possível de adeptos em virtude da concorrência com outros grupos de informação.

Assim sendo, à instância midiática competem duas tarefas basilares, uma voltada para a exibição (busca por credibilidade) e a outra voltada para o espetáculo (busca por cooptação). Portanto, o discurso da instância midiática encontra-se amparado entre o enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e o enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2015).

Diante do exposto, percebe-se uma relação de interdependência entre as três instâncias que caracterizam os lugares de fabricação do discurso político, como resume o linguista: “Encontramo-nos, assim, em um jogo em que todos mudam sob a influência dos outros: a opinião sob a influência das mídias, as mídias sob influência da política e da opinião, o político sob influência das mídias e da opinião” (CHARAUDEAU, 2015, p. 25).

Charaudeau (2015, p. 65) complementa que “é na identidade social do sujeito político que se projeta sua legitimidade. Esta pode provir de diversas fontes e ter campos de aplicação diversos, pode também ser usurpada ou adquirida pela força (golpe de Estado)”. Assim sendo, à legitimidade cumpre o papel de justificar os feitos daquele que age em nome de um valor maior, que deve ser reconhecido por todos que pertençam a um determinado grupo social.

Portanto, a ação política acaba por estabelecer um jogo de influências por intermédio das estratégias discursivas em que o sujeito político deve transitar muito bem, buscando o equilíbrio entre as paixões e a razão. Dessa maneira, quanto mais mergulhar nos imaginários sociodiscursivos, maiores são as chances de o discurso político obter êxito.

Não há política sem discurso. Por essa razão, sempre que os especialistas necessitam empreender um estudo político, o fazem por intermédio do discurso. Nessa empreitada, a linguagem exerce um papel crucial, pois é a partir dela que as ações do campo político se efetivam.

A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituem espaços de discussão, de

persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Sendo assim, o discurso político permeia as relações sociais, pretendendo influenciá-las. Sendo assim, o pensamento político não é privilégio apenas da instância política, mas também da instância cidadã. Sob esse aspecto, a comunicação deve ser pensada como um fenômeno mais complexo do que se imagina, pois envolve, além dos parceiros do ato de fala, a situação comunicativa e os modos de organização do discurso.

Dito de outro forma,

‘Comunicar’ é proceder a uma *encenação*. Assim como, na encenação teatral, o diretor de teatro utiliza o espaço cênico, os cenários, a luz, a sonorização, os comediantes, o texto, para produzir *efeitos de sentido* visando um público imaginado por ele, o locutor – seja ao falar ou ao escrever – utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor (CHARAUDEAU, 2016, p. 68)

Assim sendo, a situação de comunicação é, por excelência, o lugar onde se instituem as restrições que determinam a expectativa de troca. Por essa razão, é a finalidade de quem determina a orientação discursiva da comunicação. A depender da finalidade e da situação discursiva são mobilizados modos discursivos diferentes: enunciativo, descritivo, narrativo ou argumentativo.

Destarte, convém-nos tratar aqui do modo enunciativo enquanto categoria do discurso que aponta para a atuação do sujeito falante na encenação do ato de comunicação. Para Charaudeau, o Modo Enunciativo apresenta três funções distintas:

- Estabelecer uma relação de influência entre o locutor e interlocutor num comportamento ALOCUTIVO.
- Revelar o ponto de vista do locutor, num comportamento ELOCUTIVO.
- Retomar a fala de um terceiro, num comportamento DELOCUTIVO (*Ibidem*, p. 82).

O que equivale a dizer que o sujeito falante, ao tomar a palavra, implica e impõe um comportamento ao seu interlocutor, ou seja, mantém um comportamento ALOCUTIVO, na medida em que age sobre o seu parceiro de troca linguageira. O comportamento ELOCUTIVO diz respeito à relação do locutor consigo mesmo. O sujeito enuncia seu ponto de vista sem, necessariamente, implicar o outro. Já o comportamento DELOCUTIVO implica

uma relação do locutor com um terceiro, assim como o comportamento ELOCUTIVO não implica o interlocutor, que não é instado a responder ou reagir.



## 2 A CARTA ABERTA COMO GÊNERO DISCURSIVO E A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE EDUARDO CUNHA

*Uma carta pública é necessariamente da ordem da dupla enunciação pelo próprio fato de seu destinatário implicado cavar uma distância em relação ao caráter público de seu modo de difusão: há sempre lugar para o terceiro desconhecido, não nomeado, aquele que não é o destinatário, mas que é aquele a quem se dirige a encenação.*

(Dominique Maingueneau)

### 2.1 A carta pessoal como gênero discursivo

Certeau (1996) descreve a escrita de cartas pessoais como uma prática cultural, que relata o cotidiano, com visão personalizada e que permite que se extraiam subsídios para a compreensão e reflexão dos sentidos da escrita, que também registra a história e seus sentidos, sentimentos e peculiaridades.

Por sua vez, de acordo com Geraldi (1991), as características que predominam em uma carta são de uma sequência verbal redigida de forma que tenha coerência na leitura e que tenha um destino ou destinatário que entenderá a mensagem.

A “troca de cartas” pode ser considerada como uma manifestação de sociabilidade entre os indivíduos, apesar de ter sido substituída por outros meios de comunicação, como o *e-mail*. Assim, não há como apagar sua importância ao longo da história, enquanto ferramenta de aproximação entre as pessoas, transmissão de notícias, entre outras possibilidades de utilização da palavra escrita.

Silva (2002a) destaca que as relações interpessoais resultantes dos processos de socialização admitidos por cartas acabam se tornando diferenciadas das realizadas face a face. Entretanto, também são consideradas atividades discursivas, mesmo à distância, pois conseguem manter a comunicação. A interação pode ser definida como intercâmbio de informações e comunicação entre pessoas. Dessa forma, “uma teoria da interação da língua e vida social deve envolver as relações entre meios linguísticos e significados sociais” (HYMES, 1974, p. 31).

De acordo com Eggins e Slade (1997), a interação, por intermédio das cartas, torna-se uma forma de produzir significado cujo compartilhamento pode ter o poder de informar, trazer reivindicações e também estar em contato com a outra pessoa, mesmo que seja por

texto escrito e com certo “delay” no que está se transmitindo. Através das interações constroem-se, também, as relações sociais, quando “a nossa história interacional é constituída pela totalidade das interações das quais efetivamente participamos” (SILVA, 2002a, p. 26). Este processo envolve os emissores e os receptores da mensagem, sejam estes uma única pessoa ou várias. Todavia, *a priori*, a carta pessoal pode ser considerada uma mensagem privada e direcionada a uma pessoa.

Bakhtin (2000) esclarece que a língua é utilizada em forma de enunciados (que podem ser falados ou escritos) e com individualidade em sua linguagem e vocabulário, uma vez que são frutos de experiências e culturas oriundas da atividade humana. Nesse sentido, podemos entender que a constituição do gênero dos discursos se forma a partir das realidades sociais, do tema em questão e de recursos do idioma, sendo que sua articulação quando da interação se transforma na manifestação dos discursos.

A escrita epistolar é uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas (GOMES, 2004, p. 19).

De acordo com Bazerman (2006), um texto pode ser considerado funcional e efetivo na sua comunicação quando facilmente é reconhecido pelo destinatário, podendo, portanto, ser considerado como gênero textual e mudar de acordo com épocas, condições sociais, econômicas, entre outras. Marcuschi (2008) complementa que a materialização dos textos, com objetivo da comunicação, pode ser encontrada na rotina e apresenta padrões característicos, estilo e funcionalidade normalmente relacionados ao ambiente de origem.

Silva (2002a) explica que o gênero textual é comumente utilizado para uma situação de comunicação, interação a partir do relato de eventos que retratam a realidade. Nesse sentido, a carta pode e deve estar inserida como tal porque tem sido utilizada para as mais diversas formas de comunicação, como, por exemplo, relatos e intercâmbio acerca da vida rotineira, mantendo, mesmo que à distância, a informação sempre atualizada.

De acordo com Silva (1997), o rótulo para carta pode se tornar abrangente e, portanto, é preciso que delimitações se estabeleçam, como, por exemplo, a exigência do cabeçalho, da data, da assinatura e de algumas expressões que a constitua como carta pessoal, com o objetivo distinto das comerciais, como agradecimento, convite, notícias pessoais, sentimentos,

entre outras que podem se apresentar em forma de assunto único ou misturados entre si. Dessa forma, para quem lê, a sensação deve ser a de um diálogo comum.

As cartas, quando analisadas, podem trazer mais interpretações de seus objetivos, como preconizam Brandão, Andrade e Aquino (2009) quando analisaram cartas pessoais e puderam detectar que existem variados níveis de cumplicidade, afetos ou mesmo liberdade para se expressar entre os missivistas.

Em relação ao plano de texto, Adam (2011) esclarece que, para que se reconheça um texto como um todo, este deve necessariamente passar por uma percepção em que o todo é construído a partir de partes sequencialmente identificáveis, onde estão presentes o tema, a composição e a coerência do discurso a que se propõe, sendo que a ordenação dos argumentos e o despertar o interesse do destinatário devem estar entre objetivos de quem redige a carta.

## **2.2 A carta aberta a serviço do discurso político**

O gênero textual “carta aberta” normalmente apresenta um caráter argumentativo e caracteriza-se por pretender atingir o maior número possível de pessoas através de um apelo em que o emissor defende seu ponto de vista e manifesta sua opinião a respeito de determinado assunto visando informar, instruir, alertar, protestar, reivindicar ou argumentar sobre determinado assunto.

Dentre outras coisas, a carta aberta se distingue das cartas pessoais por ser um veículo de comunicação coletiva, ou seja, o remetente e o destinatário não são seres individuais. Portanto, ela é destinada a várias pessoas, sejam elas um público específico ou representadas por organizações, sindicatos, movimentos ou alguma comunidade.

Dado o seu caráter coletivo, a carta aberta utiliza, para sua veiculação, de meios de comunicação de massa, bastante difundidos, como televisão, rádio, internet, dentre outros. Ademais, os conteúdos abordados geralmente apontam para algum problema de relevância social, uma demanda da comunidade ou o apoio a uma causa específica, cujo objetivo é mobilizar os interlocutores a aderirem a alguma ideia ou levá-los a agir desta ou daquela maneira, visando o interesse coletivo. Em razão disso, Marcuschi (2008) insere a carta aberta no domínio discursivo das comunicações públicas.

Do ponto de vista estrutural, a carta aberta apresenta quase sempre título, introdução, desenvolvimento e conclusão. Além disso, vale ressaltar que ela não se limita a apenas um gênero textual, uma vez que, a depender de sua visada, pode assumir contornos de um texto instrucional, expositivo, argumentativo ou, até mesmo, descritivo.

A história nos mostra que os políticos sempre recorreram a esse tipo de comunicação coletiva com as mais variadas intenções, mas geralmente para argumentar, para reivindicar, para protestar e para expor suas ideias, lançando mão de diversas estratégias discursivas. A partir das subseções seguintes, apresentaremos alguns atores bastante conhecidos no cenário político brasileiro com o intuito de evidenciar como a carta aberta tem estado a serviço do discurso político desde sempre.

Acrescenta-se, ainda, que as cartas abertas, como discurso político, podem ser definidas em um diálogo com ausência de um destinatário específico e podem ser entendidas como pertencentes à classe de “carta negocial” porque tratam normalmente de grandes temas públicos, assumem conteúdo com um estilo discursal e não especificam seu destinatário. Nesse ínterim, de acordo com Rocha (1985), também são semelhantes as cartas filosóficas, religiosas, dedicatórias, entre outras.

### **2.2.1 Getúlio Vargas e a narrativa para se perpetuar na História**

No âmbito da política, a carta de Getúlio Vargas, que antes de cometer suicídio deixou uma mensagem para o povo, tornou-se a missiva mais famosa na memória dos brasileiros. Foi um texto que Vargas redigiu com consciência, ato pensado, e que se tornaria também um legado político que o tornaria, mesmo após a morte, um dos líderes populistas mais lembrados do país (MELLO, 2002).

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes (VARGAS, 1954, s. p.).

De acordo com Mello (2002), Getúlio Vargas foi estrategista ao utilizar papel e escrita a mão para assim se comunicar de forma pessoal à massa que o apoiava. A mensagem foi lida nas emissoras de rádio, além de impressa em jornal, e, assim, disseminada de forma abrangente, como possivelmente fora previsto pelo missivista. As reações em cadeia foram inerentes.

Maingueneau (1996) denomina o público-alvo desta carta de “leitor instituído”, já que, apesar de não se ter um destinatário em especial, Getúlio Vargas sabia a quem se dirigia e

conseguiu interagir com estas pessoas através de uma mensagem em que as tocava com sua presença, mesmo após a morte.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão (VARGAS, 1954, s. p.).

E, passados mais de sessenta anos, a história comprova que Vargas fez a aposta correta: a de que sua mensagem deveria incentivar a continuidade da sua luta pelas conquistas sociais, contra o que seria similar ao atual liberalismo econômico ou capitalismo selvagem. Seu objetivo foi o de levar o povo se tornar protagonista de conquistas sociais, sendo o seu intento certo e alcançado por um tempo, uma vez que o golpe militar (já em projeção) teve que esperar por dez anos (MELLO, 2002).

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História (VARGAS, 1954, s. p.).

Esta carta, denominada Carta Testamento, ficou conhecida como um documento endereçado ao povo brasileiro, escrito poucas horas antes de seu suicídio. Getúlio Vargas deixou em duas versões, uma manuscrita, outra datilografada, em três cópias, embora ainda existam desconfianças sobre a autenticidade da segunda, mesmo sendo a que foi lida durante o seu funeral por seu então Ministro do Trabalho, João Goulart.

### **2.2.2 Jânio Quadros – correspondências como guia de conduta presidencial**

Silva (1983) relata que Jânio Quadros era considerado como oriundo do povo e comprometido com os anseios populares, e sua eleição seria a revolução por meio do voto. Em relação aos costumes da época, houve uma divisão de julgamento, em que a maioria da

opinião pública o tinha com tendência extremamente moralizadora (visão positiva, já que acreditavam que tal postura era para empreender um combate efetivo ao capitalismo).

Existem estudos sobre a influência das correspondências recebidas pelo então presidente sobre suas ações como presidente. Dois exemplos foram escolhidos para serem descritos: a primeira carta, antes de sua eleição, de quando já o tinham como um messias ou salvador; e, a segunda, com pedido expresso de moralização do país e a proibição de ações ou eventos que pudessem ser moralmente condenados na visão de quem a redigiu. Outros estudos também falam de aspectos tangenciais e suas relações com as correspondências estabelecidas com Quadros, mas não serão citados porque não estão no escopo desta pesquisa. Vejamos um trecho de um dos referidos exemplos acima mencionados:

Para salvação da pátria (...) eu vos peço senhor Deputado Jânio Quadros que, no caso de saídes vitorioso desta campanha (...) Queira V. Excia. dedicar êsse quinquênio como princípio de redenção da nossa pátria, ora destroçada. Eis o que o povo brasileiro aspira:

- 1° Moralização total dos nossos costumes.
- 2° Queremos sindicâncias nos feitos dos governos passados e confiscos dos roubos que fizeram à nação.
- 3° Queremos nacionalização e processos eficientes de produção na lavoura, na pecuária, indústria e comércio (...)
- 6° Dar à velhice maior assistência social. Queremos o efeito vigoroso da vossa vassoura para expulsar os intrusos e os vendilhões da Pátria (QUELER, 2008, p. 203)

O missivista enfatiza sua posição de “porta-voz” do povo brasileiro e solicita ao futuro presidente que aja com rigor no combate à corrupção da época, estabeleça assistência social e principalmente, que incentive a moralização do país, dos costumes e da sociedade de forma geral.

No segundo exemplo, temos um telegrama em que Norma Afonso Santos conta sua história de ajuda ao próximo e solicita que sejam proibidos concursos de miss em trajes de banho, já que as jovens mulheres são expostas como objetos.

Tendo criado 40 crianças sem mãe, sem qualquer auxílio oficial e tendo fundado em Araxá (SP) orfanato para amparo de meninos e moças, cumprimento vossência pelas medidas moralizadoras e solicito, com máximo empenho, queira nosso presidente, para a defesa da grande família brasileira, a proibição definitiva dos concursos de beleza, torpe exibição de nudismo, são explorações comerciais da dignidade de nossas filhas, suprema afronta dos nossos sentimentos cristãos (SANTOS, 1960, p. 255).

A correspondência trouxe como embasamento moral a caridade cristã para fortalecer a reivindicação. Por criar e dar condições de vida digna para as crianças, a pessoa religiosa se sente no direito de solicitar algumas atitudes que julga moralmente necessárias em relação ao comportamento da sociedade, direcionado críticas aos concursos de beleza e à exposição do corpo feminino (LIMA, 2020). O resultado, seja por influência desta e outras cartas, foi a publicação do Decreto nº 51.182, de 11 de agosto de 1961, que:

Proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Nos concursos de beleza, seleções de representantes femininas e semelhantes, as competidoras e participantes não poderão apresentar-se ou desfilar em trajes de banho sendo tolerado o uso de saíote.

Art. 2º As autoridades locais, encarregadas da Polícia de Costumes, tomarão as providências para o fiel cumprimento do estabelecido no artigo anterior.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, D.F., 11 de agosto de 1961; 140º da Independência e 73º da República (BRASIL, 1961, s. p.).

Mais tarde, Jânio Quadros viria a renunciar do cargo de Presidente da República. A sua carta-renúncia foi entregue em 25 de agosto de 1961, após sete meses exercendo o cargo, e revela problemas que aguardam solução. Com um texto enigmático, Quadros discorre sobre “forças terríveis” que o fizeram renunciar e deixar o país nas mãos das Forças Armadas como sinal de ordem. Em menos de três anos após a sua renúncia, um golpe militar mudou a realidade democrática do país por 21 anos.

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpro o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da renúncia.

Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da ordem, do conagraçamento, do respeito e da estima de cada um dos meus patrícios, para todos e de todos para cada um.

Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria.

Brasília, 25 de agosto de 1961.

Jânio Quadros (QUADROS, 2008, s. p.).

Silva (2012) relata que as razões da renúncia nunca foram esclarecidas e que as “forças ocultas” jamais tiveram a luz de um esclarecimento. Assim, Jânio Quadros resumiu em uma carta o destino de uma nação, considerando essa ferramenta suficiente para que seu ato fosse aceito, compreendido e para que fizesse parte da história.

### **2.2.3 A carta de Lula ao povo brasileiro**

Antes de ser eleito para seu primeiro mandato presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concorreu outras três vezes à presidência da República. A primeira vez, em 1989, foi derrotado por Fernando Collor de Mello, por uma diferença de 6 pontos percentuais, quando teve sua imagem de candidato associada à imagem de trabalhador, com postura revolucionária, o que talvez, dentre outras coisas, explicasse sua derrota nas urnas. As outras duas vezes em que concorreu ao Planalto foram em 1994 e 1998, perdendo ambas as eleições para Fernando Henrique Cardoso. Na segunda tentativa, Lula procurou aproximar sua imagem à de outros candidatos já legitimados e consagrados pelas urnas, entretanto, seu discurso ainda era considerado muito radical. Já em 1998, no intuito de superar os resultados negativos das eleições anteriores, o político centrou sua campanha na superação da crise econômica e das desigualdades sociais, contudo, mais uma vez, não obteve êxito.

Às vésperas da eleição presidencial de 2002, Luiz, que mais uma vez era candidato, recorreu à cena genérica de carta aberta e lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”. Por intermédio da carta engendrada por seu marqueteiro Duda Mendonça, Lula buscou apresentar um discurso mais conciliador com o intuito de acalmar o mercado financeiro e conseguir a adesão da classe média para, dessa forma, aumentar a sua base eleitoral, como se evidencia a seguir:



A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos (LULA, 2002, s. p.).

Com esse discurso, o candidato abandonava a imagem de sindicalista, considerada radical pela grande mídia, e entrava em cena com a imagem do “Lulinha Paz e Amor”, a partir da qual a esperança venceu o medo<sup>1</sup>, elegendo-se naquele ano para aquele que seria seu primeiro mandato presidencial. “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político” (LULA, 2002, s. p.).

O favoritismo de Lula, apontado pelas pesquisas de opinião divulgadas na época, era acompanhado por turbulências nos mercados de câmbio e de ações. Além disso, havia o receio de que a eventual vitória do presidenciável do PT representasse um o risco de um possível calote no pagamento das dívidas do governo. Por essa razão, à “Carta ao povo brasileiro” coube a dupla tarefa de acalmar o mercado financeiro e ampliar sua base eleitoral, como fica patente nos excertos a seguir:

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

---

<sup>1</sup> “A esperança vai vencer o medo” foi o *slogan* utilizado na campanha presidencial de Lula, em 2002, como estratégia para fazer frente ao medo disseminado pela oposição e pelo mercado financeiro com a possibilidade de vitória do petista.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena (LULA, 2002, s. p.).

Em 2018, Lula voltou a recorrer ao mesmo expediente utilizado em 2002, mas, dessa vez, para informar e denunciar ao povo brasileiro o indeferimento de sua candidatura pela justiça eleitoral. Como nos textos de Getúlio Vargas e Jânio Quadros, há na carta de Lula, quando informa que não será candidato, um discurso que responsabiliza as forças externas de estarem exercendo poderes que o impedem de seguir sua missão. Mesmo diante desses empecilhos, porém, o enunciador informa que se mantém ao lado do povo e da sua luta. Nos excertos abaixo há alguns destaques que ilustram a personalidade, a vontade de lutar e a incansável sede de justiça social daquele que remete:

Nunca aceitei a injustiça nem vou aceitar. Há mais de 40 anos ando junto com o povo, defendendo a igualdade e a transformação do Brasil num país melhor e mais justo. E foi andando pelo nosso país que vi de perto o sofrimento queimando na alma e a esperança brilhando de novo nos olhos da nossa gente. [...] Foi para corrigir tantos erros e renovar a esperança no futuro que decidi ser candidato a presidente.

[...]

Vocês me conhecem e sabem que eu jamais desistiria de lutar. Perdi minha companheira Marisa, amargurada com tudo o que aconteceu a nossa família, mas não desisti, até em homenagem a sua memória. Enfrentei as acusações com base na lei e no direito. Denunciei as mentiras e os abusos de autoridade em todos os tribunais, inclusive no Comitê de Direitos Humanos da ONU, que reconheceu meu direito de ser candidato. (CARTA, 2018, n. p.).

#### **2.2.4 A carta de Michel Temer a Dilma Rousseff**

A carta escrita por Michel Temer a Dilma Rousseff e tornada pública no dia 07 de dezembro de 2015 revelou o mal-estar entre o vice e a presidente e, mais tarde, se tornaria o prenúncio da derrubada da primeira presidente eleita do poder. Curiosamente, a carta-desabafo, vazada para a imprensa e tornada pública, parece não ter chegado a tempo às mãos

da então presidente ou talvez não tenha sido esse o propósito do seu emissário. Após o texto ter sido veiculado pela mídia, a assessoria do vice-presidente tratou logo de dizer que o seu conteúdo era confidencial e que Temer não havia autorizado sua publicidade.

Segundo Temer, o propósito da carta era o de reafirmar sua lealdade ao governo e negar uma possível conspiração para assumir o seu lugar. Se a intenção era a de se aproximar da presidente, ao vir a público o texto teve efeito contrário ao pretendido, pois acabou ampliando ainda mais o distanciamento entre os dois no momento em que a petista era ameaçada pelo *impeachment*.

Na carta em questão, Temer enumera alguns fatos que, para ele, demonstravam a “desconfiança” e o “menosprezo” com que Dilma e o governo tratavam a ele e o PMDB:

Desde logo lhe digo que não é preciso alardear publicamente a necessidade da minha lealdade. Tenho-a revelado ao longo destes cinco anos.

Entretanto, sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo.

Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas (TEMER, 2015, s. p.).

Como se observa no texto, Temer reclamava de ter perdido o seu protagonismo político, mormente no primeiro mandato, em que era visto como vice decorativo.

Continuando com o seu desabafo, o então Vice-presidente reclama da perda de espaço de seus aliados no governo, como a substituição de Moreira Franco da Aviação Civil por Eliseu Padilha, que mais tarde pediria demissão do cargo.

A senhora, no segundo mandato, à última hora, não renovou o Ministério da Aviação Civil onde o Moreira Franco fez belíssimo trabalho elogiado durante a Copa do Mundo. Sabia que ele era uma indicação minha. Quis, portanto, desvalorizar-me. Cheguei a registrar este fato no dia seguinte, ao telefone.

No episódio Eliseu Padilha, mais recente, ele deixou o Ministério em razão de muitas 'desfeitas', culminando com o que o governo fez a ele, Ministro, retirando sem nenhum aviso prévio, nome com perfil técnico que ele, Ministro da área, indicara para a ANAC. Alardeou-se a) que fora retaliação a mim; b) que ele saiu porque faz parte de uma suposta 'conspiração'. (TEMER, 2015, s. p.).

O Vice-presidente assumiu a função de articulador político permanecendo no posto entre abril e agosto de 2015. A partir do momento em que Temer deixou a articulação política do governo, a ameaça de *impeachment* começou a assombrar Dilma. A aproximação cada vez mais frequente de Temer e de lideranças do PMDB com políticos da oposição acendeu o sinal vermelho no governo que via, naquele movimento, a articulação de uma aliança informal diante de uma eventual assunção de Michel Temer à Presidência da República. Esses fatos são relatados nos excertos a seguir:

Quando a senhora fez um apelo para que eu assumisse a coordenação política, no momento em que o governo estava muito desprestigiado, atendi e fizemos, eu e o Padilha, aprovar o ajuste fiscal. Tema difícil porque dizia respeito aos trabalhadores e aos empresários. Não titubeamos. Estava em jogo o país. Quando se aprovou o ajuste, nada mais do que fazíamos tinha sequência no governo. Os acordos assumidos no Parlamento não foram cumpridos. Realizamos mais de 60 reuniões de líderes e bancadas ao longo do tempo solicitando apoio com a nossa credibilidade. Fomos obrigados a deixar aquela coordenação.

Democrata que sou, converso, sim, senhora Presidente, com a oposição. Sempre o fiz, pelos 24 anos que passei no Parlamento. Aliás, a primeira medida provisória do ajuste foi aprovada graças aos 8 (oito) votos do DEM, 6 (seis) do PSB e 3 do PV, recordando que foi aprovado por apenas 22 votos. Sou criticado por isso, numa visão equivocada do nosso sistema. E não foi sem razão que em duas oportunidades ressaltai que deveríamos reunificar o país. O Palácio resolveu difundir e criticar (TEMER, 2015, s. p.).

Como fica patente, o texto amplamente divulgado pela imprensa em dezembro de 2015 expunha uma relação cada vez mais conflituosa entre Temer e Dilma e, conseqüentemente, a desconfiança crescente do Planalto diante da possibilidade de conspiração do Vice-presidente para tomar o poder - fato que veio a consumir pouco tempo depois.

### **2.2.5 Lula e a avalanche de cartas na prisão**

O dia 7 de abril de 2018 poderia ter passado despercebido, não fosse um fato que ficará para sempre registrado na história recente brasileira: o dia em que, pela primeira vez, um ex-presidente da República do Brasil foi preso por crime comum. A prisão de Luís Inácio Lula da Silva ocorreu após a confirmação de uma condenação em primeira instância pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação penal envolvendo um triplex na cidade de Guarujá, litoral paulista, no âmbito da Operação Lava Jato.

A sua prisão foi decretada no dia 6 de abril, a partir de um processo controverso, que dividiu a opinião pública, no qual Lula foi acusado pela justiça de receber benefícios de empreiteira por meio de reforma em um triplex de sua propriedade em Guarujá, SP. A notícia acendeu a população brasileira: enquanto uma parcela da população comemorou a ordem de prisão do ex-presidente, o fato causou grande comoção à outra parte que via um dos maiores e melhores políticos do Brasil se encaminhar injustamente para a prisão. Após ser abraçado por uma multidão de apoiadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP), onde passou a noite, por volta das 18h42, Lula se entregou à Polícia Federal e seguiu para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba onde permaneceu preso por 580 dias.

Diante da privação da liberdade e de sua condição de líder popular, carismático, o isolamento talvez tendo sido um dos maiores desafios de Lula - realidade com qual teve que conviver por um longo tempo. Por essa razão, o ex-presidente logo começou a recorrer às cartas para, de alguma forma, continuar a se comunicar com amigos, apoiadores e correligionários.

Como sua primeira manifestação após a prisão, o ex-presidente Lula escreveu uma carta na qual agradeceu à sua militância, que permaneceu acampada nas imediações da carceragem da Polícia Federal onde estava recluso, e desafiou as autoridades da Operação Lava Jato a provarem os crimes que lhe foram atribuídos:

Eu ouvi o que vocês cantaram. Estou muito agradecido pela resistência e presença de vocês neste ato de solidariedade. Tenho certeza que não está longe o dia em que a Justiça valerá a pena. Na hora em que ficar definido que quem cometeu crime seja punido. E que quem não cometeu seja absolvido.

Continuo desafiando a Polícia Federal da Lava Jato, o Ministério Público da Lava Jato, o Moro e a segunda instância a provarem o crime que alegam que eu cometi.

Continuo acreditando na Justiça e por isso estou tranquilo, mas indignado como todo inocente fica indignado quando é injustiçado (LULA, 2018, s. p.).

Além dessa manifestação inicial, o petista escreveu mais de 50 bilhetes e cartas, dirigidas a amigos, a apoiadores e ao povo brasileiro. Nessas missivas, além de tratar de assuntos cotidianos, agradecimentos e amenidades, Lula também as utilizava para firmar contraponto com a equipe da Operação Lava Jato, notadamente, o juiz de primeira instância, Sérgio Moro, e os procuradores.

Tudo o que os procuradores da Lava Jato realmente deveriam fazer é pedir desculpas ao povo brasileiro, aos milhões de desempregados e à minha família, pelo mal que fizeram à Democracia, a Justiça e ao País.

Quero que saibam que não aceito barganhar meus direitos e minha liberdade. Já demonstrei que são falsas as acusações que me fizeram. São eles e não eu que estão presos às mentiras que contaram ao Brasil e ao mundo.

Diante das arbitrariedades cometidas pelos procuradores e por Sérgio Moro, cabe agora a Suprema Corte corrigir o que está errado, para que haja Justiça independente e imparcial. Como é devido a todo cidadão (LULA, 2018, s. p.).

No período em que estive preso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também recebeu muitas cartas: foram mais de 35 mil, de dentro e de fora do país, armazenadas em um acervo no Instituto Lula, as quais devem se transformar em filme, conforme Guerra (2019). Algumas foram selecionadas e, a partir delas, foi escrita e produzida uma peça teatral, encenada em Paris com artistas brasileiros e franceses se revezando na apresentação (GUERRA, 2019; LULA, 2020a; LULA, 2019).

Dentre as cartas recebidas pelo petista, a escrita pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é muito emblemática, pois, ao chegar ao poder, o ex-presidente foi o primeiro chefe de Estado a receber os catadores no Palácio do Planalto, cujas palavras de gratidão são transcritas a seguir: “Presidente, todos os dias estaremos presos aqui, a poucos metros do senhor, dando bom dia e boa noite, junto com os outros lutadores sociais que por aqui permanecem. Jamais abandonaremos quem nunca nos abandonou”<sup>2</sup>.

Uma brasileira do município de Pé de Serra, na Bahia, a exemplo de tantos outros brasileiros que escreveram ao ex-presidente, manifestou o seu agradecimento ao petista em razão das ações ou programas desenvolvidos em seus mandatos presidenciais:

Obrigada por matar a fome de muitas pessoas da minha cidade, obrigada por trazer luz para a roça da minha vó e de tantas outras vós, obrigada por tornar possível o sonho da universidade de meus amigos e ex-alunos, obrigada por lembrar que convivemos com a seca e precisamos de reservatórios... Se eu fosse te agradecer por tudo, com certeza não caberia em uma carta. Eu te agradeço principalmente por ver os invisíveis, cada Luiz Inácio aqui do Nordeste<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Declaração disponível em: <https://pt.org.br/cartas-do-povo-brasileiro-ao-presidente-lula/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>3</sup> Declaração disponível em: <https://www.facebook.com/institutolula/posts/2898474586893087/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

Paulo Sérgio Pinheiro, ex-Secretário de Estado de Direitos Humanos no governo FHC e membro da Comissão de Verdade, hoje relator da ONU, também escreveu à Lula:

Não há um dia em que eu não me lembre da dor, do constrangimento, do escândalo no Brasil e no mundo de você estar trancafiado numa sala de 15 metros quadrados em Curitiba, enquanto todo o Brasil e nós precisamos tanto de você para fazer face aos horrores da conjuntura do dia a dia<sup>4</sup>.

O Papa Francisco também dirigiu uma carta solidária ao ex-presidente, cujo tom das mensagens foi de amizade e encorajamento, a qual foi amplamente divulgada. Abaixo, seguem um trecho:

(...) o bem vencerá o mal, a verdade vencerá a mentira e a Salvação vencerá a condenação. Tendo presente as duras provas que o senhor viveu ultimamente, especialmente a perda de alguns entes queridos (...) quero lhe manifestar minha proximidade espiritual e lhe encorajar pedindo para não desanimar e continuar confiando em Deus<sup>5</sup>.

Este capítulo sucinto sobre cartas pode oferecer reflexões teóricas sobre os diferentes discursos políticos que utilizam essas ferramentas para transmitir suas ideias, justificativas ou despedidas. A carta, enquanto gênero discursivo, deve ser analisada sempre como se apresenta em seu contexto histórico, sociocultural e quem é o seu remetente e também o destinatário, seja uma pessoa específica, um grupo ou uma população. No contexto em questão, não há a possibilidade de o discurso político inserido em uma carta não estar já direcionado para determinados segmentos, mesmo não se dando a entender em um primeiro momento.

Por Getúlio Vargas, a carta foi para o povo reagir. Por sua vez, Jânio Quadros tentou se eximir da responsabilidade de abandonar o posto que milhões de pessoas haviam lhe confiado. A seu turno, Lula afirmou que, apesar de todos os “senões”, ainda tem força para lutar e que, se impedido agora, ainda vencerá todos os obstáculos; logo, no seu caso, a carta teve como objetivo dar esperança aos seus simpatizantes, bem como ameaçar seus oponentes. Nesse âmbito, as cartas escritas por importantes políticos brasileiros, mais que um texto, são um registro histórico a ser preservado.

<sup>4</sup> Declaração disponível em: <https://www.facebook.com/Lula/posts/2227582810644040/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>5</sup> Informação disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/papa-envia-carta-a-lula-e-diz-que-a-verdade-vencera-a-mentira>. Acesso em: 23 abr. 2021.

## 2.3 A trajetória política de Eduardo Cunha no contexto da história política recente

### 2.3.1 Breve biografia

Eduardo Cunha foi Deputado Federal pelo PMDB (atual MDB) e teve participação decisiva como presidente da Câmara Federal no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Foi filiado a partidos como PPB, PP e PMDB, e em 2013 figurava como o segundo deputado mais influente do Congresso Nacional (CUNHA, 2020). Atualmente, cumpre pena de prisão por participação no escândalo popularmente conhecido como Petrolão, na estatal Petrobrás (CEDOC, 2020).

Eduardo Cosentino Cunha nasceu em 29 de setembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, é filho de Elcy Teixeira da Cunha e Elza Cosentino da Cunha, evangélico, fiel da igreja neopentecostal Sara Nossa Terra, a qual é liderada pelo pastor Robson Rodovalho. Tem quatro filhos e, atualmente, está casado com a jornalista Cláudia Cruz. cursou Economia na Universidade Cândido Mendes, trabalhou como auditor na empresa Arthur Andersen e foi economista da Xerox do Brasil. Na década de 1990, presidiu a Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Telerj) (CPDOC, 2020; EDUARDO, 2016).

Em 1989, Eduardo Cunha filiou-se ao PRN e, depois, em 1994, ao PPB. Em 1998 conseguiu eleger-se para a primeira suplência de deputado estadual do Rio de Janeiro. No governo de Antony Garotinho (1999-2002) assumiu o cargo de subsecretário estadual de Habitação até ser transferido para presidência da Cehab5. Já em 2001, assumiu o mandato de deputado estadual, que se estendeu até 2003 (RODRIGUES, 2017).

Em 2002, Cunha elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro e, em 2003, após assumir o mandato, transferiu-se para o PP, quando ficou menos de um ano, indo, posteriormente a se filiar ao PMDB, já assumindo o cargo de vice-líder do partido na Câmara dos Deputados (CPDOC, 2020).

Em 2006 foi reeleito para mais um mandato como Deputado Federal<sup>6</sup> e repetiu o feito em 2010<sup>7</sup> e em 2014<sup>8</sup>. No entanto, foi cassado em 12 de outubro de 2016 por maioria da Câmara Federal, após um longo processo impetrado pelo PSOL e pelo REDE por quebra de decoro parlamentar (RODRIGUES, 2017).

---

<sup>6</sup> Recebeu 130.773 votos e foi o quarto mais votado dentro da legenda.

<sup>7</sup> Recebeu 150.616 votos, tornou-se o quinto deputado mais votado no estado.

<sup>8</sup> Recebeu 232.708 votos, a terceira maior votação no estado com 3,06% dos votos válidos.



### 2.3.2 A atuação como deputado federal

Os fatos relevantes ou de destaque sobre a atuação de Eduardo Cunha na Câmara Federal durante os três mandatos completos e os dois últimos anos antes de sua cassação serão aqui relatados de forma a construir uma linha do tempo tanto para embasamento teórico quanto para que possamos descrever fatos históricos como o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a própria cassação do parlamentar (BBC, 2016; SIQUEIRA, 2016). O entendimento dessa particular trajetória nos auxiliará na análise do texto produzido por Cunha.

Em 2003, o então deputado federal ausentou-se de reunião parlamentar e evitou dar seu voto para a Reforma da Previdência, a Emenda Constitucional nº 41. Entretanto, participou de várias comissões durante essa legislatura, como Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Finanças e Tributação (CPDOC, 2020). Já no seu segundo mandato (2007-2010), Eduardo Cunha presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e, durante a crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, atuou como vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a situação (CUNHA, 2016a).

Em 2011, o político tomou posse para mais um mandato como deputado federal, quando participou das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Finanças e Tributação; e de Fiscalização Financeira e Controle. Em 2013, foi eleito líder da bancada de seu partido, o PMDB. Neste mesmo ano, participou da CPI que tinha como objetivo avaliar a situação do tráfico de pessoas no Brasil e obteve o segundo lugar no *ranking* dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, em pesquisa realizada pelo DIAP (CUNHA, 2016a; CPDOC, 2020).

O parlamentar obteve destaque por ser contrário à descriminalização do aborto, ao Projeto de Lei nº 122<sup>9</sup> e à descriminalização da maconha, e defendeu o fim da neutralidade da internet através da autonomia das empresas de telecomunicações no controle de fluxo dos usuários durante a tramitação do projeto do “Marco Civil da Internet” (CPDOC, 2020).

Em 2014, já na oposição ao Governo Federal, Eduardo Cunha, como líder, se posicionou contra a criação do sistema<sup>10</sup> de participação popular associado ao executivo federal, os chamados “conselhos populares”, e afirmou, na ocasião, que “teria faltado ao governo federal habilidade política e, sobretudo, respeito ao papel legislativo do Congresso”

---

<sup>9</sup> Definia os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, estabelecendo, ainda, as tipificações e delimitando as responsabilidades do ato e dos agentes.

<sup>10</sup> Sistema instituído, durante o governo Dilma Rousseff, através do Decreto nº 8.243, de 2014, que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

(CPDOC, 2020, s. p.). Cunha articulou junto com outros deputados e senadores a instauração de uma CPMI para investigar supostos desvios em recursos da Petrobrás, em especial a Refinaria de Pasadena (EUA), e da construção da Refinaria de Abreu e Lima (PE).

Em 2015, no início de seu quarto mandato, elegeu-se presidente da Câmara Federal e em maio aprovou medidas que impossibilitaram o Governo Federal de nomear Ministros do Supremo com a “PEC da Bengala”, aumentando a idade da aposentadoria compulsória para os membros dos Supremos Tribunais (CPDOC, 2020; CUNHA, 2019; O GLOBO, 2015; DELLA COLLETA *et al.*, 2015).

### **2.3.3 O *impeachment* de Dilma Rousseff**

Em 2015, Eduardo Cunha anunciou o rompimento com o Governo Federal, colocando-se como “oposição” e dando como razão uma suposta articulação do governo com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com o objetivo de incriminá-lo nas investigações da operação Lava-jato. Entretanto, segundo Cunha, mesmo na oposição, seu papel seria o de garantir a governabilidade do país (BBC, 2016; RODRIGUES, 2017; CARTA CAPITAL, 2015).

O agravamento de seu posicionamento contra o governo federal aconteceu após o Partido dos Trabalhadores comunicar que defendia a cassação do deputado perante o Conselho de Ética. Como retaliação, Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal, aceitou o pedido de *impeachment* da então presidente da república, Dilma Rousseff, protocolado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal (CPDOC, 2020; CALGARO; PASSARINHO; SALOMÃO, 2015; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015b).

Em 2016, o PMDB, partido de Eduardo Cunha e do Vice-presidente da República, Michel Temer, em convenção, anunciou que se retirava da base aliada e que rompia em definitivo com a Presidente da República e o PT. No mesmo ano, o parlamentar presidiu a sessão da Câmara dos Deputados em que o processo de impedimento de Dilma Rousseff foi autorizado e encaminhado para o Senado Federal (CPDOC, 2020; EL PAÍS, 2016).

Em maio do mesmo ano, Eduardo Cunha foi afastado de seu mandato por decisão do STF, por envolvimento na Lava-jato e, no mesmo mês, a Presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo pelo Senado Federal até que a decisão final de seu processo de *impeachment* fosse anunciada. Michel Temer assumiu interinamente a presidência. Em 31 de agosto de 2016 Dilma Rousseff foi afastada em definitivo e seu vice assumiu a presidência do Brasil até o fim do mandato em 2018 (RODRIGUES, 2017).

### 2.3.5 Lava jato, cassação e condenação

Em 2015, Eduardo Cunha se apresentou de forma voluntária à CPI da Petrobrás, que tinha como objetivo investigar, concomitantemente com a Operação Lava-jato<sup>11</sup>, as denúncias da utilização da estatal em desvio de verbas e benefícios de políticos, empresários e funcionários. Em depoimento, ele afirmou que não possuía contas bancárias irregulares no exterior, já que a que possuía estava devidamente declarada no imposto de renda (CPDOC, 2020; CUNHA, 2016).

No mês de agosto, Cunha foi denunciado pela Procuradoria Geral da República pelo envolvimento em suposto esquema de corrupção em contratos da estatal, do qual teria recebido propina para facilitar os trâmites. Todavia, mesmo denunciado, o parlamentar se recusou a se afastar de seu mandato e da presidência da Câmara Federal porque estava, conforme afirmava, “tranquilo e sereno” para continuar exercendo suas funções no legislativo federal (BBC, 2016; RODRIGUES, 2017).

Em outubro daquele ano, uma investigação do Ministério Público da Suíça detectou que Eduardo Cunha possuía mais quatro contas naquele país sob seu controle, fazendo-o entrar em contradição sobre seu depoimento anterior à CPI. Sua justificativa foi de que era beneficiário de um *trust* (RODRIGUES, 2017, CPDOC, 2020).

Ainda em 2015, O PSOL e o REDE protocolaram o pedido de cassação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar e o Conselho de Ética instaurou o processo baseado no fato de que as informações recebidas do Ministério Público da Suíça eram verdadeiras e foram corroboradas pela Procuradoria Geral da União (RODRIGUES, 2017, CPDOC, 2020, NASCIMENTO, 2015).

Em 2016, o STF aceitou a acusação de que Eduardo Cunha havia recebido recursos indevidos nos contratos da Petrobrás e tornou-o réu na ação penal em questão - a primeira aberta pelo órgão no âmbito da Lava-jato. Na ocasião, o parlamentar também foi afastado de seu mandato e da presidência da Câmara, consequência desta denúncia, mas se recusou a renunciar ao mandato (CUNHA, 2016a; RODRIGUES, 2017).

Em junho daquele ano, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados recomendou a cassação de Eduardo Cunha por ter quebrado o decoro parlamentar em seu depoimento à CPI da Lava-jato. Naquele mesmo período, o STF denunciou o parlamentar por suas contas

---

<sup>11</sup> Denominação de uma ampla investigação judicial iniciada em março de 2014 para checar denúncias sobre um grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo políticos e empresários de projeção nacional em relação à estatal Petrobrás.

irregulares em bancos suíços. Cunha recorreu ao STF para anular seu processo de cassação, mas sua apelação foi rejeitada (RODRIGUES, 2017, CPDOC, 2020; CARTA CAPITAL, 2016; FOLHA DE SÃO PAULO, 2015a; LOYOLA; 2016).

Em outubro de 2016, Eduardo Cunha foi cassado por 450 deputados (10 votos contra a cassação e 9 abstenções) e colocou a responsabilidade no Governo Temer pela derrota, dizendo que iria escrever um livro para relatar os bastidores do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Na sequência, tornou-se réu e sua prisão preventiva foi decretada pelo poder que exercia no cenário político nacional, assim como seus bens foram bloqueados. A reação do deputado foi presunçosa, uma vez que ele acreditava que um juiz federal de outro estado não tinha competência para tal ato (RODRIGUES, 2017; CPDOC, 2020; CUNHA, 2016).

Em 2017, o pedido de liberdade foi negado pelo STF e Eduardo Cunha foi condenado pela justiça federal a 15 anos e 4 meses de reclusão por corrupção passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. O TRF414 negou a apelação da defesa de Cunha e estipulou a pena em 15 anos e 6 meses. A segunda condenação, de 24 anos e dez meses, caracterizou em regime fechado no processo sobre o pagamento de propina de empresas interessadas na liberação de verbas do FI-FGTS14 (RODRIGUES, 2017, CPDOC, 2020; AMORIM, 2017).

### 3 ANÁLISE DAS CARTAS: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO DE EDUARDO CUNHA

*Toda tomada de palavra é, com efeito, em diversos graus, incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou tipos de discurso que têm necessidade de se impor contra outros pontos de vista e de provocar uma adesão que está longe de ser dada.*

(Dominique Maingueneau)

Ao tomar a palavra, o locutor, de forma mais ou menos consciente, engendra o seu discurso por intermédio da linguagem tendo como fim último as visadas de persuasão e de dominação. Isto equivale a dizer que, para o locutor, falar é, em última análise, uma questão de estratégia em que o sujeito produz uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que ele fale explicitamente de si; basta que se dirija a um sujeito-destinatário numa determinada situação comunicativa. Contudo, esse processo de construção imagética não ocorre de forma unilateral, pois não apenas o enunciador fabrica uma imagem de si e projeta sobre o coenunciador, como este também constrói, previamente, uma imagem daquele.

Por outro lado, como preconiza Maingueneau (2008), toda tomada de palavra incorre em um risco, mormente quando se trata de uma ação consciente cuja pretensão é afetar o outro para provocar a adesão a um determinado ponto de vista, pois nem sempre tal visada se efetiva.

Assim sendo, o *ethos* discursivo é construído por intermédio dos atos de fala. Portanto, faz-se necessário retomar a noção de ato linguageiro proposta por Charaudeau (2016), segundo a qual o ato de linguagem deve ser concebido como um encontro dialético entre o processo de produção, criado por um sujeito enunciador (EUE) e dirigido a um sujeito destinatário (TUD) por meio de um sujeito comunicante (EUC); e por um processo de interpretação, criado por um sujeito interpretante (TUI) que, por sua vez, constrói uma imagem do ser de fala (EUC). Nesse sentido, o ato de linguagem constitui-se como um ato interenunciativo entre quatro sujeitos e não dois, uma vez que o ato de comunicação não deve ser concebido como resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor.

Nessa perspectiva, a partir da análise do discurso político, pretendemos elucidar como ocorre a construção dos *ethé* de Eduardo Cunha e quais as estratégias linguísticas e discursivas voltadas à construção da imagem de si foram utilizadas nas cartas do ex-deputado

como instrumento de legitimação do seu projeto político. Para tanto, a seleção do *corpus* de análise constitui-se na amostra de quatro cartas escritas por ele, sendo duas antes e duas após a sua prisão na Operação Lava Jato.

A seguir, serão apresentados e analisados atos languageiros que ensejaram os discursos selecionados. Para tanto, faremos a descrição das cenografias de cada um dos discursos enunciados através das cartas e suas relações com os vários tipos de *ethé* mostrados pelo enunciador, em conformidade com as perspectivas de Charaudeau e Maingueneau. Além disso, será feita a identificação das cenas de enunciação propostas por Maingueneau (2008): cena englobante, cena genérica e cenografia.

### 3.1 AL1 – A carta-renúncia de Eduardo Cunha

Em maio de 2016, Eduardo Cunha teve seu mandato suspenso em função das denúncias de quebra de decoro parlamentar em processo impetrado pelo PSOL e pelo REDE a respeito de ter mentido sobre contas bancárias que mantinha na Suíça, cuja existência foi confirmada pelo Ministério Público daquele país.

Em decorrência dessas minhas posições, venho sofrendo também uma representação por quebra de decoro parlamentar por supostamente ter mentido a uma CPI, aberta por mim como Presidente e na qual compareci espontaneamente para prestar esclarecimentos. Continuarei a defender a minha inocência de que falei a verdade (CUNHA, 2016a, s. p.).

Em 7 de julho de 2016, ele renunciou à presidência da Câmara Federal e apresentou como sua defesa e despedida uma carta em que justificava seu ato pelo bem do país, mas denunciava a injustiça que, segundo ele, estava sofrendo por lutar por um ideal. Cunha inicia seu relato comunicando tal atitude e afirma no AL1: “a decisão que tomei em renunciar ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados é irrevogável e irretratável” (*Idem*).

Assim sendo, na condição de locutor, Cunha assume o centro da situação de comunicação “Carta-renúncia”<sup>12</sup> que constitui um espaço de troca entre os seus interlocutores, Waldir Maranhão, vice-presidente da Casa legislativa, num primeiro momento, e, por extensão, a todos os seus pares para quem a mesma foi lida pelo enunciador. Vale ressaltar que, àquela altura, o deputado encontrava-se proibido pelo Supremo Tribunal Federal de

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/512042-CONFIRA-A-CARTA-EM-QUE-CUNHA-RENUNCIA-A-PRESIDENCIA-DA-CAMARA.html>. Acesso em: 15 set. 2017.

adentrar na Câmara dos Deputados. Não obstante, naquele dia compareceu e leu, com lágrimas nos olhos e voz embargada, a carta de renúncia no Salão Nobre da Câmara. Recorreu, portanto, à oralidade e ao canal de transmissão gráfico para se dirigir aos múltiplos parceiros da troca linguageira, pois, além da leitura do texto, o mesmo fora entregue e disponibilizado para toda a Casa.

Em relação às características identitárias dos parceiros envolvidos na situação comunicativa, sabe-se que são políticos, majoritariamente do sexo masculino, de condições socioeconômicas semelhantes, e que guardam uma relação de familiaridade entre si, dados os quase dois anos de convivência, se considerada apenas aquela legislatura. Além disso, encontravam-se imersos num ambiente de tensão, dadas as circunstâncias. O contrato de comunicação instaurado não admite troca dialogal, sendo estabelecido numa situação monologal, uma vez que o objetivo do enunciador, naquele momento, era informar aos interlocutores o seu ato de renúncia.

Cunha (2016a), com 17 meses concluídos de um mandato de dois anos, explicava naquele momento que, em consenso com seus apoiadores, resolveu renunciar para que, não havendo previsão de sua volta, a Instituição não parasse seus trabalhos em razão desta situação.

É público e notório que a Casa está acéfala, fruto de uma interinidade bizarra, que não condiz com o que o País espera de um novo tempo após o afastamento da Presidente da República. Somente a minha renúncia poderá pôr fim a essa instabilidade sem prazo. A Câmara não suportará esperar indefinidamente (CUNHA, 2016a, s. p.).

Vale salientar que, a partir do momento em que Cunha renunciou à presidência da Câmara, a mesma passou a ser chefiada, interinamente, pelo vice-presidente da mesa diretora, Waldir Maranhão. Inclusive, foi nesse período que Maranhão acolheu os argumentos do então Advogado-geral da União (AGU), José Eduardo Cardoso, anulando, com este gesto, o processo de *impeachment* por entender que ocorreram vícios durante a votação. Por essa razão, Cunha afirma: “é público e notório que a Casa está acéfala” (*Idem*).

No excerto acima, o agente político mobiliza o *ethos* de credibilidade ao fazer referência à sua legitimidade no comando da câmara, contrapondo-se à “interinidade bizarra” fruto da ascensão de Maranhão, e também ao afirmar ter cumprido as propostas de campanha. Ao exaltar os seus feitos no exercício da presidência, o deputado pretende também construir as imagens de sério e competente ao destacar o seu empenho para aprovar todas as pautas do

governo, as pautas da sociedade e de seus pares, o que, segundo ele, evidencia o protagonismo e a independência de seu mandato.

Em seu texto, o sujeito-comunicante diz guardar para si um orgulho que durará a vida toda por ter sido o parlamentar que acatou e encaminhou o pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Contudo, assevera que foi a partir do cumprimento desta missão que as perseguições se iniciaram de forma incisiva contra ele. Além disso, justifica o recebimento do processo de impedimento pelo fato de que, em sua concepção, a chefe do executivo havia cometido crime de responsabilidade, incorrido em práticas irregulares, além de ter promovido a ingovernabilidade.

Sofri e sofro muitas perseguições em função das pautas adotadas. Estou pagando um alto preço por ter dado início ao impeachment. Não tenho dúvidas, inclusive, de que a principal causa do meu afastamento reside na condução desse processo de impeachment da Presidente afastada, tanto é que meu pedido de afastamento foi protocolado pelo PGR em 16/12/2015, logo após a minha decisão de abertura do processo. E o pedido de afastamento só foi apreciado em 5/5/2016, em uma decisão considerada excepcional e sem qualquer previsão constitucional, poucos dias depois da decisão desta Casa por 367 votos autorizando a abertura do processo por crime de responsabilidade (CUNHA, 2016a, s. p.).

O sujeito-comunicante afirma que sofre pela seletividade como forma de acusação, já que outros acusados não tiveram o mesmo tratamento ou sanções, mas que, mesmo assim, confia na justiça do país, que pode provar sua inocência, e que no exercício de toda sua vida política jamais recebeu vantagem indevida ou ilegal:

Tenho consciência tranquila não só da minha inocência bem como de ter contribuído para que o meu País se tornasse melhor e se livrasse do criminoso governo do PT. A história fará Justiça ao ato de coragem que teve a Câmara dos Deputados sob o meu comando de abrir o processo de impeachment que culminou com o afastamento da Presidente, retirando o País do caos instaurado pela criminosa e desastrada gestão que tanto ódio provocou na sociedade brasileira, deixando como legado o saldo de 13 milhões de desempregados e o total descontrolado das contas públicas (*Idem*).

Em 12 de outubro de 2016, Eduardo Cunha foi cassado por maioria da Câmara Federal, sendo logo depois detido por um mandado de prisão preventiva por oferecer perigo às investigações, e em 2017 foi condenado por peculato e outras denúncias de recebimento de vantagens durante o seu mandato.

Diante do exposto, percebe-se que o AL1 ocupa a cenografia de carta privada que, por sua vez, é mobilizada pelo agente político para enunciar o seu discurso. Nesse sentido, “o



discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe” (MAINGUENEAU, 2008, p. 117). Dessa forma, para convencer o seu auditório, o enunciador institui a cena de enunciação para legitimar o seu discurso.

A veiculação de imagens nas cartas é precedida por outras que já foram veiculadas previamente, denominadas de *ethos prévio* – conjunto de informações a que o público tem acesso antes mesmo que o locutor lhe dirija a palavra. Com relação ao sujeito em análise, sabe-se que ele faz parte do cenário político brasileiro, foi deputado federal entre 2003 e 2016, presidente da Câmara Federal entre 1º de fevereiro de 2015 e 7 de julho de 2016, que integrava a bancada evangélica e que é membro da igreja Assembleia de Deus, além de ser considerado um político bastante habilidoso e conservador.

Na carta em análise, podemos perceber a combinação de imagens de si que o agente político engendra para a construção do seu *ethos*. A imagem de patriota criada para justificar o ato de renúncia revela preocupação com o futuro do país, como fica patente no excerto a seguir, extraído da carta-renúncia: “Somente a minha renúncia poderá pôr fim à essa instabilidade sem prazo. (...) espero que este meu ato ajude a restaurar o nosso País após o processo de impeachment” (CUNHA, 2016a, s. p.). Aqui fica evidente a tentativa do enunciador de transformar a sua renúncia num ato heroico, em favor de um bem maior, isto é, em favor da pátria. Por trás desta sobriedade, há, portanto, a pretensão de superdimensionar o gesto-republicano. A imagem que se pretende instaurar perante o auditório é a de um cidadão capaz de colocar os interesses republicanos acima dos interesses particulares e assim se sacrificar.

Outra imagem bastante recorrente na carta-renúncia é a imagem de vítima, injustiçado e perseguido pela Justiça. O sujeito-comunicante atribui o seu afastamento da presidência da Câmara dos Deputados e a abertura dos processos em que responde no âmbito da Operação Lava Jato às pautas adotadas no exercício da presidência da Câmara Federal e por ter dado início ao processo de *impeachment* contra a petista.

Sofri e sofro muitas perseguições em função das pautas adotadas. Estou pagando um alto preço por ter dado início ao impeachment. (...) A par disso, sofro da seletividade do órgão acusador que atua com relação a mim diferentemente do que com outros investigados com o mesmo foro. (...) Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me apoiam no meio dessa perseguição e vingança de que sou vítima (*Idem*).

Ao dar provimento ao pedido de *impeachment* e, portanto, atender aos anseios do mercado financeiro e do sistema, Cunha tinha a pretensão de preservar o seu mandato parlamentar, o que não aconteceu. Por essa razão, nos excertos acima há a tentativa de construir a ideia de uma máquina/sistema que o descartou após ter servido como engrenagem de todo o processo que mais tarde culminaria no afastamento definitivo da primeira mulher eleita presidente do Brasil.

*Pari passu* à imagem de vítima de perseguição, o enunciador constrói para si a imagem de cidadão inocente e reitera que não recebeu qualquer vantagem indevida de quem quer que seja, afirmando confiar na justiça brasileira: “Tenho consciência tranquila não só da minha inocência bem como de ter contribuído para que o meu País se tornasse melhor e se livrasse do criminoso governo do PT” (CUNHA, 2016a, s. p.).

O agente político mobiliza também os *ethé* de chefe/comandante, de competente, de potência e de sujeito vitorioso ao se dirigir aos seus pares, fazendo um levantamento de suas principais ações no comando da Casa Legislativa:

No período de efetivo exercício do mandato, pude conduzir a Câmara na forma proposta na minha campanha, com protagonismo e independência, votando todas as pautas do governo, mas trazendo a debate também as pautas da sociedade e a pauta dos seus representantes – que são os Deputados. Reforma política, terceirização de mão de obra, redução da maioria penal, “PEC da Bengala”, Estatuto do Deficiente, pautas da segurança pública, correção do FGTS, foram alguns dos importantes temas votados na minha gestão. Mas, sem dúvida, a autorização para a abertura do processo de *impeachment* de um governo que, além de ter praticado crime de responsabilidade, era inoperante e envolvido com práticas irregulares, foi o marco da minha gestão, que muito me orgulha e que jamais será esquecido (*Idem*).

Ao mencionar a sua atuação quando do comando e aprovação das pautas conservadoras, o deputado tentar projetar sobre o auditório (sobretudo as bancadas identificadas com essa doutrina política) a imagem de força política. Além disso, fica patente a tentativa de construção de uma imagem de conservador, ratificada em sua defesa das pautas conservadoras, que, segundo ele, são de interesse da sociedade. Além de dirigir o seu discurso aos deputados, num primeiro momento, o enunciador fala também para fora da Casa de Leis na medida em que busca uma identificação com o povo (como representado), mormente aquelas pessoas afeitas ao conservadorismo enquanto viés político.

Como fica patente no AL1, ao defender a sua renúncia, Cunha tenta dar ares de interesse público ao seu ato privativo. Para tanto, faz uma espécie de prestação de contas de

sua presidência não apenas para os seus pares, mas também para a sociedade, destacando a sua identidade moral, sua honestidade e credibilidade, no intuito de afetar o auditório, utilizando a estratégia da identificação. Assim, é evidenciado que, ao lançar mão deste expediente, o enunciador tem como visada construir uma imagem positiva de si perante seus coenunciadores.

Outra imagem manifestada no texto do deputado é a de cristão/religioso, através da qual tenta conseguir com que os seus pares, sobretudo aqueles pertencentes à bancada evangélica<sup>13</sup>, adiram ao seu discurso, como se verifica nas ocorrências a seguir: “Quero agradecer a Deus pela oportunidade de presidir a Câmara dos Deputados do meu País. (...) Que Deus abençoe esta nação”. Neste íterim, de modo semelhante, o enunciador constrói para si os *ethé* de sério e de inocente como estratégia para validar o seu discurso: “Quero reiterar que comprovarei a minha inocência nesses inquéritos, confiando na Justiça do meu País. Reafirmo que não recebi qualquer vantagem indevida de quem quer que seja” (CUNHA, 2016a, s. p.).

Em outro momento do seu discurso, o EUE volta a recorrer às imagens de chefe/comandante e de coragem ao fazer referência ao recebimento e processamento do processo de impedimento de Dilma Rousseff: “A história fará Justiça ao ato de coragem que teve a Câmara dos Deputados sob o meu comando de abrir o processo de impeachment que culminou no afastamento da Presidente...” (CUNHA, 2016a, s. p.).

Na tentativa de construir uma identidade discursiva com os coenunciadores, Eduardo Cunha mobiliza os *ethé* de chefe de família/pai protetor e de perseguido/vítima da justiça:

Quero agradecer ao meu partido e a todos os Deputados que me elegeram em primeiro turno em fevereiro de 2015. Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me apoiam no meio dessa perseguição e vingança de que sou vítima. Quero agradecer especialmente a minha família, de que os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha. Usam a minha família de forma cruel e desumana visando me atingir (*Idem*).

Diante do exposto, podemos perceber que o enunciador lança mão de recursos patêmicos para auxiliar na construção da imagem de si. Essa integração entre o *ethos* e o *pathos* é bastante recorrente nos discursos políticos. Dessa forma, ao falar do lugar de pai de

---

<sup>13</sup> Frente Parlamentar Evangélica, ou simplesmente bancada evangélica, é um termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos. Diferentemente dos evangélicos, que compõem a maioria da bancada, os parlamentares católicos não participam da frente. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bancada\\_evang%C3%A9lica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bancada_evang%C3%A9lica). Acesso em: 07 abr. 2020.

família zeloso, o agente político pretende construir uma identidade discursiva com os deputados, mormente aqueles que são ou estão na condição de pais, para assim validar o seu discurso, no sentido de ganhar a adesão do auditório.

Ao finalizar a carta-renúncia, o EUE dirige-se aos presentes com essas palavras:

Que este meu gesto sirva para repor o caminho que a Câmara dos Deputados estava trilhando na minha gestão, de protagonismo, de independência, de austeridade no controle dos gastos públicos e de coragem para o enfrentamento das pautas da sociedade. Acima de tudo, espero que este meu ato ajude a restaurar o nosso País após o processo de impeachment (CUNHA, 2016a, s. p.).

Neste trecho da missiva, o enunciador recorre a múltiplas imagens para reforçar a relevância do ato de renúncia e sua atuação enquanto comandante daquela Casa de Leis. Para tanto, são mobilizados os *ethé* de chefe, de sério, de coragem, de competência e de patriota.

Podemos observar, também, mesmo que implicitamente, a oposição entre pessoalidade e impessoalidade. Dessa forma, ao patrimonialismo/corrupção opõe-se o republicanismo/zelo pelo interesse público. Nesse sentido, o “gesto” aqui pode ser depreendido como ensinamento pelo exemplo, pela ação e pela atitude. Tal acepção vai ao encontro do desejo do enunciador de supervalorizar o ato de sua renúncia como um ato sacrificial em favor de um bem maior, capaz de “repor o caminho que a Câmara dos Deputados estava trilhando” e “restaurar o nosso País após o processo de impeachment” (*Idem*).

### Quadro 1 – Cenografia e *ethé* mobilizados no Ato Linguageiro 1

SÍNTESE DA ANÁLISE DO AL1		
Cenografia	Líder que se sacrifica em favor de uma causa maior (a Pátria).	
<i>Ethé</i> de credibilidade	Sério/ Inocente	“Quero reiterar que comprovarei a minha inocência nesses inquéritos, confiando na Justiça do meu País. Reafirmo que não recebi qualquer vantagem indevida de quem quer que seja”.
	Vítima/Injustiçado/ Perseguido	“Sofri e sofro muitas perseguições em função das pautas adotadas. Estou pagando um alto preço por ter dado início ao impeachment”.
	Inocente	“Tenho consciência tranquila não só da minha inocência bem como de ter contribuído para que o meu País se tornasse melhor e se livrasse do criminoso governo do PT”.
	Cristão/Religioso	“Quero agradecer a Deus pela oportunidade de presidir a Câmara dos Deputados do meus País. (...) Que Deus abençoe esta nação”.
		“A história fará Justiça ao ato de coragem que teve a Câmara dos Deputados sob o meu comando de abrir o processo de impeachment que culminou no

<i>Ethé</i> de identificação	Chefe/ Coragem/ Potência	afastamento da Presidente...”. “Que este meu gesto sirva para repor o caminho que a Câmara dos Deputados estava trilhando na minha gestão, de protagonismo, de independência, de austeridade no controle dos gastos públicos e de coragem para o enfrentamento das pautas da sociedade”.
	Chefe de família/Pai protetor	“Quero agradecer especialmente a minha família, de que os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha. Usam a minha família de forma cruel e desumana visando me atingir”.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

### 3.2 AL2 – A carta em que Eduardo Cunha pede a clemência dos seus pares para evitar a cassação

Eduardo Cunha sempre foi conhecido, no meio político, por ser um profundo conhecedor do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e pela maestria com que o manipulava. A sua renúncia, em 07 de julho de 2016, pode ser avaliada como uma manobra para salvar o seu mandato parlamentar. Após ter renunciado ao comando da Câmara Federal, o deputado passou a ocupar-se, com mais afinco, de sua defesa jurídica e política. Isso porque, além das batalhas travadas no campo jurídico, no campo político precisava salvar o seu mandato para não perder o foro privilegiado.

Acusado de ter violado o código de Ética da Casa por ter negado à CPI da Petrobrás a existência de contas no exterior, Cunha passou a atuar em duas frentes: em uma criou um *site* com informações técnicas acerca dos processos em que respondia junto ao STF para consulta pública com o intuito de fazer a sua defesa política; e noutra enviou cartas aos seus colegas deputados pedindo clemência para escapar da cassação por quebra de decoro parlamentar. É neste contexto que se insere a situação comunicativa sobre a qual nos debruçaremos a partir de agora: AL2 - carta em que Eduardo Cunha envia aos deputados pedindo clemência<sup>14</sup>. Este constitui, portanto, o espaço de troca entre o ex-presidente da Câmara e seus pares, através do qual alega inocência e pede votos contra a sua cassação.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/cunha-manda-carta-a-deputados-pedindo-clemencia-leia-o-texto/>. Acesso em: 15 set. 2017.

É muito importante o registro de todos os acontecimentos que envolvem este processo para que possa ter a exata dimensão da situação e refletir sobre o seu voto. Junto com esta carta, estou enviando um anexo detalhando mais cada fato. Peço encarecidamente a sua atenção.

Em uma carta é muito difícil explicar todos os argumentos de defesa com relação às acusações, mas além de colocar-me à disposição para esclarecer de forma pessoal, estão disponibilizadas para consulta no site [www.adesadecunha.com.br](http://www.adesadecunha.com.br) todas as peças de acusação e defesa que tramitam no STF, bem como os documentos principais do Conselho de Ética.

Serei julgado no Plenário por supostamente ter mentido na CPI da Petrobras e não pelas outras acusações, que serão julgadas pelo STF. Recém-eleito presidente, entendi que era minha obrigação comparecer espontaneamente à CPI, por mim instalada, para prestar esclarecimentos, diferentemente dos demais investigados, que preferiram não comparecer.

Não estava sob o compromisso de juramento e, protegido pela Constituição, segundo a qual ninguém é obrigado a fazer prova contra si próprio, respondi que todas as minhas contas estavam declaradas no meu Imposto de Renda, o que, além de configurar a mais absoluta verdade, não significa motivo suficiente para ensejar a minha cassação, como exponho com detalhes no anexo (CUNHA, 2016b, s. p.).

Nesse sentido, vale salientar as restrições estruturais da situação de comunicação instituída pelo agente político. Os parceiros do ato linguageiro são múltiplos e não se encontram presentes fisicamente quando da relação de troca com o enunciador, uma vez que o EUE recorre ao canal de transmissão gráfico, já que as missivas foram encaminhadas aos seus pares através de assessores ou via mídias sociais, não permitindo, portanto, troca dialogal face a face.

Dadas as especificidades e finalidades do discurso político, considerando ainda as restrições e a margem de manobra sugerida pela situação comunicativa aqui apresentada, o enunciador mobilizou os modos discursivos enunciativo, argumentativo e narrativo (embora com predominância dos dois primeiros), a partir dos quais o agente político manteve uma relação de influência em relação aos seus interlocutores com vistas à adesão ao seu discurso.

Ao criar um *site* como instrumento de diálogo direto com os representados, o deputado tem como visada projetar sobre os coenunciadores as imagens de transparente/inocente e, por isso mesmo, não teme a verdade; ao contrário, deseja compartilhar com a sociedade o esclarecimento do caso. Nessa toada, o respeito às leis como postura cidadã, institucional e cristã era algo que ele fazia questão de destacar perante o auditório. Além disso, mesmo que de forma implícita, com o recurso eletrônico, Cunha cria também o *ethos* de competência

técnica, *know how* jurídico, que coincide com o seu *ethos* prévio, uma vez que a sua expertise nessa área era sublinhada por seus pares.

A carta em que pede clemência aos seus pares representava a última cartada de Eduardo Cunha na tentativa de preservar o seu mandato parlamentar. Por essa razão, abusa do jogo de imagens construídas com a visada de conquistar a adesão do seu auditório. Para tanto, mobiliza a compaixão como estratégia de identificação pelo reconhecimento de sua trajetória pessoal, na tentativa de encenar um percurso heróico e projetar a imagem de homem do povo. Em diversos momentos do texto, o agente político lança mão do *ethos* de humildade, como fica patente nos excertos a seguir:

Peço licença para apresentar as considerações sobre a Representação que irá à votação.

É muito importante o registro de todos os acontecimentos que envolvem este processo para que possa ter a exata dimensão da situação e refletir sobre o seu voto. Junto com esta carta, estou enviando um anexo detalhando mais cada fato. Peço encarecidamente a sua atenção.

O que peço é que tome a sua decisão com a isenção sobre a sua gravidade, cuja consequência é tamanha, a ponto de destruir a minha vida e principalmente a da minha família.

Também não tenho dúvidas de que o meu processo decorre de uma perseguição política daqueles que me enfrentaram e me enfrentam pelos motivos mencionados. Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha.

O que peço é apenas que eu tenha a oportunidade de concluir o meu mandato. E, que os meus eleitores do Rio de Janeiro continuem representados por mim. Não há punição maior do que aquela oriunda das urnas.

Peço que se atenha ao mérito do que está sendo julgado. NÃO MENTI À CPI!

Peço que olhe para trás em toda a nossa trajetória percorrida, com muita luta e suor. Peço que olhe para a paixão com a qual comandeí a Câmara, com orgulho de ter sido escolhido por vocês para fazer isso. Peço que olhe também para as coisas positivas a meu respeito. Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade. Fui leal em todos os meus compromissos, com todos os meus companheiros, com a Câmara, com o cargo de presidente, sobretudo, com meus eleitores. Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender.

Peço, com muita humildade, que Deus toque no seu coração e eu possa ter o seu voto contra essa representação (CUNHA, 2016b, s. p.).

Entretanto, a imagem de humilde construída por Cunha em diversas passagens da missiva destoa do seu *ethos* prévio. O ex-presidente da Câmara dos Deputados era reconhecido, entre seus pares, como um político acima de média, porém, bastante genioso. Além disso, era considerado destemido, arrogante e bastante irônico dentro do meio político. A título de ilustração, foi elaborada a Figura 1, destacando as palavras recorrentes no Ato Linguageiro 2.

Apesar de ser considerado ambicioso, autoritário, arrogante e vingativo – imagens prévias de Cunha que circulavam entre os políticos – na carta em que implora aos deputados para livrá-lo da acusação de quebra de Decoro Parlamentar no Conselho de Ética das Câmara Federal, além de tentar vender a imagem de humilde, ele constrói para si o *ethos* de arrependido:

Quero deixar claro que não pretendo me fazer de vítima ou de perseguido para convencê-los a votar contra a cassação do meu mandato. Ao contrário, todas as acusações estão ainda sendo apuradas pelo Poder Judiciário. Sou acusado, muitas vezes com base em notícias de mídia, e ressalto que até hoje nunca fui chamado para depor em qualquer lugar. Reconheço que, em busca da justiça, errei e passei do ponto em muitos momentos, gerando uma reação corporativa, cujo objetivo passou a ser a busca da minha punição, apesar de tantas investigações abertas contra terceiros (CUNHA, 2016b, s. p.).

No que concerne às batalhas judiciais que travara, o enunciador constrói para si a imagem de respeito à ritualidade institucional e, portanto, de controle emocional, fazendo *jus* ao dito popular “quem não deve, não teme”. Na condição de ex-presidente da Câmara, nesse evento Cunha recorre ao *ethos* de chefe para lembrar aos colegas que a sua situação política foi agrava pelas ações que tomou na condução da Casa de Leis. Juntamente com a imagem de comandante, engendra também as imagens de determinado e competente:

Não há dúvida de que a minha situação política se agravou após a aceitação da denúncia do impeachment, em 2 de dezembro de 2015, e com a sua condução, que culminou na decisão do Plenário da Câmara, que autorizou a abertura do processo em 17 de abril. **TODOS SABEM QUE SEM A MINHA DETERMINAÇÃO E SEM A MINHA ATUAÇÃO JAMAIS ESTE PROCESSO SERIA ABERTO.** E todos sabem também a brutal perseguição política e midiática que estou sofrendo após esse dia (CUNHA, 2016b, s. p.).

De igual modo, o locutor destaca que está sofrendo uma “brutal perseguição política e midiática”, uma violência, que pode resultar na destruição de sua vida pessoal. Tal estratégia



vai ao encontro das imagens de injustiçado e perseguido forjadas no decorrer do ato linguageiro.

Ademais, Cunha considera absurdo o seu afastamento da Câmara dos Deputados. Vale salientar que o STF, em virtude das ações que o deputado respondia no âmbito da Operação Lava Jato, o afastou da presidência da Casa e o impediu de frequentá-la. É nesse cenário que ele constrói as imagens de injustiçado e perseguido:

E todos sabem também a brutal perseguição política e midiática que estou sofrendo após esse dia.

O meu absurdo afastamento, inclusive com o meu absurdo impedimento de frequentar a Câmara, me tirou todas as armas de defesa, já que a defesa política é construída com antecedência. Passei a ficar sem poder circular, ter a chance de falar a verdade e expor os fatos.

Também não tenho dúvidas de que o meu processo decorre de uma perseguição política daqueles que me enfrentaram e me enfrentam pelos motivos mencionados.

(...) Também não é justo que eu pague por votar pautas que desagradavam justamente aos mesmos que foram contra o impeachment.

Isso mesmo, coincidência ou não, os mesmos autores da representação contra mim, oriundos do PT, PSol e Rede, são justamente os mesmos que combateram estas pautas e o processo de impeachment (CUNHA, 2016b, s. p.).

Diante do exposto, percebe-se que ele atribui o agravamento de sua situação política ao fato de ter recebido e processado o pedido de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff e também ao fato de ter colocado em votação pautas conservadoras contrárias aos deputados de oposição. Não obstante, dadas as circunstâncias vulneráveis em que se encontra, indefeso/inofensivo, coloca-se na posição de vítima para quem lhe fora negado pelo sistema de justiça o direito de “falar a verdade e expor os fatos” (*Idem*). A verdade, aqui, parece adquirir contornos que se assemelham ao *ethos* cristão em que a falha justiça dos homens é suplantada pela justiça divina.

No processo de constituição do *ethos*, ao tomar a palavra, o enunciador constrói sua identidade discursiva para auxiliar na formação da imagem de si que quer construir. Por essa razão, para construir sua identidade discursiva, Cunha mobiliza em várias oportunidades o *ethos* de chefe de família:

O que peço é que tome a sua decisão com a isenção sobre a sua gravidade, cuja consequência é tamanha, a ponto de destruir a minha vida e principalmente a da minha família.

(...) Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha. Temos consciência de como pode ser difícil ser familiar de um parlamentar nos dias de hoje, mas sabemos também que existe um limite, e que ele foi brutalmente ultrapassado de forma desleal com os meus, que, infelizmente, sofrerão e pagarão eternamente por uma perseguição contra mim (CUNHA, 2016b, s. p.).

Considerando os excertos acima extraídos do AL2, podemos observar que a identidade discursiva está relacionada ao sujeito enunciador do discurso, portanto, o ex-deputado Cunha, para a qual ele evoca a imagem de pai/chefe de família. Nesse aspecto, a identidade discursiva do enunciador não deve ser confundida com sua identidade social, pois esta se encontra relacionada ao papel ou função de deputado federal e ex-presidente da Câmara, ao passo que aquela se relaciona com a elaboração discursiva por parte do agente político. Desta ou daquela maneira, ao lançar mão da imagem de chefe de família, o que o sujeito enunciador pretende com esse recurso é fazer com que os seus pares, em sua grande maioria chefes de família, se identifiquem consigo e adiram ao seu discurso e, com isso, tenham clemência e não votem para a cassação de seu mandato parlamentar. Referindo-se aos seus familiares, o parlamentar arremata: “sofrerão e pagarão eternamente por uma perseguição contra mim” (CUNHA, 2016b, s. p.).

Cunha também recorre aos *ethé* de corajoso e de patriota para reforçar o que já disse em outros momentos, ao longo das cartas dirigidas aos seus colegas deputados, que não é justo que ele perca o mandato por ter tido a coragem de conduzir o processo de *impeachment* que afastou definitivamente do cargo a ex-presidente Dilma Rousseff: “Não é justo que eu pague com o mandato cassado e perca meus direitos políticos por ter tido a coragem e conduzir o processo der impeachment do governo e do partido que estavam destruindo o nosso país” (CUNHA, 2016b, s. p.). Cunha se julga patriota e conservador e, por essa razão, em contextos diferentes, ele se diz orgulhoso das pautas que conduziu na presidência da Câmara, afirmando ter feito um bem ao país quando deu provimento ao pedido de afastamento da presidente eleita.

Além de conservador, Cunha integrava a Bancada Evangélica e, talvez por isso, tenha recorrido em várias oportunidades ao *ethos* de cristão/religioso para construir uma identidade discursiva com os seus parceiros do ato de linguagem, como podemos ver em:

Confio que Deus vá te iluminar, dando a direção certa, para que tenha a sabedoria e o entendimento. Para que o seu voto não seja o instrumento da destruição da vida de quem está sendo acusado apenas por ter supostamente faltado com a verdade, em depoimento espontâneo, sem a cláusula do juramento.

Peço, com muita humildade, que Deus toque no seu coração e eu possa ter o seu voto contra essa representação (CUNHA, 2016b, s. p.).

Estrategicamente, o agente político recorre à figura de Deus como fonte moral última e de julgamento. A remissão reiterada à religião pretende estabelecer uma identidade discursiva com o auditório, sobretudo aqueles deputados cristãos que majoritariamente o apoiavam.

Ao finalizar a carta, que representou a última tentativa de salvar o seu mandato de deputado, o EUE abusa das imagens discursivas. Apresenta-se com o *ethos* de chefe orgulhoso, apaixonado pelo que faz e com os *ethé* de leal, de sincero, de solidário e de companheiro, como em:

Peço que olhe para trás em toda a nossa trajetória percorrida, com muita luta e suor. Peço que olhe para a paixão com a qual comande a Câmara, com orgulho de ter sido escolhido por vocês para fazer isso. Peço que olhe também para as coisas positivas a meu respeito. Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade. Fui leal em todos os meus compromissos, com todos os meus companheiros, com a Câmara, com o cargo de presidente, sobretudo, com meus eleitores. Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender (CUNHA, 2016b, s. p.)

Com aquela que seria sua última cartada para livrar-se da cassação, Cunha tentou, a todo custo, criar uma imagem de si positiva capaz de conseguir a adesão do auditório e conseguir que os seus pares validassem o seu discurso. Para tanto, em diversas ocasiões, recorreu a recursos patêmicos para auxiliar na construção de sua imagem. A presença do *pathos* na constituição do *ethos* é um recurso bastante comum nos discursos políticos.

No excerto acima, ao destacar a paixão com a qual comandou a Câmara e a trajetória percorrida, segundo a qual se deu com “muita luta e suor”, fica evidenciada a tentativa por parte do sujeito-comunicante de despertar a compaixão e identificação dos seus pares pelo reconhecimento de sua trajetória pessoal. Ademais, no excerto também reivindica lealdade aos colegas e aos eleitores, com os quais afirma ter sido leal: “Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade” (CUNHA, 2016b, s. p.).

Outro recurso de que o sujeito enunciativo lança mão é a estratégia de denegação, pois nega, o tempo todo, as acusações que lhe são imputadas: “A punição política por algo que não

fiz já foi o afastamento do meu mandato de maneira inconstitucional...” (CUNHA, 2016b, s. p.).

**Quadro 2** – Cenografia e *ethé* mobilizados no Ato Linguageiro 2

<b>SÍNTESE DA ANÁLISE DO AL2</b>		
Cenografia	Cidadão comum, suscetível a erros e acertos e, portanto, digno de compaixão.	
<i>Ethé</i> de credibilidade	Arrependido	“Reconheço que, em busca da justiça, errei e passei do ponto em muitos momentos, gerando uma reação corporativa, cujo objetivo passou a ser a busca da minha punição, apesar de tantas investigações abertas contra terceiros”.
	Perseguido	“E todos sabem também a brutal perseguição política e midiática que estou sofrendo após esse dia”.
	Religioso	“Confio que Deus vá te iluminar, dando a direção certa, para que tenha a sabedoria e o entendimento”.
	Sério/Leal	“Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade. Fui leal em todos os meus compromissos, com todos os meus companheiros, com a Câmara, com o cargo de presidente, sobretudo, com meus eleitores”.
<i>Ethé</i> de identificação	Humilde	“Peço, com muita humildade, que Deus toque no seu coração e eu possa ter o seu voto contra essa representação”.
	Determinado/Forte	“Todos sabem que sem a minha determinação e sem a minha atuação jamais este processo seria aberto”.
	Caráter	“Peço que olhe para trás em toda a nossa trajetória percorrida, com muita luta e suor”.
	Corajoso/Patriota	“Não é justo que eu pague com o mandato cassado e perca meus direitos políticos por ter tido a coragem e conduzir o processo de impeachment do governo e do partido que estavam destruindo o nosso país”.
	Chefe (apaixonado/orgulhoso)	“Peço que olhe para a paixão com a qual comandeí a Câmara, com orgulho de ter sido escolhido por vocês para fazer isso”.
	Solidariedade (reciprocidade)	“Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender”.
	Representante do povo	“E, que os meus eleitores do Rio de Janeiro continuem representados por mim. Não há punição maior do que aquela oriunda das urnas”.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

### 3.3 AL3 – Carta à Nação Brasileira

Em 17 de agosto de 2018, Eduardo Cunha redigiu uma carta em que fala sobre o processo eleitoral brasileiro, intitulada “Carta à Nação Brasileira”, e busca orientar as pessoas a respeito do momento político e de como devem agir no momento em que o destino do país seria decidido em cada voto registrado na urna.

No momento em que se inicia o processo eleitoral, em que pela primeira vez nos últimos 20 anos não farei parte, venho reforçar as minhas posições, justificar a minha situação e me posicionar no cenário eleitoral.

É notório que sou vítima de uma perseguição, por ter sido o responsável pelo impeachment, que retirou a Dilma e o PT do Governo, e sou, assim como o ex-presidente Lula, um troféu político da República de Curitiba.

Fui condenado sem provas, baseado exclusivamente na palavra de um delator que “ouviu dizer” que eu fui a última palavra da nomeação do Diretor Internacional da Petrobras, fato absolutamente inverídico.

(...) Existem outros casos semelhantes ao meu e querem transformar a prisão provisória em prisão perpétua.

(...) Nem é preciso muita informação para saber que 2019 será um ano muito difícil. Para o futuro, o país não terá alternativa, que não seja a de adotar o parlamentarismo, a semelhança do modelo Francês ou Português, onde o presidente consegue governar, com os partidos sendo obrigados a aderir à um programa de governo.

(...) Apoio com veemência a candidatura da minha filha mais velha, Danielle Cunha, com o número 1530, para deputada federal. Sua desenvoltura política é notória: jovem, mulher, evangélica, empreendedora, capacitada, com um currículo que fala por si só; ela é muito mais preparada do que eu.

Os meus adversários podem aguardar que ela dará mais trabalho do que eu dei e defenderá tudo o que eu defendi, do interesse da nação e do povo evangélico, como o combate ao aborto, além das suas próprias propostas que debaterá na campanha.

(...) Para os meus adversários e para os responsáveis pelo meu calvário, confio em Deus que vou reverter o quadro e voltarei a participar do cenário político (CUNHA, 2018, s. p.).

No AL3, de forma reiterada, Cunha apresenta-se como vítima: sua pessoa passa por um momento de calvário, contudo, ele ainda profere palavras “sensatas”, de esperança e entende que pode sugerir alguém que o substitua neste período de cumprimento de pena. O EUE constrói uma representação em que seu “eu”, no momento eleitoral, deva ser substituído pela filha que, no seu entendimento, é melhor que ele por sua forte formação evangélica.

O parlamentar reforça as imagens de cidadão de bem, injustiçado, que tem a missão de servir à pátria, neste caso, endossando sua candidata, o partido e os candidatos a outros cargos

eletivos. Mesmo fora da corrida eleitoral, por meio do referido texto mostra-se conhecedor dos meandros da política e, por isso, se sente no direito de indicar os caminhos a serem seguidos, reafirmando a injustiça que vem sofrendo.

Nessa perspectiva, vale salientar que, ao tentar interferir no processo eleitoral, orientando como as pessoas deviam agir no pleito, o parlamentar acaba por produzir as imagens de *know how* e competência políticos, pois se apresenta como um exímio conhecedor dos meandros da política brasileira. O jogo político eleitoral é, sobretudo, um jogo de força e astúcia. Não sem razão, Cunha é reconhecido, entre seus pares, como uma raposa política, em virtude do vasto conhecimento, engenho e destreza que o colocaram na posição de protagonista no cenário político-eleitoral.

Como alguém que detém um olhar privilegiado, o ex-presidente da Câmara Federal porta-se como leitor da história e, portanto, apresenta-se como influenciador político, além de retomar sua posição de representante de um eleitorado específico. Com o olhar de alguém que esteve imerso nas crises políticas instauradas no Brasil, as quais culminaram com o processo de *impeachment*, Cunha sugere a proposta parlamentarista como solução técnica para a crise político-institucional da qual foi engrenagem.

Diferentemente das situações de comunicação anteriores, na “Carta à Nação Brasileira”, os destinatários implicados não são facilmente identificados e nomeados. Enquanto nas cartas anteriores, os coenunciadores eram claramente os seus colegas deputados, este texto epistolar constitui um espaço de troca entre o locutor, Eduardo Cunha e uma diversidade de parceiros discursivos representados pelos eleitores, sobretudo aqueles que têm o Estado do Rio de Janeiro como domicílio eleitoral. Indiretamente, também podem ser incluídos como coenunciadores os ministros do STF, do STJ e do TSE, além do ex-presidente Lula e de todos os personagens que integravam o campo político naquele momento, inclusive os seus adversários.

Vale ressaltar a peculiaridade desta situação comunicativa, pois o enunciador se encontra privado de sua liberdade e, pela primeira vez, nos últimos 20 anos, não fez parte do processo eleitoral em sua plenitude. Por essa razão, recorreu ao canal de transmissão gráfico para transmitir a sua mensagem. Nesse sentido, não dá para precisar as características identitárias dos seus parceiros de fala, dada a sua multiplicidade e diversidade. Mediante as restrições estruturais aqui apontadas, o contrato de comunicação instaurado não admite uma troca dialogal, em virtude do distanciamento físico entre locutor e coenunciadores.

No que diz respeito à construção enunciativa, verificou-se, não apenas neste ato linguageiro, mas em todo o *corpus* analisado, o comportamento elocutivo, uma vez que o

agente político recorreu às missivas para apresentar o seu ponto de vista sobre os fatos narrados o que acaba por modalizar o discurso sob a ótica da subjetividade.

Logo no início do AL3, Cunha reforça as imagens de vítima da justiça e de injustiçado, já recorrentes nas outras situações comunicativas já abordadas. Segundo o ex-deputado, o fato de ter sido o responsável pelo impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff agravou ainda mais a sua situação junto à justiça, o qual concebe esse agravamento como retaliação pelas ações levadas a cabo enquanto presidente da Câmara Federal. O EUE recorre a um recurso analógico para comparar a sua situação judicial com a do ex-presidente Lula, para quem ambos representam um troféu político para a República de Curitiba<sup>15</sup>:

É notório que sou vítima de uma perseguição, por ter sido o responsável pelo impeachment, que retirou a Dilma e o PT do Governo, e sou, assim como o ex-presidente Lula, um troféu político da República de Curitiba.

Fui condenado sem provas, baseado exclusivamente na palavra de um delator que “ouviu dizer” que eu fui a última palavra da nomeação do Diretor Internacional da Petrobras, fato absolutamente inverídico.

Na esteira das arbitrariedades e ilegalidades praticadas contra mim, criaram outras três prisões preventivas, sendo uma delas já revogada pelo ministro Marco Aurélio Mello em uma ação absurda do Rio Grande do Norte, onde Henrique Alves teria sido também preso, solto e não estendida a mim a soltura pelo juiz.

Das duas que restam, uma foi decretada pelo juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, por conta de denúncia baseada apenas na palavra de delatores, juntamente com Henrique Alves; sendo que a dele já foi revogada, mas estranhamente não estenderam a mim.

A última é ainda mais absurda. Se trata de preventiva decretada pelo ministro Edson Fachin, com base na delação da JBS. Fachin determinou o envio à primeira instância de Brasília e já se passaram um ano e três meses sem qualquer denúncia de fato, ou seja, estou preso provisoriamente há 15 meses sem processo.

Curiosamente todos os outros denunciados já foram soltos, inclusive o meliante delator, Joesley Batista, e mais uma vez, não estenderam a decisão a mim.

No STJ, o Ministro Rogério Schietti não pauta os meus habeas corpus, embora tenha sido célere para soltar Joesley Batista. O ministro Edson Fachin, do STF, por sua vez, faz uma verdadeira obstrução da prestação do Serviço Jurisdicional, impedindo o julgamento de diversos habeas corpus, manobrando os processos para obter resultados que atendam ao seu desejo e

---

<sup>15</sup> O termo “República de Curitiba”, usado pela primeira vez pelo ex-presidente Lula, refere-se à força-tarefa da Operação Lava a Jato instalada na Capital Curitiba. O termo, na verdade, é uma referência ao que se chamou de “República do Galeão”.

ao desejo da organização política do Paraná, o seu estado (CUNHA, 2018, s. p.).

Como fica latente pelos excertos destacados do AL3, Cunha se sentia extremamente injustiçado e reclamava constantemente do tratamento dado a ele pela justiça, para quem, em casos semelhantes ao seu, houve relaxamento da prisão e, no seu caso, “querem transformar a prisão provisória em prisão perpétua” (*Idem*). Para ele, esse tratamento diferenciado deve-se ao fato de ter tomado decisões contrárias à esquerda no comando da Câmara dos Deputados, a exemplo do processo que culminou no afastamento da presidente petista: “Curiosamente todos os outros denunciados já foram soltos, inclusive o meliante delator, Joesley Batista, e mais uma vez, não estenderam a decisão a mim” (*Idem*).

Neste texto é possível percebermos uma manifestação dos *ethé* de solidariedade e de fraternidade de Cunha ao se referir ao ex-presidente Lula: “Com relação ao cenário eleitoral, todos sabem que sou o maior adversário do PT e o principal responsável por sua queda. Mas ainda assim, como defensor da democracia, acredito que Lula tem direito de ser candidato, pois quem deve julgá-lo é a população” (*Idem*). Ao estabelecer uma analogia como fundamento argumentativo com o caso do ex-presidente e defender a sua candidatura, a pretensa empatia com Lula busca, na verdade, pela similaridade dos casos, emitir o recado ao TSE de que a sua candidatura também devia ser cancelada. Com esta estratégia, o sujeito-comunicante pretendia, como se observa, cunhar uma identidade discursiva com a *instância adversária*, representada pelos partidos do campo progressista.

Vale salientar que, quando Eduardo Cunha deu publicidade à “Carta à Nação Brasileira”, o país vivia uma indefinição em torno da possível candidatura de Lula à presidência da República, que só foi definida quatorze dias depois, pelo Supremo Tribunal Eleitoral, numa sessão que durou mais de onze horas, em que por 6 votos a 1 a Corte impediu a participação do ex-presidente na disputa com base na Lei da Ficha Limpa<sup>16</sup>.

Considerado pelos políticos como um deputado habilidoso e experiente, Cunha faz jus a essas qualidades ao construir para si a imagem de político experiente e o faz quando, privado de participar diretamente das eleições, escreve uma carta para reforçar suas posições, justificar sua situação e se posicionar diante do cenário eleitoral de 2018:

A situação do país é muito difícil e a eleição não acabará com a crise. Qualquer candidato que saia vitorioso terá enorme dificuldade de governar,

---

<sup>16</sup> Informação extraída do Jornal Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/Politica/tse-forma-maioria-para-barrar-candidatura-de-lula/>. Acesso em: 11 de abr. 2020.



pois dependerá de um Congresso eleito totalmente desvinculado de suas propostas e compromissos.

Chegamos a um momento muito difícil. O Congresso será eleito no pior dos modelos políticos, com voto individual, financiamento público e sem qualquer compromisso com a governabilidade. O eleitor precisa estar atento que alguns dos candidatos a presidente, se eleito forem, correm o risco de não durarem um ano de governo.

A título de exemplo, de que adianta ao candidato do PSDB ter uma base de apoio tão extensa, mas com a maioria dos parlamentares sendo contra a reforma da previdência? Imagina outros candidatos que nem base tem para apoiá-los!

Nem é preciso muita informação para saber que 2019 será um ano muito difícil. Para o futuro, o país não terá outra alternativa, que não seja a de adotar o parlamentarismo, a semelhança do modelo Francês ou Português, onde o presidente consegue governar, com os partidos sendo obrigados a aderir à um programa de governo (CUNHA, 2018, s. p.).

Não obstante, não foi só para dar palpites nas eleições de 2018 que Cunha escreveu sua carta. A finalidade primordial da situação de comunicação encenada pelo ex-deputado era lançar a candidatura de sua filha mais velha, Danielle Cunha, ao cargo de deputada federal. Para tanto, mobiliza os *ethé* de pai protetor, de conservador e de cristão/religioso:

Apoio com veemência a candidatura da minha filha mais velha, Danielle Cunha, com o número 1530, para deputada federal. Sua desenvoltura política é notória: jovem, mulher, evangélica, empreendedora, capacitada, com um currículo que fala por si só; ela é muito mais preparada do que eu.

Os meus adversários podem aguardar que ela dará mais trabalho do que eu dei e defenderá tudo o que eu defendi, do interesse da nação e do povo evangélico, como o combate ao aborto, além das suas próprias propostas que debaterá na campanha.

Para os meus adversários e para os responsáveis pelo meu calvário, confio em Deus que vou reverter o quadro e voltarei a participar do cenário político (*Idem*).

Por meio desses trechos podemos perceber que o enunciador, mais uma vez, busca construir uma identidade discursiva com os coenunciadores - neste caso particular com os eleitores - para reforçar a validação das imagens que mobiliza. No que diz respeito à imagem de pai protetor, ele recorre a uma série de adjetivos para qualificar a filha-candidata: “jovem, mulher, evangélica, empreendedora, capacitada, com um currículo que fala por si só” (*Idem*). Para reforçar a imagem de conservador, ele adverte aos adversários: “ela dará mais trabalho do que eu dei e defenderá tudo o que eu defendi, do interesse da nação e do povo evangélico,

como o combate ao aborto...” (CUNHA, 2018, s. p.). Assim, com vistas a validar a imagem de cristão/religioso, Cunha apresenta a sua filha como uma jovem evangélica que, tal como ele, vai defender os interesses da nação e do povo evangélico e conclui: “Para os meus adversários e para os responsáveis pelo meu calvário, confio em Deus que vou reverter o quadro e voltarei a participar do cenário político” (*Idem*).

Dessa maneira, ao estabelecer uma identidade discursiva com os coenunciadores, o agente político pretende, na verdade, cooptar a parcela do eleitorado mais conservadora para votar em sua primogênita. A filha é, portanto, apresentada como versão melhorada do pai na tentativa de transferência de poder eleitoral. Pela via da herança política, há a pretensão de efetuar a transferência de apoiadores e, nessa perspectiva, a eleição da filha apresenta-se como resistência e resposta às injustiças do projeto político cassado/perseguido.

Paralelamente à transferência de poder, com esse discurso o enunciador almeja realizar a transferência do projeto político e, por conseguinte, da representatividade cristã concomitantemente com todas as pautas de seu interesse. Entretanto, fragilizado pelas denúncias que respondia perante a Operação Lava Jato, Cunha viu seu capital político reduzir drasticamente, uma vez que, dos 232.708 votos que obteve na eleição de 2014, conseguiu transferir apenas 13.424<sup>17</sup> para a sua filha, Danielle Cunha, o que evidencia que o seu projeto argumentativo não foi bem-sucedido.

### Quadro 3 – Cenografia e *ethé* mobilizados no Ato Linguageiro 3

SÍNTESE DA ANÁLISE DO AL3		
Cenografia	Cabo eleitoral e político experiente	
<i>Ethé</i> de credibilidade	Know how/Competente	“Nem é preciso muita informação para saber que 2019 será um ano muito difícil. Para o futuro, o país não terá outra alternativa, que não seja a de adotar o parlamentarismo, a semelhança do modelo Francês ou Português, onde o presidente consegue governar, com os partidos sendo obrigados a aderir à um programa de governo”.
	Vítima/Perseguido	“É notório que sou vítima de uma perseguição, por ter sido o responsável pelo impeachment, que retirou a Dilma e o PT do Governo, e sou, assim como o ex-presidente Lula, um troféu político da República de Curitiba”.
	Conservador/Cristão	“Apoio com veemência a candidatura da minha filha mais velha, Danielle Cunha, com o número 1530, para deputada federal.

<sup>17</sup> Informação disponível em: <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

		(...) jovem, mulher, evangélica, empreendedora, capacitada, com um currículo que fala por si só; ela é muito mais preparada do que eu. (...) ela dará mais trabalho do que eu dei e defenderá tudo o que eu defendi, do interesse da nação e do povo evangélico, como o combate ao aborto...”.
<i>Ethé</i> de identificação	Solidariedade/Fraternidade	“Com relação ao cenário eleitoral, todos sabem que sou o maior adversário do PT e o principal responsável por sua queda. Mas ainda assim, como defensor da democracia, acredito que Lula tem direito de ser candidato, pois quem deve julgá-lo é a população”.
	Inteligência (astúcia/malícia)	“A título de exemplo, de que adianta ao candidato do PSDB ter uma base de apoio tão extensa, mas com a maioria dos parlamentares sendo contra a reforma da previdência? Imagina outros candidatos que nem base tem para apoiá-los!”

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

### 3.4 AL4 – Carta escrita pelo deputado ao completar 3 anos de encarceramento

Em seu terceiro ano de prisão, Eduardo Cunha redigiu uma carta para fazer um balanço de sua experiência no cumprimento da pena e dizer como se sentia nesse período, na condição de presidiário. No AL4, dentre outras coisas, afirma que foi tratado como “boi de piranha”<sup>18</sup> pela justiça.

Ao completar 03 anos do dia em que fui ilegalmente encarcerado e totalizando quase 5 anos de tempo de prisão se incluir as remissões obtidas; sinto na alma que realmente “entre o forte e o fraco, a liberdade escraviza e a lei liberta”, o poder discricionário das decisões dos magistrados, embora assegure sua independência funcional, por ser muito abrangente, possibilita o cometimento de abusos de todos os lados, tanto da Primeira Instância, quanto das decisões ou modulações do STF. **Infelizmente a lei não é para todos.**

(...) Pois bem, a fim de dar um contorno prático da minha afirmação, passarei a relatar nossa “flexibilidade Judicial”.

Pertencente a categoria dos “alvos”, não tenho os meus Habeas Corpus de 2 prisões preventivas, de Brasília e Rio Grande do Norte, julgados após um ano e meio, no mesmo STJ que julgou e soltou o ex-presidente Michel Temer em apenas 5 dias. Qual a razão disso? Quantos brasileiros tiveram seu HC julgado no STJ nesse prazo? **A lei não é para todos.**

<sup>18</sup> Boi de piranha é uma expressão popular brasileira. Essa expressão designa uma situação onde um bem menor e de pouco valor é sacrificado para que em troca outros bens mais valiosos não sofram dano. Informação extraída da Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Boi\\_de\\_piranha](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boi_de_piranha). Acesso em: 11 abr. 2020.

Fui condenado no Paraná baseado apenas na palavra de um delator por “ouvir dizer”, quando vários tiveram as suas denúncias rejeitadas no STF por serem baseadas apenas nos delatores. **A lei não é para todos.**

(...) Fui condenado em Brasília, baseado única e exclusivamente nas palavras e planilhas dos próprios delatores e sou o único réu mantido preso por 2 anos e meio. **A lei não é para todos.**

(...) Fui afastado da Presidência da Câmara e do meu mandato de Deputado Federal sem confirmação da Casa Legislativa [...] **A lei não é para todos.** Tive uma outra prisão preventiva solicitada e atendida pelo então PGR que alegou que “devido a minha periculosidade” eu deveria ser transferido para um presídio de Segurança Máxima. [...] **A lei não é para todos.**

(...) Eu quero apenas o meu direito à prestação do serviço jurisdicional e ao cumprimento das leis e da Constituição. [...] não é negar o meu direito de defesa?

Até quando vão continuar, a exemplo do meu afastamento da Presidência da Câmara, decisões para mim diferentes das decisões das outras pessoas?

Será que não estou sofrendo perseguição por ter feito o processo de Impeachment e evitado que nosso país estivesse no caminho da Venezuela?

Até quando vão continuar lembrando que o meu nome consta na capa dos processos?

(...) **A lei tem de ser para todos.** (CUNHA, 2019, s. p., grifos nossos).

Mais uma vez, a injustiça é a tônica dessa carta; a injustiça dos homens (Lava Jato), numa tentativa de retomada da doxa bíblica. A expressão “A lei não é para todos”, repetida a cada afirmação, constatação ou “denúncia”, como forma de reforço da narrativa, não fecha o texto que termina com “A lei tem de ser para todos”, numa clara evidência de que a realidade tem que mudar para que a justiça seja feita. Seu texto, mais uma vez, tenta evidenciar que é um ser humano do bem que escreve, e que, apesar de sentenciado, não existem provas ou motivos para tal, pois as denúncias são insustentáveis se o sistema de julgamento entender que a lei deva ser para todos.

Esta situação comunicativa difere sobremaneira das duas primeiras apresentadas, ao passo que, por outro lado, guarda alguma semelhança com o AL3. A diferença em relação às duas primeiras cartas se dá por razões óbvias: primeiro porque foram escritas quando o autor ainda gozava de sua liberdade e depois porque os seus interlocutores estavam mais ou menos nomeados. Com relação ao AL3, a semelhança deve-se ao fato de que ambas foram escritas do cárcere, entretanto, enquanto aquela tinha como parceiros de troca predominantemente os eleitores, esta se dirige basicamente às supremas cortes de justiça do país.

Nessa perspectiva, o espaço de troca instituído pelo EUE elege como parceiros interlocutores os ministros do STF e do STJ, preponderantemente, e indiretamente, o juiz de

Primeira Instância, Sérgio Moro, e os seus eleitores em geral. Por conseguinte, como os múltiplos parceiros não estão presentes fisicamente ao ato de enunciação, o locutor recorre ao canal de transmissão gráfico, de forma indireta, já que a veiculação da mesma se deu apenas através das mídias sociais, em forma de carta aberta. Por essa razão, em virtude das restrições estruturais da situação de comunicação, o contrato de troca não admite a interação face a face, pois envolve uma situação *monolocutiva*.

Ademais, o missivista evita utilizar o pronome “eu”: já inicia as frases com o verbo conjugado na primeira pessoa, excluindo o agente ativo, mas mostrando que é vítima de um judiciário que segrega, escolhe, vinga e toma atitudes vis contra cidadãos que não merecem pagar as penas. Mostra-se resignado, como cumpridor de seus deveres de cidadão, e cumpre a sua pena, mas não a aceita. Assim, busca justificar, ora com presunção de inocência, ora com comparação a outros casos, afirmando que está onde não devia, porque sentenciado por crime que não cometeu e assim quer provar que a lei não serve a todos de maneira igualitária, como o deveria ser.

Logo no início do AL4, o EUE traz à baila a premissa que vai permear todo o texto, segundo a qual a justiça não é para todos. Para Eduardo Cunha, ao fim e ao cabo, a atuação da justiça brasileira se dá de três maneiras distintas e que, embora assegure independência funcional, é passível de cometer excessos em todas as instâncias. Segundo o ex-deputado, aos “alvos”, considerados fora do “jogo”, é aplicada a Teoria Punitivista, segundo a qual eles devem servir de bode expiatório para livrar a segunda categoria “os a serem salvos”, considerados no “jogo”, para quem é aplicada a teoria do garantismo, ou seja, a observância do devido processo legal. Finalmente, há a terceira categoria que, segundo o locutor, corresponde aos outros 99% da população, para os quais, se o processo for julgado antes de morrerem, já é uma vitória.

O enunciador recorre à estratégia da desqualificação e da descredibilização dos perseguidores, aqui representados por Sérgio Moro, juiz da Lava Jato, e pelos ministros do STF e STJ, considerados seus algozes. Além da desqualificação do inimigo, o parlamentar tenta demonstrar as contradições do processo e assevera que foi julgado e condenado por boato ou fofoca: “Fui condenado no Paraná baseado apenas na palavra de um delator por ‘ouvir dizer’” (CUNHA, 2019, s. p.). Segundo ele, não há provas consistentes que embasem sua condenação: “Fui condenado em Brasília, baseado única e exclusivamente nas palavras e planilhas dos próprios delatores e sou o único réu mantido preso por 2 anos e meio” (*Idem*).

Na mesma toada que vem desde o AL1, o EUE recorre ao *ethos* de injustiçado ou vítima da justiça para criar uma imagem positiva de si. Para tanto, ele enumera em diversas

passagens os argumentos para sustentar a tese de sua inocência e a forma seletiva com que a Justiça o tem tratado desde o recebimento das denúncias em que responde.

A denúncia dessa condenação foi aceita pelo plenário do STF por crime eleitoral e mesmo assim, após a perda do meu mandato, o meu processo foi para a Justiça Federal e julgado por Sérgio Moro, que usurpou a competência da Justiça Eleitoral, descumprindo a decisão do STF. Enquanto isso, o STF mandou vários casos para a Justiça Eleitoral, como por exemplo o caso de Eduardo Paes, retirando das mãos da Justiça Federal e do juiz Marcelo Bretas. A lei não é para todos.

Acrescenta-se ainda que Moro deu a sentença desse processo 36 horas após a entrega das acusações finais, ou seja, a minha sentença já estava pronta. A lei não é para todos.

(...) Tive uma outra prisão preventiva solicitada e atendida pelo então PGR que alegou que “devido a minha periculosidade” eu deveria ser transferido para um presídio de Segurança Máxima. Essa prisão foi solicitada sem qualquer denúncia contra mim e junto com a denúncia de Michel Temer, que acabou absolvido sumariamente na 12ª Vara Federal de Brasília. Fiquei preventivamente preso por um ano e meio, sem processo e com risco de ser transferido para um presídio de segurança Máxima. Isso causado por um Procurador que publicamente confessou ter tentado o assassinato de um ministro do STF, embora as provas divulgadas mostram que sua confissão é falsa. Ele também me acusou de crimes aos quais ele próprio alegou não ter como provar. Se ele inventa crimes para ele, como não poderia inventar crimes para os seus desafetos? A lei não é para todos.

O STF restringir a quem vai destinar esse direito, não é certo. Modular, por exemplo, o caso dos réus delatores para quem arguiu na 1ª instância, algo que não existia na nossa jurisprudência, não seria cercear o direito da defesa? A decisão sobre a prisão em 2ª instância será igual para todos ou vão também só dá-la aos “salvos”? (CUNHA, 2019, s. p.).

Como se observa nos excertos acima extraídos do AL4, dadas as restrições da situação de comunicação aqui analisada, o locutor se encontra numa situação em que não goza da presença física dos interlocutores. Por essa razão, organiza a sua maneira de dizer de forma lógica e progressiva para reafirmar a sua condição de sentenciado/injustiçado. Assim sendo, a configuração verbal correspondente leva em conta a ordem das palavras que são ditas de modo progressivo e a construção contínua e hierarquizada dos fatos narrados, seguidos da estratégia de exemplificação. Para dar veracidade aos seus argumentos e validar a imagem de vítima da justiça, Cunha recorre a exemplos de casos concretos e coteja com o seu, na tentativa de convencer os seus interlocutores - no caso particular, os ministros das supremas cortes de justiça - de que o trataram de forma seletiva e, portanto, teve o seu direito de defesa negado.

Quanto à seletividade da justiça, tema recorrente nas cartas, o ex-deputado afirma que o garantismo não pode chegar ao ponto de escolher quem está morto para ser enterrado e quem está vivo para ser salvo. Em suas palavras: “A Justiça não pode ser como o carro flex, onde se pode escolher na hora qual combustível usar, seja álcool ou gasolina” (CUNHA, 2019, s. p.). Nesse mesmo sentido, arremata: “A justiça tem de ser única para todos, porque só assim estaremos no pleno Estado Democrático de Direito.” (*Idem*).

Cunha recorre a uma metáfora bastante conhecida para reforçar a sua imagem de perseguido: “Não podemos esquecer que quando o boi de piranha é comido, é porque a boiada já passou” (*Idem*). Segundo ele, foi usado pela justiça como bode expiatório para livrar a categoria dos “a serem salvos”, aqueles considerados “no jogo político”, em detrimento dele, considerado “fora do jogo político”. Como já mencionamos em outras oportunidades, o ex-deputado alega como causa de situação judicial, dentre outras coisas, o fato de ter recebido e dado provimento ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff: “Será que não estou sofrendo perseguição por ter feito o processo de Impeachment e evitado que nosso país estivesse no caminho da Venezuela?” (*Idem*).

No estilo carta pessoal, Eduardo Cunha finaliza seu relato com uma observação que pode ser entendida como um *post scriptum*, o tão utilizado “P.S.”, de quando um assunto importante ou não foi mencionado ou não havia como ser inserido no corpo do texto.

Obs. Ministro Barroso, aproveito o espaço para esclarecer que nunca mandei lhe investigar ou pratiquei qualquer ato irregular contra V. Exa ou qualquer ministro deste tribunal, posso discordar, mas utilizo as ferramentas legais (*Idem*).

No trecho acima retirado do AL4, o EUE recorre aos *ethé* de sério e de caráter, ao mandar um recado direto para o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, esclarecendo que nunca mandou investigá-lo nem praticou qualquer ato irregular contra ele e nem a qualquer ministro daquele tribunal.

Na análise textual dos discursos, Adam (2011) considera tanto os aspectos internos quanto os externos. Nessa perspectiva, no discurso de Eduardo Cunha percebemos um intrincado jogo de palavras, frases de efeito, bem como repetições que sugerem uma justiça que lhe foi negada, uma imparcialidade na aplicação da lei que não existe no país e, principalmente, que apesar de tudo, ele cumpre com resignação a sentença que lhe foi determinada.

**Quadro 4 – Cenografia e *ethé* mobilizados no Ato Linguageiro 4**

<b>SÍNTESE DA ANÁLISE DO AL4</b>		
Cenografia	Vítima de um julgamento injusto (sem o devido direito à defesa)	
<i>Ethé</i> de credibilidade	Sério	“Ministro Barroso, aproveito o espaço para esclarecer que nunca mandei lhe investigar ou pratiquei qualquer ato irregular contra V. Exa ou qualquer ministro deste tribunal, posso discordar, mas utilizo as ferramentas legais”.
	Injustiçado/Perseguido	“Será que não estou sofrendo perseguição por ter feito o processo de Impeachment e evitado que nosso país estivesse no caminho da Venezuela?”.
<i>Ethé</i> de identificação	Caráter (controle de si/moderação)	“Ao completar 03 anos do dia em que fui ilegalmente encarcerado (...), sinto na alma que realmente “entre o forte e o fraco, a liberdade escraviza e a lei liberta” (...).”.
	Inteligente	“A justiça brasileira consiste de 03 maneiras, ‘os alvos’: considerados fora do ‘jogo’ (...) ‘os a serem salvos’: considerados no ‘jogo (...) e por fim a terceira categoria ‘os outros 99% da população’, para esses se o processo for julgado antes de morrerem, já é uma vitória”.
	Solidário (igualdade/reciprocidade)	“(…) não tenho os meus Habeas Corpus de 2 prisões preventivas, de Brasília e Rio Grande do Norte, julgados após um ano e meio, no mesmo STJ que julgou e soltou o ex-presidente Michel Temer em apenas 5 dias. Qual a razão disso? Quantos brasileiros tiveram seu HC julgado no STJ nesse prazo? A lei não é para todos”.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

### 3.5 Estratégias discursivas nas cartas de Eduardo Cunha

Segundo Charaudeau (2015), os sentimentos não podem ser descartados em nenhum ato linguageiro que tenha a pretensão de influenciar o interlocutor. Entretanto, o autor chama a atenção para a necessidade de estabelecer a correta distinção entre “convicção” e “persuasão”. Enquanto a primeira pertence ao domínio da razão e atua sobre as faculdades intelectuais com vistas para o estabelecimento da verdade, a segunda pertence aos sentimentos e atua sobre os deslocamentos emocionais, estando, portando, voltada para o auditório.

Por essa razão, além do *logos* e do *pathos*, faz-se necessário acrescentar o *ethos* que corresponde à imagem daquele que fala, o qual, quase sempre, tem a pretensão de tocar o auditório por intermédio da identificação deste com o orador. Nesse sentido, as estratégias discursivas utilizadas pelos políticos para atrair a simpatia do público passam,



necessariamente, por fatores como sua identidade social, sua percepção da opinião pública, da posição dos outros atores políticos ou do que ele julgar necessário defender ou atacar.

Assim, a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a da paixão, misturando logos, ethos e pathos para tentar responder à questão que supostamente se coloca o cidadão: “O que me leva a aderir a este ou àquele valor?” Para o político, é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (ethos) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (pathos) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (CHARAUDEAU, 2015, p. 84).

Nesse sentido, todo ato de linguagem passa, necessariamente, pela construção de uma imagem de si. Mesmo à revelia do orador, a partir do momento em que toma a palavra, transparece uma imagem daquilo que é por meio daquilo que diz. Por essa razão, “o discurso político relaciona-se com a paixão e com a razão, mas também com a imagem, pois, em última análise, não há adesão a ideais que não passe pelos homens” (*Ibidem*, p. 94).

Nas cartas analisadas, em vários momentos, o enunciador busca a identificação do auditório. Para tanto, recorre ao *pathos* como estratégia para auxiliar na construção do *ethos* discursivo, como se observa nos excertos a seguir:

Quero agradecer especialmente a minha família, de quem os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha. Usam a minha família de forma cruel e desumana visando me atingir.

O que peço é que tome a sua decisão com a isenção sobre a sua gravidade, cuja consequência é tamanha, a ponto de destruir a minha vida e principalmente a da minha família.

Também não tenho dúvidas de que o meu processo decorre de uma perseguição política daqueles que me enfrentaram e me enfrentam pelos motivos mencionados. Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha.

Peço que olhe para trás em toda a nossa trajetória percorrida, com muita luta e suor. Peço que olhe para a paixão com a qual comandeí a Câmara, com orgulho de ter sido escolhido por vocês para fazer isso. Peço que olhe também para as coisas positivas a meu respeito. Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade. Fui leal em todos os meus compromissos, com todos os meus companheiros, com a Câmara, com o cargo de presidente, sobretudo, com meus eleitores. Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender.

Confio que Deus vá te iluminar, dando a direção certa, para que tenha a sabedoria e o entendimento. Para que o seu voto não seja o instrumento da

destruição da vida de quem está sendo acusado apenas por ter supostamente faltado com a verdade, em depoimento espontâneo, sem a cláusula do juramento (CUNHA, 2016a, s. p.).

Destarte, por intermédio de sua maneira de dizer, amparado por estratégias linguístico-discursivas, o deputado Eduardo Cunha busca construir uma identidade discursiva com os seus coenunciadores. Para tanto, apela a recursos patêmicos e implora aos seus pares para não cassarem o seu mandato parlamentar: “Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha” (*Idem*).

No decorrer das análises das cartas, observa-se que o enunciador recorre a uma diversidade de *ethos* para dar uma imagem positiva de si ao auditório. Conforme restou demonstrado nas situações comunicativas analisadas, Eduardo Cunha encontra-se em situação de vulnerabilidade, em virtude dos processos em que respondia junto no âmbito da Operação Lava Jato. A figura de político imponente, poderoso e destemido que ostentava deu lugar à figura de um ser acochado, dependente e extremamente fragilizado sob o ponto de vista político. Mediante esse novo cenário, restaram a Cunha, tão somente, as manobras jurídicas e a complacência dos seus colegas deputados.

É nesse contexto de fragilidade que o EUE recorre ao *ethos* de humildade, que predomina nos atos languageiros em análise, como estratégia discursiva para conseguir a adesão dos seus pares ao seu discurso e, portanto, obter o voto capaz de impedir a admissão do seu processo de cassação no Conselho de Ética, num primeiro momento e, num segundo momento, a votação de sua cassação propriamente dita no Plenário da Câmara. Podemos observar, ainda, que a manifestação desse *ethos* é dirigida tão somente aos colegas enquanto interlocutores, pois em momento algum, no decorrer das cartas, o enunciador apresenta esse mesmo comportamento de subserviência em relação aos juízes.

*Pari passu* ao *ethos* de humildade, os *ethé* de vítima e de injustiçado também ocupam posição de destaque nos textos ora analisados. Além disso, as imagens de vítima e injustiçado figuram como motes em praticamente todas as cartas escritas por Eduardo Cunha.

Charaudeau divide as figuras identitárias do discurso político em duas grandes categorias: *ethos de credibilidade* e *ethos de identificação*. Enquanto os *ethé* de credibilidade são ancorados no discurso da razão, os *ethé* de identificação são extraídos do afeto social, mediante um processo de identificação irracional em que o cidadão funda sua identidade na do político. Nesse sentido, observamos que, dentre os *ethé* relacionados, é possível notar uma predominância dos *ethé de credibilidade* sobre os *ethé de identificação*.

Quanto às cenas de enunciação instauradas por Eduardo Cunha, podemos dizer que a *cena englobante* na qual se inscreve o discurso do deputado é, evidentemente, a política, o que, de certa forma, acaba por definir os parceiros da situação comunicativa. Os textos analisados inserem-se na *cena genérica* epistolar, embora difiram substancialmente do gênero carta privada, pois têm como visada agir sobre o espaço público. Portanto, todo o discurso em análise desenvolve-se a partir da *cenografia* carta aberta, que foi instituída como recurso importante para a construção do *ethos*.

Em geral, aquele que discursa, mormente na atividade política, escolhe determinados “lugares” de fala na tentativa de se aproximar, de alguma forma, da identidade dos coenunciadores. Por essa razão, o discurso político é favorável à diversidade de *cenografias*. Ao idealizar uma determinada *cenografia*, o enunciador apoia-se no conceito de *cenar validadas* concebido por Maingueneau (2004), que correspondem às cenas já cristalizadas na memória coletiva. Nesse contexto, Cunha recorre às cenografias de líder disposto a se sacrificar pelos representados, cidadão comum perseguido, cabo eleitoral/político experiente e cidadão vítima de julgamento injusto com o intuito de criar uma identidade discursiva com os seus coenunciadores e, portanto, conseguir com que estes adiram ao seu discurso.

Dentro do processo de elaboração do *ethos*, é preciso entendê-lo como parte constitutiva da cena de enunciação, pois o discurso acaba por reivindicar a cena de enunciação para materializar-se. Nesse sentido, a cenografia corresponde ao ato de colocar em prática o discurso, já que “esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, como também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao ‘fiador’ pelas representações coletivas estereotípicas” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 18).

Por essa razão, durante o discurso, o sujeito assume vários registros, ocupando mais de um lugar de fala e, conseqüentemente, construindo mais de uma imagem de si. O enunciador elege, em primeiro lugar, a cenografia de homem injustiçado, a partir da qual tenta sensibilizar os interlocutores para condescenderem com sua situação política, como se observa nos excertos a seguir:

Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me apoiam no meio dessa perseguição e vingança de que sou vítima. Quero agradecer especialmente a minha família, de que os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha (CUNHA, 2016a, s. p.).

Na condição de político conservador, Cunha também recorre, em diversas situações comunicativas, à cenografia de cristão/religioso, como resta evidente no excerto a seguir:

Quero agradecer a DEUS pela oportunidade de presidir a Câmara dos Deputados do meu País. (...) Confio que Deus vá te iluminar, dando a direção certa, para que tenha a sabedoria e o entendimento. Para que o seu voto não seja o instrumento da destruição da vida de quem está sendo acusado apenas (CUNHA, 2016a, s. p.).

Para ganhar a adesão do auditório e, portanto, conseguir a clemência dos seus pares para evitar que a representação contra ele por quebra de decoro parlamentar prosperasse no Conselho de Ética da Câmara, o enunciador fala agora do lugar de chefe de família. Recorre à imagem de pai protetor e provedor da família:

Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha. Temos consciência de como pode ser difícil ser familiar de um parlamentar nos dias de hoje, mas sabemos também que existe um limite, e que ele foi brutalmente ultrapassado de forma desleal com os meus, que, infelizmente, sofrerão e pagarão eternamente por uma perseguição contra mim (*Idem*).

O agente político em análise busca, em diversos momentos, uma identificação com os seus pares ao adotar a cenografia de chefe de família, visando à obtenção da clemência dos deputados para não cassarem o seu mandato, em virtude da representação que sofria na Casa Legislativa por quebra de decoro parlamentar.

Assim sendo, todo discurso tem a pretensão de convencer o auditório. Para tanto, ao ser enunciado, institui uma cenografia que o legitima. A esse respeito, é preciso considerar que a

A cenografia é ao mesmo tempo origem do discurso e aquele que engendra esse mesmo discurso; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, estabelecer que essa cenografia de onde vem a fala é precisamente a cenografia necessária para enunciar como convém. (MAINGUENEAU, 2012, p. 253).

Dessa forma, cenografia e discurso agem, reciprocamente, para validar o projeto de fala do enunciador. Assim, são os conteúdos do discurso que possibilitam validar a própria cena e o próprio *ethos*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa deste trabalho teve a pretensão de fazer uma revisão bibliográfica sobre *ethos* discursivo enquanto estratégia argumentativa presente no campo da ação política e, dessa forma, colaborar com os estudos a respeito das relações entre cenografia e construção do *ethos*, com destaque para os modos de construção de identidades políticas, buscando compreender seus efeitos de sentidos. Diante do exposto, procuramos, com base nos pressupostos teóricos da AD de linha francesa, empreender uma análise do processo de construção do *ethos* nas cartas de Eduardo Cunha, ex-parlamentar brasileiro amplamente conhecido por se envolver em históricos e marcantes processos democráticos e escândalos políticos, explorando suas possíveis estratégias argumentativas.

Nesse sentido, o material selecionado e as análises empreendidas possibilitaram perceber que o *ethos* de Eduardo Cunha é construído a partir de combinações de imagens de si. Embora o processo de construção do *ethos* por parte do locutor seja inconsciente, na maioria das vezes, quando se trata do discurso político há que se considerar as estratégias linguísticas e discursivas de que o enunciador lança mão propositadamente.

Em vista disso, evidenciou-se nas cartas analisadas a construção de imagens por meio do dito, como as imagens de vítima, injustiçado, corajoso e competente, bem como através do *ethos* mostrado, a exemplo das imagens de cristão/religioso, conservador e chefe de família. Verificamos, também, que o *ethos* projetado articula-se com o discurso identificado e com o próprio conteúdo das cartas.

Por intermédio do processo de construção/encenação do *ethos* do sujeito enunciativo, é possível notarmos que ele mobiliza as imagens de humilde, de vítima e de injustiçado, fabricadas a partir do seu projeto de fala, com o intuito de fazer crer aos interlocutores que sofreu um prejuízo político e pessoal com a “perseguição” do sistema de justiça brasileiro, chegando a dizer que lhe foi negado o direito de defesa. Nesse âmbito, podemos observar que suas escolhas lexicais se coadunam com o seu projeto de fala, uma vez que lança mão de estratégias linguísticas como o recurso metafórico.

Ao recorrer às expressões “boi de piranha” e “bode expiatório”, por exemplo, o EUe procura construir, nos quatro atos languageiros analisados, um *ethos* que vai ao encontro tanto da finalidade do contrato de comunicação que envolve os parceiros da troca como do seu projeto de fala a fim de exercer influência sobre os interlocutores implicados nos atos de linguagem. Portanto, as metáforas a que o sujeito enunciativo recorre têm o condão de reforçar a sua estratégia de vitimização, segundo a qual “a lei não é para todos”.

Não por acaso, os *ethé* de humildade, de vítima e de injustiçado aparecem com mais frequência nas quatro cartas examinadas. Em praticamente todo o *corpus* analisado, o EUE utiliza a vitimização com o intuito de influenciar o auditório, alegando sofrer perseguição em razão das pautas conservadoras adotadas no exercício da presidência da Câmara dos Deputados e por ter recebido o pedido de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff.

Falando do lugar de chefe da Câmara Federal, o sujeito enunciador também mobiliza as imagens de comandante, sério, competente e corajoso, referindo-se à sua atuação no comando da Casa Legislativa e, provavelmente, às pautas conservadoras adotadas em sua gestão. Ao fazê-lo, acaba utilizando um comportamento enunciativo para evidenciar seu ponto de vista em relação aos fatos narrados.

Como estava numa situação de extrema vulnerabilidade política, todo o projeto de fala do agente político foi construído de modo a fazer crer aos coenunciadores que ele se encontrava na condição de injustiçado. Por isso, todo o esforço empreendido e todas as imagens discursivas estavam voltadas para construção de uma imagem positiva de si. O sujeito enunciador tinha um objetivo muito claro, que era o de ganhar a credibilidade do seu auditório para, com isso, evitar perder o seu mandato parlamentar. Isso explica a predominância dos *ethé de credibilidade* sobre os *ethé de identificação*. A credibilidade aqui deve ser entendida como o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, portanto, o seu projeto de fala deve ser executado de modo que os seus interlocutores sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito.

Por outro lado, embora os *ethé de identificação* tenham ficado em segundo plano, o EUE recorre a imagens que remetem ao *pathos* por serem extraídas do afeto social. Tais imagens são caracterizadas por serem destinadas a afetar o maior número possível de indivíduos. A partir delas, o enunciador apela aos sentimentos, colocando explicitamente os argumentos que justificam a reação pretendida pelo auditório. Aqui a integração entre o *ethos* e o *pathos* tem a pretensão de auxiliar na construção do *ethos* discursivo. Os sentimentos de compaixão são mobilizados no intuito de que os coenunciadores se identifiquem com o sujeito de fala: “Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender” (CUNHA, 2016a, s. p.).

A construção enunciativa que predomina nas cartas analisadas é a elocutiva, através da qual o locutor revela seu ponto de vista e, dessa forma, acaba produzindo uma modalização subjetiva do discurso. Consoante Charaudeau (2016), no comportamento elocutivo, o ponto de vista do EUE sobre o mundo prevalece. Nesse sentido, o locutor em análise acaba assumindo uma posição de denunciante dos órgãos de justiça do país, colocando-se na

condição de vítima: “Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me apoiam no meio dessa perseguição e vingança de que sou vítima” (CUNHA, 2016b, s. p.).

O discurso engendrado acaba revelando uma verdade conforme o ponto de vista do enunciador em tom de desabafo, cuja intenção é desvelar a situação vivida e desnudar os seus algozes: “Quero agradecer especialmente a minha família, de que os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha” (CUNHA, 2016a, s. p.).

Nesse âmbito, todo processo de elaboração do *ethos* deve ser entendido como parte constitutiva da cena de enunciação. Assim sendo, a cenografia corresponde ao ato de colocar em prática o discurso - isso porque todo discurso se materializa por intermédio da cena de enunciação. Nesse sentido, a cena englobante na qual se inscrevem os discursos do enunciador é, por óbvio, a política, o que acaba por definir os parceiros da situação comunicativa. A cena genérica é a epistolar, embora se aproxime mais do gênero carta aberta, em virtude da característica e da pretensão de agir sobre o espaço público.

A cenografia, assim como o *ethos* que dela participa, é forjada a partir de uma relação paradoxal, uma vez que, desde sua emergência, a fala institui uma certa cena de enunciação que acaba sendo validada por essa mesma enunciação. Dessa forma, além das cenas englobante e genérica (discurso político e carta aberta), o enunciador constrói algumas cenografias com vistas à validação do seu discurso.

Nesta perspectiva, o discurso concebido pelo enunciador institui as cenografias de líder que se sacrifica em favor de uma causa maior (a Pátria); de cidadão comum, suscetível a erros e acertos e, portanto, digno de compaixão; e de cabo eleitoral e cidadão vítima de um julgamento injusto (sem o devido direito à defesa). Além dessas cenas, o EUE fala também do lugar de político experiente: “A situação do país é muito difícil e a eleição não acabará com a crise. Qualquer candidato que saia vitorioso terá enorme dificuldade de governar, pois dependerá de um Congresso eleito totalmente desvinculado de suas propostas e compromissos” (CUNHA, 2018, s. p.). A cenografia, portanto, é considerada imprescindível na formação discursiva, uma vez que tem o propósito de validar os discursos enunciados.

O EUE recorre, ainda, à estratégia de denegação, uma vez que optou por negar sua implicação nos processos em que respondia junto à justiça. Diante das responsabilidades que lhe eram atribuídas, negar equivale a mentir e inclusive um dos processos em que respondia no Conselho de Ética da Câmara Federal foi justamente por ter mentido na CPI da Petrobrás, como se observa no trecho a seguir: “NÃO MENTI À CPI! A discussão sobre a natureza jurídica do trust é uma questão complexa, controvertida, que será apreciada pelo Poder Judiciário,

instância competente para apurar a eventual prática de crime” (CUNHA, 2016b, s. p.). Entretanto, a tergiversação antecede a estratégia de denegação, uma vez que a primeira é utilizada como recurso para reforçar a segunda. Ao recorrer a esta estratégia, o enunciador, num primeiro momento, joga com a impossibilidade de que sejam obtidas provas contra si, como podemos observar em: “Não apresentaram qualquer comprovação de que a titularidade de conta era minha. A conta a mim atribuída não era movimentada por minha assinatura e eu não era autorizado a fazer qualquer tipo de movimento no banco” (*Idem*).

A hipótese restou evidenciada porque, de fato, as estratégias linguísticas e discursivas utilizadas nas cartas apontaram para a existência de mais de um *ethos* discursivo. Não obstante, os recursos e as estratégias discursivas utilizadas, inclusive os *ethé* construídos para dar uma imagem positiva de si ao seu auditório, parecem não ter correspondido com as expectativas do agente político, uma vez que o ex-deputado acabou amargando várias derrotas, tanto no campo político quanto no jurídico.

Na contramão das expectativas em torno do projeto político do enunciador de preservar o seu mandato, conseguir a absolvição nos processos em que respondia na justiça e manter incólume a sua carreira política, o projeto argumentativo de Cunha não se efetivou, pois, além de ter perdido o mandato parlamentar, acabou preso e teve todos os seus recursos negados junto às Cortes superiores de justiça. Conforme corroboram os estudos de Charaudeau (2016), observamos que tal desfecho é perfeitamente previsível dadas a heterogeneidade e a estabilidade do discurso político, tanto sob o ponto de vista das múltiplas significações quanto da perspectiva de possibilidades de comportamentos enunciativos de que dispõe o sujeito político.

Dessa maneira, acreditamos que esta pesquisa tenha encontrado algum respaldo, principalmente quando se sabe o quanto e como, em um mundo globalizado, os discursos propagados, mormente os políticos, podem interferir na vida das pessoas de forma significativa, considerando que o sujeito que enuncia encontra-se num lugar discursivo que o legitima, em virtude da instância enunciativa. Por essa razão, a produção de sentido de um discurso não existe por si só, mas é concretizada em uma dada cena de enunciação.



## REFERÊNCIAS

ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália. V. L. F. Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

AMORIM, F. **Por 8 votos a 1, STF decide manter Eduardo Cunha preso**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/15/stf-julga-pedido-de-liberdade-de-eduardo-cunha-na-lava-jato.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de Si no Discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BAKHTIN, M. A interação verbal. *In: Marxismo e filosofia da linguagem*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.112

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira). 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAZERMAN, C. Cartas e a base social dos gêneros diferenciados. *In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (org.). Gêneros textuais, tipificação e interação*. Traduzido por Judith C. Hoffnagel. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 83– 99.

BBC BRASIL. No comando da Câmara, Cunha foi a pior pedra no sapato de Dilma: entenda. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/0887\\_cunha\\_camara\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/0887_cunha_camara_ab). Acesso em: 11 fev. 2020.

BRANDÃO, H. N.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. Cartas da administração privada pública e cartas particulares: estudo da organização discursiva. *In: VANDERCI, A. (org). Para a história do português brasileiro*. Vol. VII: vozes veredas, voragens. Tomo II. Londrina: EDUEL, 2009, p. 699-737.

BRASIL. Decreto nº 51.182, de 11 de abril de 1961. Proíbe o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza. Brasília, DF.

CALGARO, F.; PASSARINHO, N.; SALOMÃO, L. **Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>. Acesso em: 09 out. 2019.

CARTA CAPITAL. **Cartas enviadas a Lula na prisão vão virar filme**. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/cartas-enviadas-a-lula-na-prisao-vaovirarfilme/>. Acesso em: 7 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Ética recomenda cassação de Cunha: confira os votos. confira os votos.** 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/conselho-de-etica-recomenda-cassacao-de-eduardo-cunha/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Em retaliação ao PT, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma.** 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contradilma-5647/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Eduardo Cunha.** Dep. fed. RJ 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; 2015-. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-eduardo](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-eduardo). Acesso em: 09 fev. 2020

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer. Tradução de Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político.** Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: modos de organização.** Tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CUNHA, E. **Biografia.** 2016a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74173/biografia>. Acesso em: 11 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Íntegra da carta de Eduardo Cunha escrita na prisão.** 2019. Disponível em: <https://outline.com/qjMwhg>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Veja a íntegra da carta de renúncia de Eduardo Cunha.** 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-07/veja-integra-da-carta-de-renuncia-de-eduardo-cunha>. Acesso em: 11 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Veja a íntegra da carta de renúncia de Eduardo Cunha.** 2016a. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-07/veja-integra-da-carta-de-renuncia-de-eduardo-cunha>. Acesso em: 11 jan. 2020.

DELLA COLLETA, E. *et al.* **Eduardo Cunha é eleito presidente da câmara e impõe derrota ao PT.** 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-e-impoe-derrota-ao-pt,1628050>. Acesso em: 7 fev. 2020.

EGGINS, S; SLADE, D. **Analysing casual conversation.** London: Cassell, 1997.

EL PAÍS. **PMDB rompe com o Governo Dilma.** 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/29/politica/1459271009\\_272077.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/29/politica/1459271009_272077.html). Acesso em: 09

out. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Conselho de Ética da Câmara instaura processo de cassação de Cunha.** 2015a. Disponível em: <https://outline.com/HkuGC6>. Acesso em: 11 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma.** 2015b. Disponível em: <https://outline.com/8LXdgh>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES, A. C. **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

GUERRA, R. **De presidente da OAB a Chico Buarque: as cartas de Lula na prisão.** 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/de-presidente-da-oab-chico-buarque-as-cartas-de-lula-na-prisao-23864338>. Acesso em: 26 jan. 2020.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

LIMA, N. C. Jânio **Quadros quis ‘varrer’ do país brigas de galo, corridas de cavalo e biquínis.** Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/janio-quadros-quis-varrer-do-pais-brigas-de-galo-corridas-de-cavalo-biquinis-19326640>. Acesso em: 28 jan. 2020.

LOYOLA, L. **Decisão do STF empurra Eduardo Cunha para cassação: A decisão dos ministros de abrir uma ação penal por causa das contas na Suíça corrói o que ainda resta de apoio ao presidente afastado da Câmara.** 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/06/decisao-do-stf-empurra-eduardo-cunha-para-cassacao.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LULA. **Carta ao povo brasileiro.** 2018. Disponível em: <https://lula.com.br/cartadelula/>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lula visita acervo que reúne cartas recebidas na prisão.** 2019. Disponível em: <https://lula.com.br/lula-visita-acervo-que-reune-cartas-recebidas-na-prisao/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

MAINGUENEAU, D. A leitura como enunciação. *In: Pragmática para o discurso literário.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análises de textos de comunicação.** 3. ed. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A propósito do ethos. *In: MOTA, A. R.; SALGADO, L. Ethos discursivo.* São Paulo: Contexto, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação.** Organização: Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábolas Editorial, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ethos, cenografia, incorporação.** In AMOSSY R. (Org.) *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 69-92.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELLO, R. Formação discursiva/ideológica e condições de produção na carta-testamento de Getúlio Vargas. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 7, p. 61-71, julho 2002

NASCIMENTO, L. **PSOL e Rede entram com pedido de cassação de Cunha no Conselho de Ética.** 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/psol-e-rede-entram-com-pedido-de-cassacao-de-cunha-no-conselho-de-etica>. Acesso em: 11 jan. 2020.

O GLOBO. **Após manobra de Cunha, Câmara aprova em segundo turno a PEC da Bengala.** 2015. Disponível em: <https://outline.com/LN5Z4V>. Acesso em: 11 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Eduardo Cunha tem mandato cassado por mentir sobre contas na Suíça.** 2016. Disponível em: <https://outline.com/VTR7cV>. Acesso em: 26 jan. 2020.

PORTAL EDUARDO CUNHA. Nota à imprensa. S.d. Disponível em: <http://www.portaleduardocunha.com.br/>. Acesso em: 02 fev 2020.

QUADROS, J. **Carta renúncia.** 1961. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cartas/855183>. Acesso em: 26 jan. 2020.

QUELER, J. J. **Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961).** 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ROCHA, A. **Epistolografia em Portugal.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

RODRIGUES, J. O. **Editorial jornalístico: uma análise do mandato de Eduardo Cunha à frente da presidência da câmara sob a ótica de três jornais brasileiros.** 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, PUC, Porto Alegre, 2017.

SILVA, H. **Jânio Quadros - 20º presidente do Brasil, 1961.** São Paulo: Grupo de comunicação três, 1983.

SILVA, I. A. da. **A renúncia de Jânio e o movimento pela posse de Goulart: um encontro de Castello e Lucídio.** 2012. Disponível em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo3\\_25.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo3_25.pdf). Acesso em: 28 jan. 2020.

SILVA, J. Q. G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.** Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SILVA, V. L. P. da. Variações tipológicas no gênero textual carta. *In*: KOCH, I. V; BARROS, K. S. M. de. **Tópicos em linguística de texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997, p. 118-124.

SIQUEIRA, C. **Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra**. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

VARGAS, G. **Carta Testamento**. 1954. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em: 26 jan. 2020.

## ANEXO 1

### CARTA-RENÚNCIA DO DEP. EDUARDO CUNHA

Excelentíssimo Senhor Deputado Waldir Maranhão,  
Vice-Presidente da Câmara dos Deputados,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência a decisão que tomei em renunciar ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Essa decisão é irrevogável e irretratável.

Ao completar 17 dos 24 meses do meu mandato de Presidente, dois meses de afastamento do cargo e, ainda estando no período de recesso forense do Supremo Tribunal Federal – onde não existe qualquer previsão de apreciação de recurso contra o meu afastamento –, resolvi ceder aos apelos generalizados dos meus apoiadores.

É público e notório que a Casa está acéfala, fruto de uma interinidade bizarra, que não condiz com o que o País espera de um novo tempo após o afastamento da Presidente da República. Somente a minha renúncia poderá pôr fim à essa instabilidade sem prazo. A Câmara não suportará esperar indefinidamente.

No período de efetivo exercício do mandato, pude conduzir a Câmara na forma proposta na minha campanha, com protagonismo e independência, votando todas as pautas do governo, mas trazendo a debate também as pautas da sociedade e a pauta dos seus representantes – que são os Deputados. Reforma política, terceirização de mão de obra, redução da maioria penal, “PEC da Bengala”, Estatuto do Deficiente, pautas da segurança pública, correção do FGTS, foram alguns dos importantes temas votados na minha gestão. Mas, sem dúvida alguma, a autorização para a abertura do processo de impeachment de um governo que, além de ter praticado crime de responsabilidade, era inoperante e envolvido com práticas irregulares, foi o marco da minha gestão, que muito me orgulha e que jamais será esquecido.

Sofri e sofro muitas perseguições em função das pautas adotadas. Estou pagando um alto preço por ter dado início ao impeachment. Não tenho dúvidas, inclusive, de que a principal causa do meu afastamento reside na condução desse processo de impeachment da Presidente afastada, tanto é que meu pedido de afastamento foi protocolado pelo PGR em 16/12/2015, logo após a minha decisão de abertura do processo. E o pedido de afastamento só foi apreciado em 5/5/2016, em uma decisão considerada excepcional e sem qualquer previsão constitucional, poucos dias depois da decisão desta Casa por 367 votos autorizando a abertura do processo por crime de responsabilidade.

Em decorrência dessas minhas posições, venho sofrendo também uma representação por quebra de decoro parlamentar por supostamente ter mentido a uma CPI, aberta por mim como Presidente e na qual compareci espontaneamente para prestar esclarecimentos. Continuarei a defender a minha inocência de que falei a verdade.

A par disso, sofro da seletividade do órgão acusador que atua com relação a mim diferentemente do que com outros investigados com o mesmo foro. Após a decisão da Câmara de instaurar o processo de impeachment em 17/04/2016, seis novos inquéritos foram abertos

contra mim e duas novas denúncias foram apresentadas, sendo que muitos desses eventos se davam sempre às vésperas de deliberações no Conselho de Ética. Quero reiterar que comprovarei a minha inocência nesses inquéritos, confiando na Justiça do meu País. Reafirmo que não recebi qualquer vantagem indevida de quem quer que seja.

Quero agradecer a DEUS pela oportunidade de presidir a Câmara dos Deputados do meu País. Quero agradecer ao meu partido e a todos os Deputados que me elegeram em primeiro turno em fevereiro de 2015. Quero agradecer a todos os que me apoiaram e me apoiam no meio dessa perseguição e vingança de que sou vítima. Quero agradecer especialmente a minha família, de quem os meus algozes não tiveram o mínimo respeito, atacando de forma covarde, especialmente a minha mulher e a minha filha mais velha. Usam a minha família de forma cruel e desumana visando me atingir. Tenho consciência tranquila não só da minha inocência bem como de ter contribuído para que o meu País se tornasse melhor e se livrasse do criminoso governo do PT.

A história fará Justiça ao ato de coragem que teve a Câmara dos Deputados sob o meu comando de abrir o processo de impeachment que culminou com o afastamento da Presidente, retirando o País do caos instaurado pela criminosa e desastrada gestão que tanto ódio provocou na sociedade brasileira, deixando como legado o saldo de 13 milhões de desempregados e o total descontrole das contas públicas.

Que este meu gesto sirva para repor o caminho que a Câmara dos Deputados estava trilhando na minha gestão, de protagonismo, de independência, de austeridade no controle dos gastos públicos e de coragem para o enfrentamento das pautas da sociedade. Acima de tudo, espero que este meu ato ajude a restaurar o nosso País após o processo de impeachment.

Desejo sucesso ao Presidente Michel Temer e ao futuro Presidente da Câmara dos Deputados. Que DEUS abençoe esta nação.

Peço a leitura deste expediente em sessão plenária.

Brasília, 07 de julho de 2016.  
Eduardo Cunha

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/512042-CONFIRA-A-CARTA-EM-QUE-CUNHA-RENUNCIA-A-PRESIDENCIA-DA-CAMARA.html>. Acesso em 15 set. 2017.

## ANEXO 2

### CUNHA MANDA CARTA A DEPUTADOS PEDINDO CLEMÊNCIA.

“Peço licença para apresentar as considerações sobre a Representação que irá à votação.

É muito importante o registro de todos os acontecimentos que envolvem este processo para que possa ter a exata dimensão da situação e refletir sobre o seu voto. Junto com esta carta, estou enviando um anexo detalhando mais cada fato. Peço encarecidamente a sua atenção.

Em uma carta é muito difícil explicar todos os argumentos de defesa com relação às acusações, mas além de colocar-me à disposição para esclarecer de forma pessoal, estão disponibilizadas para consulta no site [www.adesadecunha.com.br](http://www.adesadecunha.com.br) todas as peças de acusação e defesa que tramitam no STF, bem como os documentos principais do Conselho de Ética.

Serei julgado no Plenário por supostamente ter mentido na CPI da Petrobras e não pelas outras acusações, que serão julgadas pelo STF. Recém-eleito presidente, entendi que era minha obrigação comparecer espontaneamente à CPI, por mim instalada, para prestar esclarecimentos, diferentemente dos demais investigados, que preferiram não comparecer.

Não estava sob o compromisso de juramento e, protegido pela Constituição, segundo a qual ninguém é obrigado a fazer prova contra si próprio, respondi que todas as minhas contas estavam declaradas no meu Imposto de Renda, o que, além de configurar a mais absoluta verdade, não significa motivo suficiente para ensejar a minha cassação, como exponho com detalhes no anexo.

Quero deixar claro que não pretendo me fazer de vítima ou de perseguido para convencê-los a votar contra a cassação do meu mandato. Ao contrário, todas as acusações estão ainda sendo apuradas pelo Poder Judiciário. Sou acusado, muitas vezes com base em notícias de mídia, e ressalto que até hoje nunca fui chamado para depor em qualquer lugar. Reconheço que, em busca da justiça, errei e passei do ponto em muitos momentos, gerando uma reação corporativa, cujo objetivo passou a ser a busca da minha punição, apesar de tantas investigações abertas contra terceiros.

Não apresentaram qualquer comprovação de que a titularidade de conta era minha. A conta a mim atribuída não era movimentada por minha assinatura e eu não era autorizado a fazer qualquer tipo de movimento no banco. Essa é a verdade e juntei dois pareceres comprovando isso (no site), dentre eles de Francisco Rezek, ex-presidente do STF e juiz da Corte de Haia.

É a mesma coisa que dizer que uma pessoa tem uma conta no Banco do Brasil, mas que não está em seu nome. A sua assinatura não movimenta a conta e não tem autorização para dar qualquer ordem no banco. Como, então, essa conta poderia ser dela? Imagine ter uma conta



bancária que não se pode sacar dinheiro ou emitir um cheque, ela não é sua. A situação é a mesma.

Acrescento que a discussão sobre a conta ser ou não minha, e todas as outras que me envolvam, estão sub judice, sendo da competência do Poder Judiciário, ao final do processo, dizer se eu tenha realmente ou não conta no exterior. Essa circunstância só reforça a argumentação de que não é justo ter o meu mandato cassado agora por algo que a justiça ainda vai decidir. Será esdrúxulo caso o meu mandato seja cassado e a justiça, depois, me absolva sobre os mesmos fatos.

Recentemente, em audiência da CCJ, tomaram como ameaça a menção que fiz de que vários parlamentares sofrem inquéritos ou processos e que, apenas por esse fato, não poderiam ser cassados, salvo se condenados com trânsito em julgado, quando a Constituição determina a perda do mandato. De fato, tomar as palavras da acusação no inquérito ou na ação penal e já considerar como sentença em processo disciplinar constitui-se em um dos maiores absurdos contidos na representação que será votada. Tratava-se de simples constatação.

Agora mesmo tivemos um exemplo com o deputado Celso Russomano, condenado em primeira instância por peculato a dois anos e dois meses. A sua apelação foi levada ao STF em função de ter se tornado deputado nesta legislatura, tendo sido absolvido na segunda turma por três votos a dois. Imaginem se tivessem cassado o mandato dele pela condenação em primeiro grau?

Temos outros exemplos, tais como o do Professor Luisinho, do PT, mas o maior exemplo sou eu mesmo, quando em 2013, o plenário do STF aceitou uma denúncia contra mim e me transformou em réu na ação penal 858. Em 2014, fui absolvido por unanimidade.

Não há dúvida de que a minha situação política se agravou após a aceitação da denúncia do impeachment, em 2 de dezembro de 2015, e com a sua condução, que culminou na decisão do Plenário da Câmara, que autorizou a abertura do processo em 17 de abril. **TODOS SABEM QUE SEM A MINHA DETERMINAÇÃO E SEM A MINHA ATUAÇÃO JAMAIS ESTE PROCESSO SERIA ABERTO.** E todos sabem também a brutal perseguição política e midiática que estou sofrendo após esse dia.

O meu absurdo afastamento, inclusive com o meu absurdo impedimento de frequentar a Câmara, me tirou todas as armas de defesa, já que a defesa política é construída com antecedência. Passei a ficar sem poder circular, ter a chance de falar a verdade e expor os fatos.

O que peço é que tome a sua decisão com a isenção sobre a sua gravidade, cuja consequência é tamanha, a ponto de destruir a minha vida e principalmente a da minha família.

Também não tenho dúvidas de que o meu processo decorre de uma perseguição política daqueles que me enfrentaram e me enfrentam pelos motivos mencionados. Peço que pensem em suas famílias e tentem entender o que estão fazendo com a minha. Temos consciência de como pode ser difícil ser familiar de um parlamentar nos dias de hoje, mas sabemos também

que existe um limite, e que ele foi brutalmente ultrapassado de forma desleal com os meus, que, infelizmente, sofrerão e pagarão eternamente por uma perseguição contra mim.

Não é justo que eu pague com o mandato cassado e perca meus direitos políticos por ter tido a coragem e conduzir o processo de impeachment do governo e do partido que estavam destruindo o nosso país. Também não é justo que eu pague por votar pautas que desagradavam justamente aos mesmos que foram contra o impeachment.

Isso mesmo, coincidência ou não, os mesmos autores da representação contra mim, oriundos do PT, PSol e Rede, são justamente os mesmos que combateram estas pautas e o processo de impeachment. E são os mesmos que se calam contra denúncias mais graves oferecidas contra o então governo. A coerência deveria prevalecer acima de tudo, mas não é o que se vê.

A punição política por algo que não fiz já foi o afastamento do meu mandato de maneira inconstitucional, o que me obrigou a renunciar à presidência da Casa e ver o sofrimento da minha família com chacotas, mentiras e acusações falsas. É importante que você compreenda que nada passará impune, mesmo com a manutenção do meu mandato. E, eventual ilícito que tenha cometido, será objeto de punição pelo STF. Nada do que eventualmente tenha feito de errado ficará impune e se for condenado, a Constituição já prevê a perda do mandato.

O que peço é apenas que eu tenha a oportunidade de concluir o meu mandato. E, que os meus eleitores do Rio de Janeiro continuem representados por mim. Não há punição maior do que aquela oriunda das urnas. Se os meus eleitores não estiverem mais se sentindo representados por mim, eles poderão “cassar” o meu mandato, bastando que não me elejam novamente.

Se você está preocupado com a repercussão da mídia se não votar contra mim, já pensou que, em seguida, por outro assunto, poderá te bater ou enaltecer independentemente do resultado? Sabemos qual é a forma de a mídia operar, mas peço que o medo da repercussão dessa decisão não seja o preço que custará a minha vida e o legado pelo qual tanto lutei.

Isso sem contar que, os mesmos que chamam de golpistas todos os que defenderam o impeachment, são os defensores da minha cassação e propagadores dessa mídia. Eles querem apagar essa mácula por terem defendido esse corrupto governo do PT que combatemos juntos.

Confio que Deus vá te iluminar, dando a direção certa, para que tenha a sabedoria e o entendimento. Para que o seu voto não seja o instrumento da destruição da vida de quem está sendo acusado apenas por ter supostamente faltado com a verdade, em depoimento espontâneo, sem a cláusula do juramento. Peço que se atenha ao mérito do que está sendo julgado. NÃO MENTI À CPI! A discussão sobre a natureza jurídica do trust é uma questão complexa, controversa, que será apreciada pelo Poder Judiciário, instância competente para apurar a eventual prática de crime.

Peço que olhe para trás em toda a nossa trajetória percorrida, com muita luta e suor. Peço que olhe para a paixão com a qual comandeí a Câmara, com orgulho de ter sido escolhido por vocês para fazer isso. Peço que olhe também para as coisas positivas a meu respeito. Sempre fui um homem de palavra, que prezei (e prezo!) pela lealdade. Fui leal em todos os meus compromissos, com todos os meus companheiros, com a Câmara, com o cargo de presidente,

sobretudo, com meus eleitores. Peço que se coloquem no meu lugar e que ofereçam a chance de me defender.

Peço, com muita humildade, que Deus toque no seu coração e eu possa ter o seu voto contra essa representação

EDUARDO CUNHA”

**Atualizado em [ 31/08/2016 ] [ 15:42 ]**

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/cunha-manda-carta-a-deputados-pedindo-clemencia-leia-o-texto/>. Acesso em 15 set. 2017.

### ANEXO 3

#### CARTA À NAÇÃO BRASILEIRA POR EDUARDO CUNHA

No momento em que se inicia o processo eleitoral, em que pela primeira vez nos últimos 20 anos não farei parte, venho reforçar as minhas posições, justificar a minha situação e me posicionar no cenário eleitoral.

É notório que sou vítima de uma perseguição, por ter sido o responsável pelo impeachment, que retirou a Dilma e o PT do Governo, e sou, assim como o ex-presidente Lula, um troféu político da República de Curitiba.

Fui condenado sem provas, baseado exclusivamente na palavra de um delator que “ouviu dizer” que eu fui a última palavra da nomeação do Diretor Internacional da Petrobras, fato absolutamente inverídico.

Existem outros casos semelhantes ao meu e querem transformar a prisão provisória em prisão perpétua.

Basta ver o julgamento da ação penal da senadora Gleisi Hoffman para verificar que, seguindo a jurisprudência criada por voto unânime da segunda Turma do STF, meu caso é de total absolvição. Mas meu recurso sequer teve o julgamento concluído na segunda instância, onde falta julgar os embargos infringentes.

Na esteira das arbitrariedades e ilegalidades praticadas contra mim, criaram outras três prisões preventivas, sendo uma delas já revogada pelo ministro Marco Aurélio Mello em uma ação absurda do Rio Grande do Norte, onde Henrique Alves teria sido também preso, solto e não estendida a mim a soltura pelo juiz.

Das duas que restam, uma foi decretada pelo juiz da 10ª Vara Federal de Brasília, por conta de denúncia baseada apenas na palavra de delatores, juntamente com Henrique Alves; sendo que a dele já foi revogada, mas estranhamente não estenderam a mim.

A última é ainda mais absurda. Se trata de preventiva decretada pelo ministro Edson Fachin, com base na delação da JBS. Fachin determinou o envio à primeira instância de Brasília e já se passaram um ano e três meses sem qualquer denúncia de fato, ou seja, estou preso provisoriamente há 15 meses sem processo.

Curiosamente todos os outros denunciados já foram soltos, inclusive o meliante delator, Joesley Batista, e mais uma vez, não estenderam a decisão a mim.

No STJ, o Ministro Rogério Schietti não pauta os meus habeas corpus, embora tenha sido célere para soltar Joesley Batista. O ministro Edson Fachin, do STF, por sua vez, faz uma verdadeira obstrução da prestação do Serviço Jurisdicional, impedindo o julgamento de diversos habeas corpus, manobrando os processos para obter resultados que atendam ao seu desejo e ao desejo da organização política do Paraná, o seu estado.

Com relação ao cenário eleitoral, todos sabem que sou o maior adversário do PT e o principal responsável por sua queda. Mas ainda assim, como defensor da democracia, acredito que Lula tem direito de ser candidato, pois quem deve julgá-lo é a população.

Os prejuízos causados à Petrobras por essa crise são muito maiores que os valores recuperados. Além disso, os delatores estão livres, ricos, soltos e sem provar nada daquilo que delataram, apenas seus próprios crimes.

Será possível ter estômago para assistir, por exemplo, Joesley Batista solto e o Ministro Edson Fachin não julgar a rescisão de sua frágil e escandalosa delação, pedida pelo Ministério Público?

Lula deve ser cobrado e responder por sua irresponsabilidade de ter imposto ao país um poste sem luz, chamado Dilma Rousseff; que destruiu a economia e a política. O petista não deve ser eleito pelo custo que impôs ao povo com sua desastrada escolha, mas jamais impedido de disputar.

A situação do país é muito difícil e a eleição não acabará com a crise. Qualquer candidato que saia vitorioso terá enorme dificuldade de governar, pois dependerá de um Congresso eleito totalmente desvinculado de suas propostas e compromissos.

Chegamos a um momento muito difícil. O Congresso será eleito no pior dos modelos políticos, com voto individual, financiamento público e sem qualquer compromisso com a governabilidade. O eleitor precisa estar atento que alguns dos candidatos a presidente, se eleito forem, correm o risco de não durarem um ano de governo.

A título de exemplo, de que adianta ao candidato do PSDB ter uma base de apoio tão extensa, mas com a maioria dos parlamentares sendo contra a reforma da previdência? Imagina outros candidatos que nem base tem para apoiá-los!

Nem é preciso muita informação para saber que 2019 será um ano muito difícil. Para o futuro, o país não terá outra alternativa, que não seja a de adotar o parlamentarismo, a semelhança do modelo Francês ou Português, onde o presidente consegue governar, com os partidos sendo obrigados a aderir à um programa de governo.

Apoio com veemência a candidatura da minha filha mais velha, Danielle Cunha, com o número 1530, para deputada federal. Sua desenvoltura política é notória: jovem, mulher, evangélica, empreendedora, capacitada, com um currículo que fala por si só; ela é muito mais preparada do que eu.

Os meus adversários podem aguardar que ela dará mais trabalho do que eu dei e defenderá tudo o que eu defendi, do interesse da nação e do povo evangélico, como o combate ao aborto, além das suas próprias propostas que debaterá na campanha.

O MDB tem os melhores nomes e vai eleger a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O nosso candidato a presidente é o mais preparado; numa eleição repleta de candidatos contumazes, que trocam de legenda, mas não trocam de ambição, e de candidatos sem a menor condição de governabilidade.

Para os meus adversários e para os responsáveis pelo meu calvário, confio em Deus que vou reverter o quadro e voltarei a participar do cenário político.

Eduardo Cunha,  
17 de agosto de 2018

#EquipeCunha

## ANEXO 4

### A CARTA DE EDUARDO CUNHA

Leia a íntegra da carta de Eduardo Cunha escrita na prisão. No texto, ex-presidente da Câmara diz que foi tratado como ‘boi de piranha’ pela Justiça.

Ao completar 03 anos do dia em que fui ilegalmente encarcerado e totalizando quase 5 anos de tempo de prisão se incluir as remissões obtidas; sinto na alma que realmente “entre o forte e o fraco, a liberdade escraviza e a lei liberta”, o poder discricionário das decisões dos magistrados, embora assegure sua independência funcional, por ser muito abrangente, possibilita o cometimento de abusos de todos os lados, tanto da Primeira Instância, quanto das decisões ou modulações do STF. Infelizmente a lei não é para todos.

A justiça brasileira consiste de 03 maneiras, “os alvos”: considerados fora do “jogo”, para quem é aplicada a Teoria Punitivista; devem servir de bode expiatório para livrar a segunda categoria “os a serem salvos”: considerados no “jogo”, para eles é aplicada a teoria do garantismo, ou seja, qualquer erro no procedimento anula todo o processo; e por fim a terceira categoria “os outros 99% da população”, para esses se o processo for julgado antes de morrerem, já é uma vitória. Recentemente podemos citar o caso Alcirene de Oliveira que faleceu em 2017. Fica claro que em todas as categorias a regra é a mesma. A lei não é para todos!

Pois bem, afim de dar um contorno prático da minha afirmação, passarei a relatar nossa “flexibilidade Judicial”.

Pertencente a categoria dos “alvos”, não tenho os meus Habeas Corpus de 2 prisões preventivas, de Brasília e Rio Grande do Norte, julgados após um ano e meio, no mesmo STJ que julgou e soltou o ex-presidente Michel Temer em apenas 5 dias. Qual a razão disso? Quantos brasileiros tiveram seu HC julgado no STJ nesse prazo? A lei não é para todos.

Fui condenado no Paraná baseado apenas na palavra de um delator por “ouvir dizer”, quando vários tiveram as suas denúncias rejeitadas no STF por serem baseadas apenas nos delatores. A lei não é para todos.

A denúncia dessa condenação foi aceita pelo plenário do STF por crime eleitoral e mesmo assim, após a perda do meu mandato, o meu processo foi para a Justiça Federal e julgado por Sérgio Moro, que usurpou a competência da Justiça Eleitoral, descumprindo a decisão do STF. Enquanto isso, o STF mandou vários casos para a Justiça Eleitoral, como por exemplo o

caso de Eduardo Paes, retirando das mãos da Justiça Federal e do juiz Marcelo Bretas. A lei não é para todos.

Acrescenta-se ainda que Moro deu a sentença desse processo 36 horas após a entrega das acusações finais, ou seja, a minha sentença já estava pronta. A lei não é para todos.

Fui condenado em Brasília, baseado única e exclusivamente nas palavras e planilhas dos próprios delatores e sou o único réu mantido preso por 2 anos e meio. A lei não é para todos.

No Rio Grande do Norte, tenho uma prisão que dura 2 anos e meio sem condenação e sou também o único réu mantido preso. A lei não é para todos.

Fui afastado da Presidência da Câmara e do meu mandato de Deputado Federal sem confirmação da Casa Legislativa, conforme o Artigo 53 da Constituição Federal. A ADI-5526, que só foi julgada após minha cassação, para atender ao caso do então Senador Aécio Neves, semelhante ao meu, decidindo o STF que teria sim que submeter as medidas cautelares à casa legislativa em 24 horas para confirmar ou não. A lei não é para todos.

Tive uma outra prisão preventiva solicitada e atendida pelo então PGR que alegou que “devido a minha periculosidade” eu deveria ser transferido para um presídio de Segurança Máxima. Essa prisão foi solicitada sem qualquer denúncia contra mim e junto com a denúncia de Michel Temer, que acabou absolvido sumariamente na 12ª Vara Federal de Brasília. Fiquei preventivamente preso por um ano e meio, sem processo e com risco de ser transferido para um presídio de segurança Máxima. Isso causado por um Procurador que publicamente confessou ter tentado o assassinato de um ministro do STF, embora as provas divulgadas mostram que sua confissão é falsa. Ele também me acusou de crimes aos quais ele próprio alegou não ter como provar. Se ele inventa crimes para ele, como não poderia inventar crimes para os seus desafetos? A lei não é para todos.

O STF restringir a quem vai destinar esse direito, não é certo. Modular, por exemplo, o caso dos réus delatores para quem arguiu na 1ª instância, algo que não existia na nossa jurisprudência, não seria cercear o direito da defesa? A decisão sobre a prisão em 2ª instância será igual para todos ou vão também só dá-la aos “salvos”?

Eu quero apenas o meu direito à prestação do serviço jurisdicional e ao cumprimento das leis e da Constituição. Não apreciar a minha reclamação no STF, além de vários Habeas Corpus e Agravos no STF e STJ, não é negar o meu direito de defesa?

Até quando vão continuar, a exemplo do meu afastamento da Presidência da Câmara, decisões para mim diferentes das decisões das outras pessoas?

Será que não estou sofrendo perseguição por ter feito o processo de Impeachment e evitado que nosso país estivesse no caminho da Venezuela?

Até quando vão continuar lembrando que o meu nome consta na capa dos processos?

O garantismo não pode ser sujeito a ponto que escolham quem está morto para ser enterrado e quem está vivo para ser salvo.

A Justiça não pode ser como o carro flex, onde se pode escolher na hora qual combustível usar, seja álcool ou gasolina.

A justiça tem de ser única para todos, porque só assim estaremos no pleno Estado Democrático de Direito.

Não podemos esquecer que quando o boi de piranha é comido, é porque a boiada já passou.

A lei tem de ser para todos.

*Obs. Ministro Barroso, aproveito o espaço para esclarecer que nunca mandei lhe investigar ou pratiquei qualquer ato irregular contra V.Exa ou qualquer ministro deste tribunal, posso discordar, mas utilizo as ferramentas legais.*

Disponível em: <https://www.fabiocampana.com.br/2019/10/a-carta-de-eduardo-cunha/#more-381536>. Acesso em 10 jan. 2020.